

**Universidade federal de Goiás
Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia
Programa de Pós-graduação em História**

**ASPECTOS POSITIVOS DA ADMINISTRAÇÃO
IMPERIAL DE TIBÉRIO CÉSAR AUGUSTO NOS ANAIS
DE TÁCITO**

RAFAEL DA COSTA CAMPOS

**GOIÂNIA
2008**

Rafael da Costa Campos

**ASPECTOS POSITIVOS DA ADMINISTRAÇÃO
IMPERIAL DE TIBÉRIO CÉSAR AUGUSTO NOS ANAIS
DE TÁCITO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás como requisito para obtenção do grau de Mestre em História.

Área de concentração: Culturas, Fronteiras e Identidades.

Linha de pesquisa: História, Memória e Imaginários Sociais.

Orientadora: Prof^a.dr^a. Ana Teresa Marques Gonçalves.

**GOIÂNIA
2008**

RAFAEL DA COSTA CAMPOS

**ASPECTOS POSITIVOS DA ADMINISTRAÇÃO IMPERIAL DE
TIBÉRIO CÉSAR AUGUSTO NOS ANAIS DE TÁCITO.**

Dissertação defendida pelo Programa de Pós-graduação em História, nível Mestrado, da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Goiás, aprovado em _____ de _____ de _____ pela

Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

Professora Doutora Ana Teresa Marques Gonçalves/ UFG

Presidente

Professora Doutora Dulce Oliveira Amarante dos Santos/ UFG

Examinadora

Professor Doutor Norberto Luiz Guarinello/ USP

Examinador

Professor Doutor Luís Sérgio Duarte da Silva/ UFG

Suplente

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente à Professora Doutora Ana Teresa Marques Gonçalves pela irrepreensível orientação e colaboração com o meu projeto de pesquisa. Gostaria de agradecer também ao Professor Doutor Norberto Luiz Guarinello e à Professora Doutora Dulce Oliveira Amarante dos Santos pelo interesse e pela solicitude no oferecimento das valiosas críticas e sugestões durante a qualificação e a arguição do projeto. Agradeço também ao Professor Doutor Fábio Duarte Joly pelo auxílio durante a fase de composição bibliográfica da pesquisa e ao Professor Doutor Fábio Faversoni pelas sugestões oferecidas. Agradeço ao suporte oferecido pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás e o seu corpo docente, bem como ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio financeiro para a pesquisa. Agradeço os meus familiares, aos meus amigos e à Mariana de Castro Schwab pelo apoio e compreensão, e por fim agradeço aos meus colegas de mestrado Raul Peixoto, Lyvia Vasconcelos, Dominique Vieira, Henrique Modanez, Luana Neres e Edson Arantes Júnior pelos momentos de crescimento intelectual e pessoal.

RESUMO:

ASPECTOS POSITIVOS DA ADMINISTRAÇÃO IMPERIAL DE TIBÉRIO CÉSAR AUGUSTO NOS ANAIS DE TÁCITO.

Esta dissertação tem como objetivo estabelecer uma análise sobre os principais aspectos positivos da administração política do Imperador Tibério César Augusto durante o seu governo (14 – 37 d.C.), por meio da narrativa do historiador latino Públio Cornélio Tácito (55 – 117? d.C.) em seus *Anais*. Apresentamos uma discussão distribuída em três capítulos: o primeiro capítulo trata-se de uma apresentação de dados biográficos do autor, das principais características que compõem a formulação de sua escrita histórica, os seus principais interesses e a observação dos elementos que evidenciam em primeira instância a caracterização que este faz de Tibério César Augusto. No segundo capítulo encontram-se uma análise dos principais aspectos negativos sobre o Imperador ressaltados por Tácito em sua obra, apoiados em uma revisão historiográfica das mais relevantes considerações empreendidas por pesquisadores sobre o assunto. No terceiro capítulo buscamos estabelecer um contraponto em que se mostra presente aspectos positivos na administração imperial de Tibério César Augusto, considerando-se a concessão de benefícios a particulares e ao restante da população da Cidade de Roma e das províncias, bem como o empreendimento de obras públicas, templos e outras medidas de cunho administrativo.

ABSTRACT:

POSITIVE ASPECTS OF THE IMPERIAL ADMINISTRATION OF TIBERIUS CAESAR AUGUSTUS IN TACITUS' *ANNALS*.

This dissertation has as objective to establish an analysis about the essential positive aspects of the political administration of the Emperor Tiberius Caesar Augustus during his government (14 – 37 A.D), throughout the historical narrative of Publius Cornelius Tacitus (55 – 117? A.D) in his *Annals*. We show a discussion distributed in three chapters: the first chapter intends to be a presentation of biographical data of the author, of the principal characteristics which composes the formulation of his historical writing, its fundamental interests and the observation of the elements that show up in first instance the characterization that him makes of Tiberius Caesar Augustus. On the second chapter there is an analysis of the essential negative aspects about the Emperor showed up by Tacitus in his book, held up in a historiographical revision of the most important considerations composed by researchers of this subject. On the third chapter we intend to establish a counterpoint which shows positive aspects of the imperial administration of Tiberius Caesar Augustus, emphasizing the lavishness to private individuals and to the extent of City of Rome's population and provinces, just like the undertaking of public buildings, temples and others measures of administrative matter.

SUMÁRIO

Introdução	08
1. Tácito e a caracterização de Tibério	15
1.1. Sobre Tácito	15
1.2. A narrativa histórica de Tácito	24
1.3. Tácito e Tibério	37
2. Aspectos políticos negativos atribuídos ao governo de Tibério nos <i>Anais</i>	47
2.1. O Principado de Tibério como fonte de disputa por poder político	47
2.2. O Principado de Tibério como percepção do poder soberano do <i>Princeps</i>	62
3. Aspectos positivos da administração imperial de Tibério nos <i>Anais</i>	78
3.1. A preocupação de Tibério com a sua legitimidade política durante o Principado	80
3.2. <i>Liberalitas, munificentia</i> e outros aspectos positivos relevantes na administração imperial de Tibério nos <i>Anais</i>	88
Conclusão	108
Referências bibliográficas	112

INTRODUÇÃO

O tema abordado neste trabalho constitui-se como objeto da dissertação de mestrado, na qual pretendemos elucidar a existência de aspectos positivos na administração política do Imperador Tibério César Augusto, por meio de uma análise das considerações feitas pelo historiador Públio Cornélio Tácito (55 – 117? d.C.) sobre o seu governo nos *Anais*. Dentre as diversas fontes documentais que abordam o Principado de Tibério (14 – 37 d.C.), consideramos esta obra como uma das mais ricas em amplitude de detalhes sobre os eventos políticos de seu governo. Resolvemos abordar passagens do texto que demonstram a resolução de Tibério na conferência de auxílios e benefícios¹ a membros da aristocracia, às cidades provinciais, bem como à plebe urbana da Cidade de Roma, a intervenção em obras públicas e medidas econômicas, além da preocupação do Imperador em evidenciar a difusão de suas virtudes imperiais e a realização do culto imperial nas províncias.

É importante ressaltarmos que estabelecer uma pesquisa sobre uma história da sociedade romana é lidar com a observação de algumas dificuldades. Ao longo do tempo, a história tem sido pensada como *res gestae* ou *narratio rerum gestarum*: o passado como tal aconteceu realmente ou a sua reconstrução narrativa por um especialista moderno. Entretanto, os historiadores não podem reconstruir o passado pelo fato de este nos ser inacessível e irrecuperável em sua forma original. O único acesso que temos ao passado se dá por intermédio dos objetos, textos, e recordações que se mantiveram no presente e que podem ser identificados por meio de um método, que nos

¹ A concessão de auxílios e benefícios pelo Imperador pode ser dividida em duas categorias principais: a *liberalitas*, generosidade privada constituída pelos oferecimentos de auxílio a membros da aristocracia, e a *munificentia*, que é o oferecimento de dinheiro à comunidade dos cidadãos romanos, advindo do erário público ou das próprias riquezas do Imperador. As passagens extraídas estão presentes na narrativa de Tácito sobre o Principado de Tibério, que compõe seis dos doze livros que nos chegaram dos *Anais*, e infelizmente nos chegaram bastante fragmentadas.

fornece um universo vestigial que estabelece um sentido para a história como o de um passado realmente existente hoje (GUARINELLO, 2003:43).

Os vestígios do passado nos chegam sob um desordenamento que exige do pesquisador um conjunto de mediações para que se tornem inteligíveis sob a luz do presente. Estas mediações constituem-se como princípios que buscam trazer aos conjuntos de reminiscências representativas do passado uma inteligibilidade ordenada, e que tragam um sentido racional a indagações do presente, pois se acredita que existe certa lógica e certo ordenamento nos elementos do passado que levaram posteriormente à organização das sociedades contemporâneas. A história científica se estabelece sob o suporte de certos modelos, teorias e documentos, baseados em generalizações ou contextos – que são admitidos como válidos pelos escritores e seus leitores, visando organizar os vestígios descontínuos do passado (que pode ser pensado como um fluxo contínuo dos eventos) para se estabelecer relações que pressuponham uma contigüidade dentro de uma unidade de sentido (GUARINELLO, 2003:43).

Entretanto, assim como outras formas de abordagem do passado, a História Antiga está submetida aos mesmos processos de produção de memória e de esquecimento, bem como de uma estruturação do passado de uma forma parcial e arbitrária. Existem empecilhos conceituais como a posição e o significado de uma História Antiga como elemento justificador ideológico de uma História da Europa, ou de sua tripartição homogeneizante (história do Oriente próximo, Grécia e Roma) apresentada como a evolução e o progresso da sociedade humana do leste para o oeste.

A construção das referências sobre a sociedade romana está profundamente baseada num *corpus* que abrange quase um milênio de história. Em meio a variedades dos temas e dos assuntos, estes documentos geralmente são ordenados em uma lógica que, embora esteja de fato presente e signifique o conjunto da produção escrita de um

período, não considera a fundamental heterogeneidade do momento e das características específicas dos distintos momentos da escrita nesta sociedade (GUARINELLO, 2003: 55).

A percepção de um conjunto de diferenças existentes dentro de uma relação estabelecida de documentos escritos que eram previamente considerados como um corpo homogêneo e condiziam em aspectos gerais às características primordiais de toda uma sociedade, é *a priori* resultado de todo um estágio inicial de pesquisa e observação destas fontes, o que se deu especialmente durante o século XIX. Entretanto, as transformações na pesquisa historiográfica e o rompimento com alguns paradigmas que relacionavam a História com a necessidade de uma aproximação com um “real” acarretaram em mudanças nos horizontes da pesquisa, com a inserção de novos documentos, bem como novos horizontes de questionamento.

A resignificação do processo de pensar historicamente inseriu novos questionamentos sobre o caráter interpretativo da história. Desta maneira, observamos o surgimento de novas pesquisas que rompem com alguns dos tradicionais posicionamentos acerca da observação da sociedade romana. Janet Huskinson (2000:3-28) levanta duas questões que estão centradas na busca por definições sobre a construção da identidade no mundo romano: a primeira é a diversidade cultural existente dentro do Império; a segunda é o relacionamento do poder central com as sociedades que se encontram na periferia do Império. Essas questões nos levam mais adiante, pois pensar nas estruturas sociais e políticas criadas dentro das relações de poder ajuda a definir a construção da identidade cultural e determinar como cultura era difundida e praticada.

Desta forma, semelhança e diferença permanecem como temas importantes para a observação das representações de identidade (HUSKINSON, 2000:14). No

contexto cultural mais amplo do mundo romano, estes dois termos podem mostrar os vários níveis de diferença entre a cultura disseminada pelo poder central do Império e suas percepções nas diferentes regiões e províncias, e como estes níveis eram percebidos como uma qualidade a ser notada e respeitada, pois existiam múltiplas identidades dentro de um mesmo espaço territorial.

Os meios de comunicação não-escrito e visual foram um importante componente dentro da representação e formação da cultura, poder e identidade. Formas de comunicação escritas e não-escritas eram geralmente combinadas para criar narrativas específicas. A formação e a afirmação da identidade são fundamentalmente relacionadas ao poder, o poder de representar e representação são estritamente ligados à comunicação (MILES, 2000:29-62). É importante ressaltar que a posição do Imperador na criação e domínio do poder está relacionada diretamente à sua habilidade em controlar os meios de comunicação, pois o seu poder se difundiu estabelecendo limites dentro da criação e recepção da informação. Isto incluiu restrições sobre aqueles com habilidade para usar os meios de comunicação, àqueles que possuíam acesso aos textos, e àqueles que faziam uso da palavra falada e escrita. Desta maneira, por meio da palavra escrita erguia-se um componente central do poder imperial e de autodefinição da aristocracia romana.

Desta maneira, ao nos depararmos com os escritos de Tácito, defrontamos também com formas de difusão simbólica que constituíram uma importante ferramenta de manutenção ou contestação do poder político de uma época. É preciso desde já salientar que o autor dos *Anais* era membro da aristocracia senatorial de origem provincial, cuja família ascendeu politicamente no esteio de uma série de graduais e profundas mudanças políticas decorrentes do estabelecimento de uma nova forma de governo, o Principado. A sua percepção da história da sociedade romana remete a um

contraste de valores morais e ideais políticos advindos de uma tradição republicana que foi submetida a uma relação conflituosa de esquecimento, reavivamento e transformação, e diante desta percepção o autor busca respostas no passado para compreender as relações de poder e os instrumentos de legitimação deste em seu tempo.

Existe uma preocupação latente nos *Anais* com as raízes históricas da configuração do poder no Principado, o deslocamento da autoridade do Senado para as mãos do *Princeps*, a relação de subserviência e ressentimento da aristocracia senatorial para com esta nova configuração do poder político e seus membros, as intrigas políticas internas e a supressão da liberdade de expressão tal que era proclamada durante a República. Esta preocupação vem à tona durante o decurso da narrativa e em sua configuração, e podemos inferir que as texturas de seu discurso nos permitem a sugestão de que tais problemas relatados em sua obra continuavam a ser indagações de seu tempo, pelas quais o autor buscou perenemente uma resposta.

Possivelmente o seu discurso seria endereçado a um receptor bastante específico, que acreditamos ter sido a aristocracia senatorial, por ele fazer parte desta ordem, pelo fato de o autor trabalhar com eventos cujos participantes também pertenciam a esta ordem, e por sabermos que apenas uma ínfima parcela da sociedade romana tinha conhecimento e acesso à comunicação escrita. Quando analisamos a descrição do autor feita sobre Tibério e seu governo, podemos concluir que a sua personalidade enigmática, tal qual engendrada por Tácito, não é de fácil caracterização, pois a esta se soma uma sucessão de insinuações provindas dos recursos retóricos do autor, que muitas vezes geram uma latente contradição entre sua personalidade e suas ações, caracterizando uma série de incongruências em seu texto, agravada pelas deficiências concernentes a imprecisões históricas e pelo aspecto lacunar de sua obra.

Entretanto, não podemos acreditar que os procedimentos metodológicos de pesquisa do autor obedeceram a preceitos com os quais buscamos estabelecer a pesquisa histórica a pouco mais de um século, e tampouco podemos qualificar seu esforço como infrutífero ou suas intenções como deturpadas: muito mais interessante seria nos perguntarmos quais foram os motivos que levaram Tácito a compor o seu relato sobre os Imperadores Júlio-Claudianos, e qual a receptividade que sua obra recebeu em seu tempo. Evidentemente, esta tarefa não é de modo algum algo simples, e principalmente este foco tem sido a muito tempo explorado pela historiografia especializada sobre o assunto.

Deste modo, nossa intenção é buscar a existência de aspectos positivos no Principado de Tibério, levando em consideração as características discursivas de Tácito e tomando as devidas precauções com as incoerências e seus juízos de valor. O trabalho pretende ser uma contraposição e um questionamento sobre a imagem política estabelecida pela historiografia taciteana deste governante, embora não tome partido favorável em uma simples relação maniqueísta. Pelo contrário, o interesse principal é suscitar a indagação e estimular a revisão e o aprofundamento de antigos temas, bem como a exploração de novas perspectivas.

A estrutura desta dissertação está dividida da seguinte forma: no primeiro capítulo apresentamos as principais informações sobre a biografia de Tácito, seu estilo de narrativa histórica e literária, e uma discussão sobre a sua composição do Imperador Tibério César Augusto, personagem fundamental dos escritos taciteanos na primeira metade que nos chegou dos *Anais*. No segundo capítulo, podemos sintetizar a existência de dois pontos de discussão que caracterizam o foco do autor sobre o Imperador Tibério: uma crônica disputa por poder que se relacionou ao processo de sucessão dinástica, e a ruína de uma fachada de cooperação entre Imperador e Senado,

que deu lugar a uma clara percepção da dependência e da subserviência da aristocracia senatorial aos desígnios e às relações pessoais com a casa imperial.

Por fim, no terceiro capítulo propomos a observação da preocupação de Tibério com a difusão de uma imagem soberana que legitimasse sua autoridade política no Império, vertendo luz sobre a enganosa impressão de apatia e distanciamento do Imperador sobre as questões de interesse público, e a observação de aspectos positivos em seu governo conforme referências de Tácito ao exercício da virtude da *liberalitas* e da *munificentia*, bem como outras atitudes públicas igualmente relevantes para a administração imperial, o que nos permite dizer de antemão que o autor não desconsiderou pontos positivos no governo de Tibério, embora não tenha conseguido separar caracteres pessoais do exercício das funções administrativas do Imperador.

CAPÍTULO I

TÁCITO E A CARACTERIZAÇÃO DE TIBÉRIO NOS ANAIS.

Nosso objetivo neste primeiro capítulo é apresentar as principais informações sobre a biografia de Tácito, suas obras, os mais relevantes aspectos de seu estilo de narrativa histórica e literária, e uma discussão sobre a sua composição do Imperador Tibério César Augusto, personagem fundamental dos escritos taciteanos na primeira metade que nos chegou dos *Anais*. Para tanto, dividimos este capítulo em três tópicos: o primeiro traz informações essenciais sobre a vida do autor e sobre o foco de suas obras, pautadas no contexto histórico de sua composição.

O segundo tópico descreve em linhas gerais o uso que Tácito faz da retórica, e de alguns dos recursos estilísticos auxiliares: o discurso dramático, rumores, *innuendos* e a descrição obituária. O terceiro tópico busca arrolar algumas das mais relevantes exposições sobre a caracterização de Tibério, ressaltando a importância do significado da relação entre Principado e liberdade, a conexão com a tradição de seu tempo e o seu das fontes históricas pelo historiador.

1.1 - Sobre Tácito.

Públio Cornélio Tácito nasceu provavelmente após a ascensão de Nero em 54 d.C., no seio de uma proeminente família oriunda do Sul da Gália. O seu pai possivelmente serviu ao Imperador como um oficial de finanças por volta do mesmo período, e era membro da ordem equestre, inserido dentro de um grupo social cuja importância na execução das funções administrativas vinha elevando-se durante o Principado. Nossas informações sobre Tácito, assim como os principais subsídios sobre

diversos autores de seu período, são derivadas primordialmente de seus próprios trabalhos, em especial a biografia sobre o seu sogro Júlio Agrícola. Nas outras obras deparamo-nos com informações autobiográficas esparsas, e as cartas de seu amigo Plínio, o Jovem nos trazem algumas pistas relativas à sua atividade dentro da vida pública romana, nos primeiros anos do século II d.C. Dada a ausência de maiores informações, existem ainda dúvidas sobre o prenome do autor (Gaio ou Públio), bem como as datas aproximadas de seu nascimento e morte.

O casamento com a filha do então cônsul Júlio Agrícola em 77 d.C. auxiliou Tácito no avanço dentro da carreira pública em Roma, o *cursus honorum*. Ele atribui as suas primeiras honras públicas a Vespasiano, no ano de 79 d.C., por volta dos 23 anos, e durante o breve governo de Tito foi eleito questor, valendo-lhe também o ingresso no Senado (HISTORIES, I-1). No governo de Domiciano, tornou-se pretor e foi admitido no colégio sacerdotal dos *quindecimviri sacris faciundis* (ANNALS, XI-2). De 89 a 93 d.C., provavelmente comandou uma legião provincial na província da Ásia. Não possuímos nenhuma informação do autor durante os três anos de perseguição política estabelecida no Principado de Domiciano (93-96 d.C.), mas sabemos que ele se tornou cônsul em 97 d.C., possivelmente tendo sido nomeado por este Imperador antes de seu assassinato.

Após a morte de Domiciano em 96 d.C., o senador Nerva governou por dois anos e adotou o general Trajano como seu sucessor: durante o governo deste Imperador (98-117 d.C.) a carreira pública de Tácito continuou a ser bem-sucedida, obtendo o governo da província da Ásia em 112 d.C.² e falecendo por volta de 117 d.C. Tácito escreveu suas obras nos marcos do Principado de Trajano, sendo uma das principais fontes sobre os períodos dos Imperadores júlio-claudianos e flavianos.

² Informações sobre este cargo nos vieram por meio de uma inscrição encontrada na cidade de Mylasa, na Ásia, em 1890.

Sua primeira obra, de 98 d.C., foi uma biografia do seu sogro Júlio Agrícola em que apresenta, além das origens familiares, a sua carreira pública, que se estendeu dos Principados de Nero a Domiciano. A composição de elogios públicos (*laudationes funebres*) era uma longa tradição dentro da aristocracia romana, que glorificava toda a família do homenageado através dos atos de seus ancestrais e louvava o desempenho público e o caráter privado deste.

Vida de Agrícola revela-se uma obra ambiciosa por transpor os tradicionais conteúdos biográficos compostos na Antiguidade, com inserções de dados geográficos e etnográficos, uma narrativa histórica e discursos formais. Além disso, Tácito evidencia alguns elementos que aparecerão posteriormente: a presença de eventos políticos, as estratégias literárias e o ressentimento com a postura da aristocracia senatorial em relação à estrutura do poder político imperial. Na introdução há também um prólogo ligando presente e passado e anunciando uma reflexão sobre o Principado romano, em suas características positivas e negativas.

No mesmo ano de 98 d.C., Tácito novamente discorre sobre etnografia ao compor um relato sobre a Germânia (*De Origine et Situ Germanorum*). Esta obra está dividida em quatro partes: a primeira menciona a localização da Germânia, as origens de seus povos, sua religião e seus recursos naturais. A segunda e a terceira partes tratam, respectivamente, da vida pública e privada dos germanos, e na quarta e última parte, Tácito apresenta os povos germânicos em suas particularidades, constituindo uma distinção entre eles e os romanos. Mais do que um ensaio informativo sobre estes povos, o texto fornece um contraste entre duas sociedades: mais que alertar os romanos para uma possível ameaça militar, o historiador critica a política e a moralidade romana por meio de implícitas comparações com as virtudes dos germanos.

O Diálogo dos Oradores (*Dialogus Oratoribus*) é datado de 102 d.C. e constitui-se como a sua terceira obra. Seu tema é um debate sobre o declínio da oratória, e se passa entre 74 ou 75 d.C., sob o Principado de Vespasiano. Atendendo a um pedido de seu amigo Fábio Justo, Tácito relata um diálogo que ouvira anos antes sobre o declínio da eloquência em Roma.

Neste debate entre quatro senadores, sendo três de origem gaulesa e um romano de família aristocrática, enumeram-se questionamentos sobre as virtudes da poesia, a utilidade da oratória, o estabelecimento e as transformações da retórica. Acrescenta-se também a constatação da decadência da eloquência e da moralidade em Roma, tendo em vista, dentre várias causas, as condições políticas do Principado. Sob forte influência do estilo ciceroniano, este trabalho não é meramente uma imitação retórica ou uma crítica literária, mas assenta a literatura dentro de um contexto político mais amplo, destacando a incorporação por parte de Tácito de um programa de análise histórica sobre os efeitos da tirania dentro da sociedade romana.

Por volta de 108 a 109 d.C., Tácito escreveu as *Histórias*. Esta obra abarca a guerra civil 69 de d.C., ano conhecido também como o dos “quatro Imperadores”, estendendo-se até a morte de Domiciano em 96 d.C. Entretanto, somente quatro livros completos e uma parte do quinto sobreviveram – cerca de um terço do total – correspondendo a menos de dois dos vinte e oito anos que abrangem a dinastia dos flavianos. Assim como os *Anais*, esta obra se insere no gênero de história analítica, que busca comprimir os principais eventos ocorridos em narrativas divididas de acordo com os anos consulares.

O autor centra sua atenção nas relações de poder que envolvem a sociedade romana ao longo de séculos. Escrevendo durante o Principado de Trajano, Tácito vê a adoção política como meio de se evitar o despotismo hereditário, e articula nas falas de

seus interlocutores sua teoria sobre a sucessão e a adoção (HISTORIES, I-16), analisando as instituições políticas do Estado romano, apresentando pela primeira vez sua própria ideologia do Império, entrevedo as diretrizes nas quais ele se aprofundaria em sua obra subsequente.

Sua última obra, os *Anais*, foi composta entre 115 e 117 d.C, e compreende o período de Augusto a Nero, mas também não nos chegou completa. Dois terços dela permaneceram: os livros I a IV, o início do V, o livro VI, sem o seu início, e os livros XI (sem o início) a XVI, sem o final; acredita-se que o seu total fosse de dezoito livros. O seu conteúdo pode ser dividido em três partes: da breve síntese do Principado de Augusto até a morte de Tibério (14-37 d.C.) (livros I a VI); os anos de 47 a 54 d.C. do governo de Cláudio (o Principado de Calígula se perdeu), e o governo de Nero até 66 d.C (sem os eventos próximos ao seu assassinato e o princípio da guerra civil).

Os *Anais* representam o ponto mais alto da escrita histórica de Tácito sobre o Principado romano. A primeira cópia sobrevivente deste livro é um manuscrito conhecido como “primeiro mediceu” ou M1, compreendendo somente os seis livros iniciais, a narrativa do Principado de Tibério, em que grande parte dos livros V e VI nos faltam, e foi transcrito na Alemanha durante a metade do século IX, levando a crer em uma distância de mais de sete séculos entre a confecção do manuscrito original e esta cópia, o que nos sugere inevitáveis alterações do sentido original do texto.

Os livros XI a XVI foram encontrados em outro manuscrito conhecido como “segundo mediceu” ou M2, escrito no século XI. Sabemos que este manuscrito foi usado durante os séculos XIV e XV, e que possivelmente algumas cópias que circularam durante esta época dele são derivadas. A primeira impressão dos livros XI-XVI dos *Anais* data de 1472; já o “primeiro mediceu” não foi copiado até meados do

século XVI. A primeira edição impressa dos livros I-VI foi produzida em 1515, mas somente em 1569 foi encontrada com o nome designado atualmente.

Tácito organizou esta obra em três partes: a parte inicial é dividida pela primeira aparição do Prefeito do Pretório Élio Sejano no começo do livro IV. A introdução da segunda parte se perdeu, mas termina com a morte do Imperador Cláudio. Por fim, a terceira parte começa com a ascensão de Nero, em que Tácito faz uma alusão ao governo de Tibério, pois ambas as partes (ANNALS, I-6; XIII-1) fazem referência a assassinatos políticos: Agripa póstumo (14 d.C.), filho adotivo de Augusto e Júlio Silano, procônsul da província da Ásia (54 d.C.). O paralelo entre estes governos também se estende para as comparações entre Lívia e Agripina, mães de Tibério e Nero, respectivamente.

Tácito claramente secciona os Principados destes últimos em uma fase positiva e negativa, a primeira referindo-se a um período de boa administração pública e certa estabilidade com a aristocracia senatorial, enquanto a segunda é composta de abusos de autoridade e perseguição política, enfatizando a degeneração do caráter pela corrupção do poder. Presumivelmente, Tácito pode ter seguido o mesmo padrão de divisão para o governo de Calígula.

Os *Anais* não começam com a tradicional forma de escrita da história grega, destacando os objetivos pessoais do autor como presentes em *Vida de Agrícola* e nas *Histórias*. Os primeiros capítulos do livro I sintetizam o colapso da República e o triunfo político-militar de Augusto. Em seguida critica o tratamento inadequado atribuído às vidas dos Imperadores Júlio-Claudianos e afirma sua imparcialidade (*sine ira et studio*) (ANNALS, I-2), elucidando o foco de sua obra: Roma (*Urbem Romanum*) e o seu governo; as guerras contra povos estrangeiros e os tumultos militares são

inseridas em um plano subsequente às questões de política imperial e as disputas internas por poder.

Ronald Mellor (1993:14) afirma que os *Anais* começam com um retrospecto do governo de Augusto em que se percebe um apelo crítico sobre a constatação da perda da inocência política coletiva na sociedade romana. Nesta introdução, Tácito emprega toda a sua técnica narrativa para ressaltar a imediata impressão de duplicidade e intriga dinástica existente neste período: mediante o exagero e a ironia, o autor admite que o *Princeps* devolveu a paz após quase um século de dissensões civis e que as províncias estavam muito melhor apaziguadas sob um Imperador do que diante do poder senatorial.

A.J. Woodman (2004:12-13) acrescenta que a escolha de Tácito em não principiar a sua narrativa a partir da vitória militar de Augusto no *Actium* (31 a.C.) é significativa, por mostrar com nitidez que, durante a passagem de Augusto e a ascensão de Tibério, o Principado não era mais um fenômeno político transitório, mas algo que deveria perdurar, o que se confirma durante a obra pelas tramas que delineiam o processo de sucessão dinástica. Do mesmo modo, a ascensão de Augusto traz à vista do leitor a constatação de que o termo *res publica* sobrevive em uma ambigüidade conveniente que representa ao mesmo tempo “a República” e o “Estado”³, mas que em

³ “Estado” e “Império” são duas palavras derivadas do latim, e em relação à primeira precisamos nos concentrar no termo *res publica*, que traz a maior correlação com o sentido de *Estado*. É comum nos referirmos ao período antes de Augusto como o período da *res publica*, e para os séculos seguintes como Império, mas não consideramos uma demarcação clara entre uma era da República e a da monarquia, ao passo que autores como Tácito conseguiam ver uma clara distinção na estrutura política relativa aos dois períodos. Composto de um substantivo e de um adjetivo respectivamente, a palavra *res publica* é compreendida como uma preocupação com as coisas públicas, se referindo tanto às condições gerais ou possessões, ou a um abstrato conceito de comunidade política.

A *res publica* era mais do que um conjunto de pessoas: era o teto sobre o conjunto dos *cives romani*: ela pareceu realmente um *res populi*, embora seja maior que *populus romanus*. É mais do que uma comunidade pelo fato de ser toda e qualquer matéria que se relaciona à comunidade, e, além disso, é também um antônimo de *res privata*. Embora nunca tenha sido uma democracia, mas um governo para o povo, um Estado verdadeiramente aristocrático (EHRENBERG, 1974: 112), o conceito de *Estado* só adquire uma forma coerente quando *res publica* e *res populi* são unidos em torno do controle desta aristocracia, que defende sua aptidão e propriedade para a gerência dos assuntos com o consentimento do povo romano.

efeito funde-se na soberania de um único *Princeps*: os magistrados continuam sendo eleitos, mas estes deveriam ser aceitáveis para Augusto.

Uma das principais características nesta obra é sua intertextualidade proveniente de uma construção analítica, com unidades temáticas interligadas em uma narrativa de eventos seqüenciais aparecendo como metáfora durante a obra (ANNALS, I-19; III-49). Ou seja, a noção de guerra civil sugere que o Principado sempre esteve em constante perigo de perecer pelos mesmos motivos pelos quais se consolidou. Desta maneira, a obra taciteana, além de constituir um comentário oblíquo sobre o período em que o autor escreve seu texto, observa as ligações que existem entre o futuro imediato e o passado mais recente pelo qual o Principado floresceu (KRAUS; WOODMAN, 1997:97).

Como exemplo, a morte de Augusto e a ascensão de Tibério são seguidos de um duplo motim (ANNALS, I-16; I -52), que se assemelha à guerra civil, evocando o semblante de conflito que irá ressurgir após a morte de Nero ao final deste livro, e que remete ao descrito anteriormente nas *Histórias*: “pela mudança do *Princeps* que trouxe a licença para a perturbação, e resultando da guerra civil (*ex ciuili bello*), a esperança de prêmios” (ANNALS, I-16).

As sugestões implícitas em seus escritos podem advir da não-cumprida promessa de Tácito de escrever uma história sobre os governos de Nerva e Trajano, presente no início de suas *Histórias* (*quod si vita suppeditet, principatum divi Nervae et imperium Traiani, uberiolem securiolemque materiam, senectuti seposui*) (HISTORIES I-1). Todavia, o autor escreve somente até o fim do Principado de Domiciano, nos

Pensada em termos gerais como o assunto de uma comunidade, seus direitos e interesses, deveria ser à promoção e manutenção ativa deste direito e interesse que os romanos deveriam dedicar-se; mas a aptidão para a administração da coisa pública era ideologicamente assentada sobre os nobres (*nobilitas*), sendo de interesse comum que estes governassem a *Res publica*. Esta atribuição natural tinha a sua origem mais ligada à prudência do que algum tipo de sentimento, e foi muito duradoura; mas a contrapartida desta fé duradoura do povo romano na aristocracia era a fé da própria aristocracia em si mesma (ADCOCK, 1989:20).

concedendo uma versão modificada desta promessa, e que se mostra mais uma vez adiada nos *Anais*.

A afirmação de que os governos de Nerva e Trajano contrastavam com o Principado de Domiciano por finalmente oferecer a oportunidade por liberdade de expressão e pensamento (*rara temporum felicitate ubi sentire quae velis et quae sentias dicere licet*) (HISTORIES, I-1) deve ser observada com ressalvas. Isto se deve ao fato de Tácito afirmar anos mais tarde que os leitores geralmente suspeitam de significados ambíguos mesmo quando estes não são pretendidos pelo autor, pois “você irão encontrar aqueles que, em um relato de uma similaridade de comportamento, acham que maus exemplos dos outros estão sendo imputados para si próprios (*reperies qui ob similitudinem morum aliena malefacta sibi obiectari putent*)” (ANNALS, IV, 33-4).

A preocupação maior de Tácito, no entanto, não reside nas limitações à liberdade de expressão imposta pelo sistema de governo, mas sim no caráter e na personalidade dos que participam do jogo do poder e na forma de comportamento destes com as atribuições políticas, o que justifica a atribuição de um meio-termo na convivência com a estrutura de poder imperial, pois se esperava que mesmo em meio a maus governantes pudessem existir bons homens e bons Imperadores.

Ronald Syme afirma (1957:199) que Tácito é um historiador político: quando surge a necessidade de se estabelecer um complemento sobre a preocupação primordial com o tema da tradição de Roma e da República, externa-se o alerta sobre os ganhos e perdas presentes na nova forma de governo: o que o *Princeps* adquiriu, o Senado deixou de possuir. Sendo assim, Tácito poderia ser chamado de republicano, se ao menos uma consistência clara do termo *res publica* pudesse ter sido dada durante a administração dos Césares.

Existe uma conjunção de temas em Tácito: o crescimento da tirania, o declínio de moralidade e o mau-uso da linguagem. Um padrão recorrente da tirania imperial e a covardia senatorial são repetidamente contrastados com a coragem dos inimigos bárbaros, que lutam e morrem pela preservação de sua liberdade. Além disso, esta tirania é acompanhada por delatores, libertos manipuladores, julgamentos por traição⁴ e pela paranóia: despotismo, bajulação e traição formam a rede que compõem a narrativa dos *Anais* (MELLOR, 1993:26).

Outro tema recorrente é a referência às instituições, ações e decisões dos maiores representantes da tradição ancestral da República (*maiores*): o passado é geralmente evocado como um padrão de conduta contra as atribulações do presente, e o autor busca ressaltar a falta de real qualidade e competência dos senadores e a autonomia política da instituição em seu tempo. As alusões a diversos momentos da República ressaltam o descompasso do Senado frente aos principais princípios do passado (GINSBURG, 1993:103). A fraqueza moral ressoa também na incapacidade romana de expansão territorial e militar, decorrente da política militar passiva recomendada por Augusto a Tibério. O historiador também é sensível aos maus usos da linguagem e a censura dos escritores, controle da liberdade de expressão: a conexão entre a palavra, o pensamento e o poder reverberam ao longo de sua obra (MELLOR, 1993:27).

1.2 – A narrativa histórica de Tácito.

Durante a Antiguidade houve uma distinção que estabelecia os *annales* como uma crônica de eventos no passado, enquanto *historia* seria a memória e a

⁴ Em termos bastante sucintos, crime por traição ao estado romano. O tema da *traição* é constante nos *Anais*, por ter sido prática bastante comum durante o governo dos júlio-claudianos, e em especial durante o Principado de Tibério. Abordaremos esta questão com bastante atenção mais adiante.

experiência de um indivíduo em seu tempo (SYME, 1956:186). Tal diferenciação é pouco útil e falaciosa, pois Tácito não emprega o termo *historia* com este sentido dado. Para ele, um historiador é um *auctor* ou um *annalium scriptor*: se ele evoca “a principal responsabilidade dos Anais” (*praecipuum munus annalium*) (ANNALS, III-65), é para enunciar a principal função de toda a sua história; e quando ele se refere aos *annales nostri* (ANNALS, IV-32), ele quer dizer “a história que estou escrevendo”.

A princípio, a história era escrita pelos senadores, permanecendo por longo tempo no monopólio desta ordem. O senador se dedicava à escrita em idade madura, com um conhecimento adquirido, discorrendo sobre os cidadãos e o governo, os debates no fórum e na Cúria. Em meio à composição, moldavam-se asserções pessoais sobre glória e sobrevivência, em meio a um hiato ou término de sua vida pública, e nem sempre com tranquilidade de espírito.

De uma tradição estabelecida por Fábio Lictor, Catão, Salústio e Pólio, entre outros, chega-se a Tácito. No que tange ao estilo, os historiadores tendem a se assemelhar em uma reprodução dos eventos permeada pelo ressentimento que contrapõe passado e presente. Com Salústio, a antipatia pelo estilo ciceroniano subvertia a eloquência por meio de uma narrativa breve, áspera e abrupta, em busca de uma verdade crua. A continuidade de sua obra por Asínio Pólio evitou a fraseologia edificante, bastante difundida no último período da República.

A influência de Salústio é perceptível em Tácito: Assunto, estilo, tonalidade e sentimentos refletem a influência do primeiro no estilo narrativo do segundo. O estabelecimento do Principado trouxe o alerta sobre os ganhos e perdas presentes na nova forma de governo, mas sua maior preocupação é com o caráter e a personalidade dos cidadãos que vivem sob o Principado. Para Syme (1965:199), Tácito é um historiador político: a cidade de Roma parece ser o principal interesse do Senador que

escreve; o povo, as províncias e o exército aparecem em segundo plano, quando surge a necessidade de se estabelecer um complemento sobre a preocupação primordial com o tema da tradição de Roma e da República.

Tácito parece ter consultado tanto fontes de fácil acesso quanto documentos obscuros, e assim como outros historiadores romanos, possivelmente acreditava que a pesquisa pessoal era a ferramenta mais importante para a composição de uma história dos eventos recentes, e desta maneira buscou testemunhas oculares destes fatos. Grande parte dos detalhes veio de sua pesquisa em reminiscências, biografias, cartas e discursos da época, bem como as atas senatoriais e obras de historiadores como Plínio o Velho, Fábio Rústico e Clúvio Rufo. A pesquisa em arquivos é especialmente notável nos primeiros livros dos *Anais*, e possivelmente significou uma grande inovação na escrita histórica de sua época (MELLOR, 1993:33).

Em relação à precisão histórica, Syme conclui (1959:378-396) que imprecisões ocorrem constantemente na obra, sob diversos aspectos⁵. Existem afirmações incorretas sobre fatos históricos do último século da República, sobre medidas políticas nos Principados de Augusto e Tibério, bem como equívocos e omissões sobre a genealogia de membros das famílias romanas do período, e falta de clareza sobre as origens de vários indivíduos das ordens eqüestre e senatorial que aparecem durante o livro. Mais ainda, ignora inúmeras proclamações imperiais, publicações de editos, bem como comete erros na descrição e na localização geográfica de batalhas.

Estes equívocos nos alertam sobre a necessidade de resistirmos na compreensão de Tácito como um pesquisador de documentos originais no sentido de

⁵ Para uma ampla discussão sobre imprecisões no texto taciteano, ver R. Syme “Tacitus”, Pp. 378-396; *idem* “Tacitus: some sources of his information”, em *Journal of Roman Studies*, vol. 72 (1982), Pp. 68-82; K. Wellesley, “Can you trust Tacitus?”, em *Greece & Rome*, vol.1 n.1 (1954), Pp. 13-33.

um historiador do século XX. Sabemos que os historiadores da Antiguidade normalmente realizaram pesquisas a respeito dos eventos contemporâneos sobre os quais eram os primeiros a descrever. Tácito deve ter lido com cuidado as *actae senatus* e as *actae diurna*, mas não podemos concluir que ele o fez sistematicamente no período que tange de Tibério até Tito, para o qual poderia ter utilizado fontes literárias.

Para Arnaldo Momigliano (2004:161), pode-se dizer que de acordo com a documentação que hoje possuímos não há nada que sustente uma imagem anacrônica de Tácito passando as suas manhãs consultando os arquivos do Senado romano. Mas se ele não foi um pesquisador no sentido moderno, todavia ele era um escritor cuja autoridade não pode ser desconsiderada; se questionamos dados oferecidos sobre Tibério ou duvidamos de outras informações presentes em seu texto, o que na verdade entra em discussão é a avaliação dos detalhes.

A despeito das imprecisões encontradas em seu texto, não podemos desconsiderar a legitimidade da composição de sua obra, pois é plausível pensar que pretensão do autor não era a manipulação intencional dos eventos históricos, já que provavelmente pessoas próximas leram seus escritos, e certamente as considerações em seu texto, embora errôneas, faziam parte de uma tradição estabelecida sobre o passado. Em diversos momentos de seus escritos, Tácito ressalta uma grande preocupação com a precisão histórica, levando em consideração a confiabilidade de seus precedentes (VIDA DE AGRÍCOLA, 2; HISTORIES, I-1), bem como críticas sobre a parcialidade de escritores anteriores (ANNALS, I-1).

Afirmações sobre a imparcialidade não são originárias de Tácito: proposições semelhantes podem ser encontradas em Salústio ou Sêneca. A crítica do autor aos seus antecessores advém do fato destes estarem ligados por razões pessoais aos Imperadores. A imparcialidade da posteridade era consequência lógica da perda de

conexões pessoais; autores da Antiguidade não consideravam uma crença ideológica como parcialidade: Tácito não poderia estar sendo parcial contra o Principado, pois o seu principal foco de críticas não estava direcionada ao Principado enquanto instituição, mas à forma como alguns indivíduos se relacionavam com o Imperador e algumas das novas condições políticas (MELLOR, 1993:37).

No entanto, o historiador certamente tinha uma opinião bastante clara sobre as personalidades e a política da corte imperial, mas não podemos levantar evidências que comprovem que ele manipulou fatos. Explicitamente, ele tenta analisar o que escutou e leu, embora, considerando-se a fragilidade existente sobre a exatidão destes fatos, o seu ceticismo não o impediu de organizar os relatos para elaborar uma narrativa em que possa persuadir o leitor de seu ponto de vista. As maneiras pelas quais ele concretiza seu intento são várias, se utilizando de diversos recursos para consolidar a sua “verdade” (SYME, 1959:397-407).

Desta maneira, torna-se fundamental um aprofundamento sobre os métodos de composição de sua escrita histórica e literária. O estilo de Tácito mostra as principais características da literatura de seu período: das longas digressões presentes em Cícero e Tito Lívio, em vez disso encontramos breves e concentradas sentenças, geralmente interligadas umas nas outras assindeticamente, e exemplificadas enfaticamente como *sententiae* (LÖFSTEDT, 1948:1). Percebemos a partir deste momento uma influência bastante distinta da retórica, que em certa medida parece ter quebrado as barreiras limítrofes entre poesia e prosa, evidenciando que oradores e historiadores poderiam poetizar e poetas tornarem-se retóricos⁶.

⁶ Em algumas destas características, Tácito intensificou e levou a limites bastante extremos: a brevidade das expressões, a predileção por construções poéticas pouco comuns, e o rude rompimento com a simetria e o equilíbrio entre as sentenças e os seus enunciadores. Se nos *ANNALS* a linguagem e o vocabulário atingem a sua dimensão mais solene e poética, esta obra não deve ser considerada como um escrito completamente homogêneo: a partir do livro XIII, um novo estágio na narrativa mostra o retorno a alguns aspectos das formas clássicas da escrita. Einar Löfstedt aponta (1948:3) que o estilo do autor é uma

Tácito mostra conhecimento sobre as conseqüências de conflitos psicológicos sobre os efeitos estilísticos daquele que emite um discurso, bem como a percepção de uma responsabilidade intelectual sobre a instrumentalização dos componentes discursivos e retóricos perante aqueles que lêem ou escutam um discurso⁷. Os vários comentários sobre a oratória de Tibério nos fornecem os melhores exemplos para este intento. Como exemplo de um discurso simples e sincero (ANNALS, IV-31): “O Imperador, que na maior parte das vezes era contido e parecia empurrar suas palavras, falava mais atenta e expansivamente quando intercedia em auxílio de alguém (*quin ipse, compositus alias et velut eluctantium verborum, solutius promptiusque eloquebatur, quotiens subveniret*).

Por outro lado, como exemplo de discurso ambíguo, que embora efetivo, soa áspero e conseqüentemente produz um efeito indesejado, a resposta de Tibério à solicitação de dinheiro feita pelo senador M. Hortálo (ANNALS, II-38), em que exorta aos senadores que o Estado não pode se preocupar exclusivamente com o suporte financeiro de todos aqueles que estiverem em dificuldades, pois assim o trabalho diminuirá e a licenciosidade se intensificará (*languescet alioqui industria, intendetur socordia*).

Embora todos tenham consentido com suas palavras, houve silêncio e murmúrios; Tácito afirma que Tibério percebeu o teor de suas palavras (*sensitque*

expressão da personalidade do indivíduo que escreve e emana de seu cerne: de forma concentrada se exhibe uma seriedade sombria e uma movimentação ativa nos eventos históricos de Tácito. Sem degenerar para uma retórica vazia, umas das chaves para a coesão de seu estilo está no material histórico com o qual trabalha e seus fatos, assim como a sua preocupação em evidenciar os caracteres psicológicos dos personagens e as tramas que descreve, complementados com considerações de cunho retórico que reverberam a tradição de vários séculos de escrita literária.

⁷ Kristine Gilmartin complementa (1974:216-222), em oposição às opiniões de Walker (1960) e Syme (1959), em várias passagens de sua obra o autor comenta sobre retórica, evidenciado a predileção por pelo menos três estilos discursivos. Primeiramente, um estilo simples e fluente era compatível a certas pessoas e circunstâncias, e poderia ser utilizado com sucesso por destacar a sinceridade do enunciador. Em segundo, um estilo que mescla complexidade e sinceridade também poderia ser eficaz. Por último, um estilo complexo e ambíguo poderia ser mais útil em caso de situações conflituosas, embora o excesso de ambigüidade fosse perigoso, pois poderia provocar uma reação inesperada e soar insincero.

Tiberius) e, questionando o Senado, acabou por fim concedendo dinheiro a Hortálo, que o recebeu em silêncio, por medo ou por ainda conservar o orgulho da nobreza de seus antepassados (*siluit Hortalus, pavore an avitae nobilitatis etiam inter angustias fortunae retinens*).

Os discursos de Tácito são enriquecidos de uma complexidade de pensamentos que não se encontram em antecessores, como Tito Lívio, César ou mesmo Salústio: o uso da retórica transformou a forma e os meios pelos quais, mais do que ornar a escrita, proporcionou a elevação dos planos psicológicos e o destaque dos elementos dramáticos na estrutura do relato histórico⁸.

Tanto Alain Michel (1971:59) quanto J. Cousin (1957:233-234) acreditam em influências do pensamento estóico sobre Tácito, que influencia na construção de um discurso moralista que faz do homem o centro de seu estudo e o objetivo de sua enquete. A paciente construção de uma moral humana, elucidada pela estética da vida individual, deixando de ser a construção moral da religião e da Cidade. Estas considerações são necessárias para estabelecer na narrativa a retórica taciteana: além dos recursos empregados aos procedimentos gerais de exposição e estilo, no interior desta se movimenta uma retórica do sentimento, lembrando certos aspectos da epopéia e da tragédia.

Desta maneira, Tácito se utiliza da *eirôneia*, elemento discursivo que consiste em construir o arquétipo do ignorante ou aquele que finge, dando-lhe um ar de humildade ou de prudência, e que se diversifica, seja estabelecendo um aspecto de dissimulação, de mistificação ou construção de uma ironia intelectual (COUSIN, 1957:

⁸ Mais do que uma simples compilação, em sua estrutura analítica existe a preocupação com a busca de uma unidade interna que estabeleça as relações de ação e reação no decurso dos eventos e de seus personagens. Diante desta tentativa de explicação das ações humanas são relacionados efeitos materiais e causas psicológicas, sugerindo certa liberdade do homem em meio a um mundo gerido pelo *fatum*: o agente do *fatum* e da *fortuna* liga a consequência de suas paixões às tramas de seu destino (COUSIN, 1957:233).

245). Seguindo as tendências de seu período, o historiador trouxe para a sua narrativa alguns componentes da tragédia, mas recorreu também aos procedimentos retóricos que o mantiveram alicerçado na consideração dos eventos de seu tempo, embora tenha sido influenciado por vários julgamentos pré-estabelecidos sobre o passado, na intenção de verter luz sobre os segredos do Principado e das intrigas dinásticas (MELLOR, 1993:121).

Perante sua intenção de relatar apenas as opiniões que se destacam pela sua nobreza ou pela sua torpeza insigne (*ne virtutes sileantur utque pravis dictis factisque ex posteritate et infamia metus sit*) (ANNALS, III-65), Tácito não se deixa impressionar com a aparência da verdade. A expressividade dos personagens toma, junto com suas falas e as análises destas, o primeiro lugar em sua narrativa; evidentemente tais expressões não estariam presentes na documentação da qual Tácito possivelmente se utilizou para construir a unidade de seus relatos.

A dissimulação (*dissimulatio, dissimulationis*), é um elemento constantemente presente em seu texto (ANNALS, II-57; IV-71; VI-32; VI-50): *simulase amor, constantia, discordia, fides, firmitudo, gratia, laetitia, morbus, obsequium, securitas*; a “aparência” relaciona-se com a dissimulação: *species libertatis, species amicitias, species reconciliationis, species honoris, species religionis, species pietatis, species largitiones, species studiorum*⁹. Por outro lado, o verbo *uelle* (querer) e a *voluntas*, virtude que se atribui aos Imperadores, dá lugar aos impulsos, nos remetendo ao plano psicológico e ao apelo dramático de seus personagens: *ira, inuidia, odium, simultates, cupiditas, studium* (COUSIN, 1957:237).

⁹ Segundo Cousin (1957:238), o termo *species* é utilizado 154 vezes nas obras de Tácito.

Desta forma, Tácito faz amplo uso do discurso dramático¹⁰, recurso presente em várias obras da literatura da Antigüidade, e que significa em sua obra todas as menções, longas ou breves, em duas categorias fundamentais: a *oratio recta* ou a *oratio obliqua*; a disposição destas menções varia amplamente ao longo dos *Anais*: Dentro destas duas categorias fundamentais, estão presentes na obra taciteana seis tipos principais de discurso: *contio*, um pronunciamento formal para um grupo de pessoas, e a *conversação*, um intercâmbio informal entre falantes dentro de um contexto específico. O *dictum*, um comentário individual breve e aleatório. *Combinações condensadas*, falas que sumarizam o pensamento de um grupo ou de um indivíduo, em ocasiões diversas; a *formula*, um oráculo, prece ou edito; e por fim uma *mensagem*, que poderia ser uma carta ou instruções para algum funcionário ou legado.

Em relação ao conteúdo, podemos afirmar que o seu interesse predominante refere-se à política interna de Roma, seguindo-se dos discursos concernentes às questões militares e à política externa. O personagem que mais profere discursos na obra é Tibério, cujo efeito desta concentração é relevante no desenvolvimento da narrativa entre os livros I-VI. Existem ainda vários outros personagens que também proferem discursos: senadores, generais e soldados, alguns indivíduos que dão suporte à sua visão da história do período, e por fim o povo. A nacionalidade e o status dos personagens também ajudam a ressaltar a preocupação com a política interna em Roma, e os freqüentes e longos discursos geralmente cristalizam

¹⁰ A disposição do discurso dramático não pode ser considerada como uma circunstância aleatória, mas um fator determinante na constituição de sua narrativa. Entre o início e o fim de suas obras há um gradual crescimento de discursos apresentados como *oratio obliqua*: este fato indica uma predileção de Tácito por esta forma de discurso dramático, que convenientemente o auxilia na expressão dos pensamentos e sentimentos de um indivíduo – uma ferramenta que permite a definição do temperamento de seus personagens. O discurso dramático de Tácito possui características singulares, que refletem a temática de sua escrita: as principais características do Principado, embora não falem críticas bastante contundentes sobre a forma pela qual Tácito se apropriou de vários de seus discursos (MILLER, 1964: 290-296).

uma situação, ou fornecem uma séria constatação sobre este tema (MILLER, 1964: 287-290).

Em meio a estas técnicas de composição, Tácito também utiliza o *innuendo* para transmitir a impressão de que este se exime da responsabilidade de fornecer um julgamento diante dos eventos os quais descreve. Um dos primeiros e principais expedientes dentro desta técnica é a isenção de acusações diretas sobre os crimes que ocorrem durante o texto; esta hesitação em fazer tais acusações se mostra bastante contrária ao intento de Tácito em relatar motivos, analisar razões para determinados acontecimentos, reconstruir pensamentos, sentimentos e intenções (RYBERG, 1942:383-404).

Um dos principais personagens que se insere dentro desta técnica é Tibério, pois o autor se mostra apto a assumir responsabilidades sobre as constatações relativas ao caráter, à personalidade e às atitudes de Tibério, na medida em que não se comprometa a fazer afirmações pessoais sobre os casos. Um exemplo muito claro é o relato sobre a morte de Augusto, justificado por rumores de que agravamento de sua saúde devia-se a crimes por parte de Lúvia (*Haec atque talia agitantibus gravescere valetudo Augusti, et quidam scelus uxoris suspectabant*) (ANNALS, I-5), pela suspeita do Imperador ter feito visitas secretas à Agripa Póstumo durante o seu exílio. Tácito se nega a decidir pelo rumor, mas oferece certa plausibilidade para a suspeita de que estas tramas teriam relações com o futuro Imperador e sua mãe¹¹.

¹¹ Outro exemplo são as exposições da opinião pública sobre Augusto e Tibério, que aparecem nos primeiros capítulos do livro (ANNALS, I-4, 5). Com uma aparência de imparcialidade, Tácito mostra considerações positivas e negativas sobre o Principado de Augusto, e ele próprio afirma não tomar parte em tais considerações, mas podemos perceber que as opiniões negativas ganham uma coloração muito mais forte. Cria-se no texto uma atmosfera de tensão que anuncia o governo de Tibério, e da mesma forma permanecem ao longo dos seis primeiros livros da obra. Em outros casos, as acusações são inseridas nos discursos de algum indivíduo. O senador Lúcio Arrúntio, acusado de traição em 37 d.C., atesta uma condenação do Principado de Tibério, e em meio às súplicas para que não cometesse suicídio tão apressadamente, questiona-se sobre o que poderia de melhor esperar de um sucessor? Gaio (Calígula) era inexperiente e havia sido conduzido pelo pior exemplo (*G. Caesarem vix finita pueritia, ignarum omnium aut pessimis innutritum*) (ANNALS, VI-48).

Outro recurso é atestar uma acusação como alternativa pela qual o historiador não assume qualquer responsabilidade. Ao afirmar que Tibério só veio a ser o principal herdeiro de Augusto pelas mortes de Agripa, Gaio e Lúcio César, o autor insinua que isto se deu ou por uma fatalidade do destino, ou pelas tramóias de sua mãe (*mors fato prospera vel novercae Liviae dolus abstulit*) (ANNALS, I-3). Embora não demonstre claramente uma preferência entre as versões, ocasionalmente algum traço do *innuendo* leva o leitor a cogitar a pior possibilidade.

Um quarto aspecto desta técnica é a consideração de acusações – previamente feitas por meio de rumores, boatos ou explicações alternativas sem claro suporte – resgatando-as posteriormente à narrativa como se fossem fatos tacitamente aceitos, embora o autor aparentemente não tenha demonstrado preferência alguma. Como principal exemplo, a dúvida presente sobre as duas possibilidades de causa pela morte dos possíveis candidatos à sucessão (fatalidade do destino ou maquinações de Lúvia) (ANNALS, I-3), é resolvida logo adiante (ANNALS, I-10), pois Tácito afirma que é um rumor comumente difundido que Lúvia havia sido uma madrasta atroz para a casa dos Césares (*gravis domui Caesarum noverca*). Embora sejam apenas rumores, a impressão de culpa por parte de Lúvia é claramente ressaltada.

Outro recurso semelhante é a simples justaposição de idéias. Tácito descreve constantemente os sentimentos do Imperador Tibério em relação a Germânico e expõe os motivos para tanto: enquanto o *Princeps* mostrava relutância em aceitar a soberania do cargo perante o Senado em setembro de 14 d.C., ao mesmo tempo Tibério assumiu o controle imediato da guarda e do exército, pois, conforme Tácito atesta, o último temia que Germânico pudesse assumir o controle das legiões, logo adiante

Além disso, acusações ou críticas são frequentemente consideradas como rumores, opiniões do povo ou boatos: mesmo munido de informações encontradas nos principais autores, ele não deixa de incluir os rumores que sobreviveram ao seu tempo (*maximaeque fidei auctoribus memorata sunt rettuli: set non omiserim eorundem temporum rumorem validum adeo ut noudum exolescat*) (ANNALS, IV-10).

Tibério é descrito como aflito com a popularidade deste perante o exército (ANNALS, I-7)¹².

Outra característica presente na narrativa taciteana é a elaboração de obituários, sínteses sobre a vida de um personagem ilustre. O elogio fúnebre, as laudações e homenagens pelos atos e virtudes de um cidadão romano sempre tiveram grande relevância em Roma: após a celebração de um *obsequium*, homenagem decretada pelo Senado sob custeio do erário público, o pronunciamento era destinado para um arquivo¹³. Os *Anais* apresentam doze comentários deste tipo, e a descrição obituária, além de fornecer impressões sobre Tácito enquanto cônsul, orador e historiador, satisfizeram vários interesses e aspirações na escrita da história deste, pois para ele, quanto mais um homem vivia, mais ele era confrontado pelos paradoxos da fama e da sobrevivência, as operações do destino ou da tragédia (*ludibria rerum mortalium cunctis in negotiis*) (ANNALS, III-18).

¹² Em outra passagem, Tácito afirma que os distúrbios entre os partas não eram de forma alguma desagradáveis ao Imperador (*ceterum Tiberio haud ingratum accidit turbari res Orientis*), pois estes ofereciam um pretexto para afastar Germânico das legiões que lhe eram fieis, para estabelecê-lo em uma província distante e desconhecida, onde estaria sujeito tanto às traições quanto aos acasos da fortuna (*impositum dolo simul et casibus obiectaret*) (ANNALS, II-5). Conquanto isto não implique uma responsabilidade direta sobre as más intenções de Piso contra Germânico adiante, todavia sugere o conhecimento e a aprovação deste fato. Assim sendo, Tácito sugere que a existência de rumores e intrigas é um alerta sobre a existência de motivos perversos, e para um historiador que se recusa a fazer julgamento diante dos rumores que lhes chegaram, Tácito criou um panorama vivo de inveja, traição e crimes, acusações associadas nos discursos dos personagens por meio de rumores, recorrendo constantemente a afirmações feitas sem embasamento claro, visando ratificar a verossimilhança de tais implicações (RYBERG, 1942:397).

¹³ Os obituários referem-se a vinte pessoas, geralmente inseridos ao final da crônica anual de eventos estabelecida pela construção analítica da obra (ANNALS, III-30, 48,75; IV-15, 44, 61; VI, 10, 27, 39; XIII-30; XIV-19, 47), sem levar em consideração os comentários acerca da vida de Tibério (ANNALS, VI- 51), Lúvia (ANNALS, V-1), Júlia (ANNALS, I-53), Júlia Menor (ANNALS, IV-71) e o funeral da viúva de Cássio (III, 76), e breves asserções sobre algumas mortes que estão presentes na narrativa. Destes obituários, quatro são registrados explicitamente como os últimos acontecimentos do ano, dois são de fato os últimos itens da narrativa, quatro são os penúltimos, e ainda assim somente dois dentro do corpo da narrativa. Dos elogios feitos, cinco são relacionados a cidadãos individualmente, um relacionado à um grupo de três pessoas, e o resto está disposto em pares. (SYME, 1958:18). Preocupado com as vicissitudes da ordem governante, ele insiste em deixar bastante claro que escreve de acordo com as categorias do passado romano; os obituários reforçam seu objetivo e proclamam o emprego dos arquivos senatoriais. Desta forma, a tradição e a memória da República podem ser sugeridas sob diversas maneiras, resgatando nos feitos de alguns cidadãos efeitos que provoquem reverberações deste período, sugerindo uma nostalgia em contraste com a caracterização pessimista dos tempos posteriores (SYME, 1958:27).

A forma pela qual Tácito expõe sua argumentação sobre a decadência moral no Principado consiste principalmente do aparato psicológico, em meio ao seu arcabouço retórico e histórico; não é objetivo principal a elaboração de séries de fatos passíveis de verificação em seu contexto. Como advogado e político, sua escrita valorizava muito mais a persuasão do que uma rígida consistência dos fatos. Embora ressalte uma preocupação com a procedência das fontes e a relevância dos eventos, as páginas dos *Anais* mostram o efeito de sua formação retórica, e os discursos compostos se constituem como um tratado de oratória política, cujo conteúdo direciona o andamento da narrativa histórica (MELLOR, 1993:70).

O cerne do sistema moral romano era o conjunto dos nobres feitos do passado. Os romanos tinham orgulho de seu passado, e lendas heróicas foram transmitidas primeiramente por meio da tradição oral, e séculos depois pela escrita. Tácito via nas conquistas e valores do passado um guia de conduta pública e privada. Através da tradição do *mos maiorum*, ele nos fornece exemplos de coragem pessoal frente e devoção à liberdade intelectual, que fazem oposição perante à morte, a tirania, líderes paranóicos, bajuladores, informantes, delatores, traidores e executores.

Seu julgamento moral sobre os virtuosos e corrompidos constitui-se como legado do autor para as gerações posteriores. Os discursos se somam aos *innuendos* e aos rumores como parte da construção de uma técnica de composição narrativa, tática literária do historiador da Antiguidade, cuja preocupação com o estilo era tão importante quanto à lógica do texto. A estrutura analítica da obra revela em seu interior outra repleta de efeitos dramáticos, de efeitos visuais e caricaturais, ironia e humor (MELLOR, 1993:51).

Em uma perspectiva crítica diante das intervenções literárias de Tácito, Ronald Syme afirma que (1959:374-377) a proporção histórica de Tácito sofre um

considerável revés em favorecimento das cores e efeitos ressaltados sobre os cenários e personagens. Contudo, muito do criticismo estabelecido sobre sua obra se esvai diante da compreensão dos desígnios do autor, das necessidades estruturais do texto, pois a história não pode evitar intencionalmente a narrativa. Muito de seu material documental provavelmente era refratário e volumoso, o que levou Tácito a inserir movimento e sentido por meio das técnicas que estavam disponíveis no seu tempo.

Evidentemente, junto das técnicas, a opinião do autor e os julgamentos e preconceitos de sua tradição também se presentificam na obra. Sendo assim, para Syme (1959:377), o relato sobre os Césares, de Tibério a Nero, constitui-se como uma intrincada seqüência de eventos dramáticos. Os fatos estavam disponíveis ao autor e este não os inventa, mas Tácito toma liberdades consideráveis na composição de sua narrativa, o que pode complicar a utilização de suas descrições como fontes plenas de observação histórica. Entretanto, implicações sobre a verossimilhança dos fatos, apuração crítica dos eventos e a influência do autor na elaboração da narrativa são preocupações que caracterizam uma visão moderna da história; a exigência e a busca destas prerrogativas em outro período, além de ser ingenuidade, podem constituir-se como grave anacronismo.

1.3 – Tácito e Tibério.

É imprescindível destacar que dentro do conjunto de pesquisadores que se dedicam ao estudo da obra de Tácito, um dos objetos de estudo mais polêmicos constitui-se da construção feita pelo autor de Tibério César Augusto. Dentro dos *Anais*, os relatos concernentes ao seu governo englobam seis do total de doze livros que nos restaram sobre esta obra. É notável a existência de uma caracterização da narrativa que

se difere dos relatos posteriores dos governos de Cláudio e Nero; sobre os motivos desta discrepância ainda não se firmou um consenso.

Thomas Spencer Jerome foi um dos primeiros pesquisadores do século XX a nos fornecer uma tentativa de compreensão sobre a caracterização feita por Tácito de Tibério. Para ele (1912:265), a falta de confiança na descrição feita pelo autor torna-se nítida a partir do momento em que se comparam as generalizações do historiador com os dados oferecidos por ele próprio. Um claro exemplo destas generalizações refere-se às perseguições e à ampla disseminação das acusações e julgamentos pelo crime de traição: a alusão feita a uma “tirania sangrenta” desarmoniza-se com os fatos à medida que estes são narrados.

Mais ainda, a mais persistente acusação de Tácito diz respeito à duplicidade e à dissimulação que caracteriza a ambigüidade e a desonestidade de seus pensamentos, palavras e ações. O autor sempre remete a estes vícios em inúmeras referências recorrentes sobre ações políticas, atitudes pessoais ou discursos (ANNALS, I-7, 11, 33, 46, 73; 81; III-16, 44, 64; IV-31, 71; V-1; VI-50,51). Contudo, diante de suas afirmações de duplicidade e dissimulação nas palavras de Tibério, à exceção de pouquíssimas instâncias (seis ao todo), não se encontra nas mais de setenta passagens quaisquer indicações de obscuridade ou dissimulação, bem como quaisquer bases concretas de afirmação de sua torpeza de caráter, que não sejam insinuações do próprio autor.

Uma análise do conteúdo dos primeiros seis livros dos *Anais* mostra que, primeiramente, existe uma grande quantidade de asserções à conduta de Tibério que lhe são favoráveis enquanto aristocrata e governante; mas sob estes fatos estão inseridos escárnios, insinuações, *innuendos*, boatos ou afirmações aparentemente irrelevantes, mas que são corroboradas em um momento posterior da narrativa.

Em segundo lugar, existem poucas afirmações de ações do Imperador inconsistentes com as outras afirmações, e de fato repreensíveis. E por último, existe uma grande quantidade de amplas ou sucintas afirmações sobre Tibério que em muitos casos não se baseiam em quaisquer fatos presentes na narrativa: são induções e deduções sem embasamento que se contradizem dentro de uma lógica narrativa (JEROME, 1912:268).

A argumentação de Jerome busca corroborar o fato de que Tácito, visando constituir uma caracterização convincente dos personagens de sua trama, através de Tibério estabelece uma narrativa que pouco se apega a um uso responsável das fontes, beirando o ficcional. Tal procedimento é justificado pela forma como o autor faz uso da retórica, visando convencer o leitor de sua perspectiva, conquanto isto afete a lógica da narrativa e gere uma compilação de contradições no texto.

Embora ele tenha apresentado uma perspectiva extremamente desfavorável do Imperador, uma imediata consequência desta postura crítica foi o questionamento de sua credibilidade enquanto historiador; várias apreciações acadêmicas colocaram em cheque a honestidade de propósito e declararam que seu Tibério era elaboração ficcional. Mediante tais críticas, G.A Harrer (1920:67) argumenta que, apesar de ter existido uma tradição literária desfavorável a Tibério e do provável uso por Tácito desta, o autor claramente não a criou.

Para Harrer (1920:61-65), as descrições oferecidas sobre Tibério presentes em Velúcio Patérculo, Valério Máximo e Filo de Alexandria são bastante favoráveis, mas oferecem muito poucos detalhes para se fazer uma contraposição precisa às afirmações de Tácito, principalmente por Velúcio e Valério terem estado presentes na vida pública e por terem sido contemporâneos de Tibério. Sêneca, assim como Tácito, nos fornece

uma descrição de Tibério como insensível, isolado e cruel, principalmente no último período de sua vida.

Sêneca provavelmente tinha quarenta anos quando da morte do Imperador, sendo admissível que suas opiniões façam eco ao ponto de vista de seu círculo social, abarcado pela nobreza equestre e senatorial. Plínio, o Velho tece um breve comentário sobre o caráter sombrio de Tibério; Flávio Josefo nos constitui pela primeira vez um retrato de Tibério baseado em fontes literárias documentais ao invés de conhecimento pessoal: nas suas *Antiguidades Judaicas*, de 94 d.C., ele ressalta o contentamento dos romanos com a morte deste e seu aspecto tirânico.

Suetônio, que compôs a *Vida dos Césares* logo após a obra de Tácito, apresenta um estudo completo do governo de Tibério, em que tanto os aspectos gerais quanto os detalhes em muito se aproximam das considerações taciteanas. Embora seja argumentada uma possível influência do texto taciteano em Suetônio, provavelmente este deve ter baseado seu texto em várias outras fontes. Suetônio dedica uma seção de sua biografia sobre Tibério para a boa conduta do Imperador, no início de seu governo.

Dion Cássio, posterior a Suetônio e Tácito, possui uma seção similar não dependente de Suetônio, mas possivelmente advinda de uma fonte comum. Esta clara divisão do Principado de Tibério em fases distintas está presente tanto nestes três últimos autores quanto em Sêneca: partindo de fontes comuns, aparentemente estes escritores podem ter acreditado em um governante que foi se tornando mais cruel e sombrio à medida que o tempo foi passando, embora fosse bom no início; mas estes se diferem ao caracterizar o bom começo de seu governo.

Evidentemente Tácito pode ter adicionado sua própria interpretação, pois embora o autor tenha sido acusado de não ter visto ou corroborado com as discrepâncias entre atos e interpretações, talvez para manter a unidade de sua concepção sobre o

Imperador, Tácito afirma (ANNALS, XIII-20) que seguiu opiniões consensuais entre escritores anteriores (*nos consensum auctorum secuturi, quae diversa prodiderint, sub nominibus ipsorum trademus*): é possível que sua documentação entrevia um consenso de hostilidade em relação ao Imperador, e sua caracterização negativa pode ter advindo do estigma de misantropo, pelo modo como administrou as questões políticas e familiares durante seu governo.

Embora não levando em consideração o problema de sua atitude perante a questão de liberdade de expressão e a constitucionalidade de seu governo, Kenneth Scott (1932: 139-151) estabeleceu uma investigação sobre a valoração do julgamento efetuado por Tácito sobre a sua aspereza, hostilidade e intolerância (*diritas*). Apesar dos discursos que acusam este modo de ser, seu julgamento não deve prejudicar a constatação positiva de seus feitos como general e governante.

Tácito e outros escritores conheceram os discursos de Tibério, provavelmente recorrendo à *acta senatus*. O que nos é dito sobre a retórica do Imperador sugere um estilo econômico e breve que deve ter sido congênito ao estilo do próprio historiador; os discursos que aparecem entre os livros I-VI podem ter sido baseados nos originais tiberianos, mas é importante ressaltar que o discurso dramático, amplamente utilizado por Tácito, além de realçar a tonalidade dos enunciados, possivelmente ocasionou alterações nas possibilidades de interpretação.

Dentro dos termos que caracterizam o Imperador, mas que provavelmente pertencem a Tácito e aparecem várias vezes na narrativa, e ajudam a construir a figura de um homem misterioso, moroso e violento, estão: *abdo, abstrudo, aspero, deprecor, oblique, obscurus, obsisto, occulo, offensio, perstringo, procumbo, recondo, rumpo, superbio, suspensus, taciturnitas, turbide* (MILLER, 1968, 12).

Scott complementa ainda (1932:50-51) que geralmente as vítimas da aspereza de Tibério não estavam isentas de reprimenda: governadores extorsivos, nobres esbanjadores, senadores petulantes ou adutores, indivíduos impudentes, familiares ambiciosos, cruéis ou incompetentes. Todavia, conquanto as palavras e atitudes de Tibério fossem geralmente justificáveis, a natureza incisiva e rude destas colaboraram amplamente para a criação de uma imagem antagônica que lhe distanciou da obtenção de favor público.

Ronald Syme (1959:420) afirma que a figura de Tibério pertenceu ao consenso de uma opinião letrada, e Tácito converteu-a numa obra de arte, se utilizando da técnica literária e da pesquisa histórica com o mesmo propósito. Dentro das experiências pessoais do historiador também podem ter existido elementos justificadores da tirania de Tibério. Domiciano tinha o hábito de estudar os documentos oficiais de Tibério, e ambos se destacaram por uma cuidadosa administração imperial e pela enérgica perseguição aos acusados de crime de traição. O amplo uso desta ferramenta de proteção do *Princeps* no presente pode ter influenciado Tácito nas incriminações sobre os abusos durante o governo de Tibério.

Contudo, não se pode simplesmente alegar que sua caracterização seja apenas uma alusão à Domiciano, pois o peso da tradição que provavelmente se estabeleceu em vários autores, não poderia ser isoladamente contestado apenas três gerações depois. Para Syme (1959:430), o retrato de Tibério feito por Tácito é tão apurado e discriminatório que este só poderia ser explorado visando o seu próprio detrimento ou subversão. Ao passo que se utilizou dos documentos como um inquiridor cético, ao mesmo tempo as convenções de seu tempo o impeliram a acoplar uma tradicional concepção de Tibério com os resultados de suas pesquisas.

Sobre este esforço, Stephen Daitz (1960:30-52) argumenta que o autor se utilizou de duas técnicas de constituição de uma personagem: a descrição direta e a auto-revelação do caráter. Por meio da descrição direta o historiador relaciona a linhagem do Imperador com a sua personalidade. Este teria herdado a arrogância de sua família, a *gens Claudia (set vetere atque insita Claudiae familiae superbia)* (ANNALS, I-4). Além da arrogância, sua hipocrisia era uma das características mais ressaltadas de sua personalidade, “pois era próprio de Tibério acobertar com palavras os seus crimes cometidos” (*proprium id Tiberio fuit scelera nuper reperta priscis verbis obtegere*) (ANNALS, IV-19) ¹⁴.

A personalidade de Tibério se relacionava com as suas posteriores ações, e estas são justificadas por motivos estabelecidos principalmente em critérios especulativos, baseados em uma relação de versões convergentes de determinado evento ou ressaltando-se aspectos psicológicos do personagem, visando certa autonomia do autor perante a constituição da narrativa, mas que na verdade marcavam decisivamente a evidência de insinuações de Tácito.

A extrema cautela do Imperador, que beirava a paranóia, era relacionada com suas ações. Por exemplo, após Tibério ter recusado o título de *pater patriae* e negar que estava engajado em “ocupações divinas”, visando se esquivar dos excessos dos adutores no Senado, Tácito pontua que “mais uma vez a fala era confinada e solapada diante de um *princeps* que temia a liberdade, mas odiava a adulação” ¹⁵ (*unde angusta*

¹⁴ Da mesma forma, ao isentar o general Getúlio das acusações de relações de poder com Sejano, Tácito credita a Tibério tal atitude por este ter conhecimento do ódio público contra si, e que pela idade avançada, sua autoridade dependia mais do favor público do que de sua prerrogativa constitucional do poder (*reputante Tiberio publicum sibi odium, extremam aetatem magisque fama quam vi stare res suas*) (ANNALS, VI-30).

¹⁵ Ou também quando Tibério recusa a proposta aparentemente bajuladora de Dolabela, para barrar a entrada de cidadãos que fossem inaptos para o serviço público, em que Tácito complementa afirmando que quanto mais rara a popularidade sobre Tibério, mais apazível era a reação sobre seus sentimentos (*quanto rarior apud Tiberium popularitas, tanto laetioribus animis accepta*) (ANNALS, III-69).

et lubrica oratio sub principe qui libertatem metuebat adulationem oderat) (ANNALS, II-87).

Já a técnica da auto-revelação mostra falas creditadas a Tibério, cujas palavras são de Tácito, mas que visam complementar a caracterização da personalidade do Imperador. Muitas delas, conquanto boas em conteúdo, ainda sim são ridicularizadas de uma forma ou de outra. Ao recusar várias solicitações de dedicação de culto por chefes de província, este alega que prefere ver sua memória nos corações dos homens do que em pedras (ANNALS, IV-38). Logo abaixo Tácito intervêm: “alguns interpretaram isto como modéstia, outros como hesitação, outros como sinal de um espírito degenerado” (*quod alii modestiam, multi, quia diffideret, quidam ut degeneris animi interpretabantur*), e ainda: “a contenção da fama significa a contenção das virtudes” (*nam contemptu famae contemni virtutes*) (ANNALS, IV-38).

A caracterização de Tibério mostra que a aparente sensação de liberdade pela qual o Principado foi estabelecido não condizia mais com o real estado de coisas deste período, sendo latente o esforço para ressaltar que ele não se enganou por qualquer fachada de republicanismo demonstrada pelos detentores do Principado. Tácito não demonstra dúvidas quanto à natureza do governo: as premissas estabelecidas por Augusto são sinteticamente desmentidas como o acobertamento do poder assegurado pelo controle do exército, cooptação das massas e pela sucessão dinástica. Se a justificação do Principado foi a de trazer paz e segurança após as graves dissensões civis que exauriram a população do Império, a admissão deste fato não abrandava a *libertas* perdida: o termo República é sinônimo de liberdade, enquanto Principado é sinônimo de servidão (*seruito, seruituum*) (ANNALS, I-1, 7, 46; VI-48) (SEAGER, 2004:234).

A sua perspectiva sobre o Principado enquanto instituição, bem como a influência negativa da sucessão dinástica, provavelmente estabeleceu uma visão

inevitavelmente hostil sobre Tibério. Para Robin Seager (2004:236), o historiador parece estar convencido de que qualquer simulacro da liberdade republicana era uma farsa. Esta constatação, aplicada tanto a Augusto quanto a Tibério, provavelmente tornou impossível para o autor a aceitação da sinceridade nas palavras de cunho republicano neste Imperador.

O Tibério caracterizado por Tácito é cruel, vingativo, arrogante, suspeito, ambíguo e hesitante ao tomar decisões¹⁶. Conquanto a caracterização de Tácito seja uma simplificação exagerada, o Tibério de apologéticos como Veléio podem beirar uma ficção ridícula (SEAGER, 2004:237). Mesmo assim, uma obsessão pelo tratamento conferido por Tácito aos vícios de Tibério pode ofuscar outros aspectos da figura taciteana. O historiador os registra claramente, oferecendo mais respaldo à natureza extremamente complexa do Imperador do que outros críticos de sua personalidade: Tibério é facilmente surpreendido (ANNALS, I-12; IV-40), a apesar de sua aparente despreocupação com a opinião pública (ANNALS, VI-38) e a relutância em expor suas reais intenções (ANNALS, I-74; IV-42, 52; VI-13, 26) se mostra bastante exaltado e sensível ao revidar certas acusações, ora friamente centrado (ANNALS, I-12; III-16; IV-40; VI-29) (SEAGER, 2004:237).

David Shotter (2005:85) afirma que Tácito reconheceu algumas das qualidades de Tibério: seu relato não foi construído inteiramente visando denegrir a imagem do *Princeps*, mas para demonstrar por meio do realce de sucessivos episódios como a distância entre a liberdade e o Principado, anteriormente ampliada pela sucessão dinástica, se intensificou ainda mais pela inabilidade de Tibério e seus contemporâneos em se relacionar mutuamente. Sua insegurança e hesitação contribuíram para a deterioração de seu governo a partir do momento em que tanto ele quanto outros

¹⁶ ANNALS, I-4, 8, 10, 11, 12, 13, 69, 74, 80; II-65; III-51; VI-1, 11, 29, 30, 57, 60, 67, 71; V-3, 5; VI-1, 45, 46, 50.

cidadãos começaram a temer pelas próprias vidas. De forma geral, teria sido a cegueira do *Princeps* para a perseguição exagerada que estava ocorrendo em seu governo que levou ao espectro do medo e da tirania, mas esta não teria sido sua intenção fundamental.

Como podemos ver neste capítulo, uma breve enumeração das principais opiniões da historiografia sobre Tácito mostra que existe uma enorme divergência, bem como um intenso debate, sobre as possíveis motivações que levaram o autor a construir a imagem de Tibério e seu governo nos *Anais*. Este assunto ainda desperta enorme polêmica entre pesquisadores, o que conseqüentemente resultou e ainda significa a produção de enorme quantidade de pesquisas sobre este tema. Buscamos desta forma, ressaltar os componentes narrativos e as principais características literárias e históricas que permitiram ao autor buscar elementos para a composição do Principado de Tibério.

CAPÍTULO II

ASPECTOS POLÍTICOS NEGATIVOS ATRIBUÍDOS AO GOVERNO DE TIBÉRIO NOS *ANAIS*.

Sobre uma ampla discussão historiográfica empreendida ao longo do século XX em relação à escrita de Tácito, e sua percepção sobre o Principado e os Imperadores retratada nos *Anais*, podemos sintetizar a existência de dois pontos de discussão fundamentais para a análise do conjunto de prerrogativas que caracterizam o foco do autor sobre o Imperador Tibério: o estabelecimento de uma crônica disputa por poder que se relacionou reciprocamente ao processo de sucessão dinástica, e se deu por meio de rumores e intrigas políticas nos bastidores da família imperial. Em segundo lugar, a ruína de uma fachada de cooperação entre Imperador e Senado, mantida com aparente êxito durante o Principado de Augusto, e que deu lugar a uma clara percepção da dependência e da subserviência da aristocracia senatorial aos desígnios e às relações pessoais com a casa imperial.

2.1 – O Principado de Tibério como fonte de disputa por poder político.

Primeiramente, tem-se a insurgência de um conjunto de intrigas e rumores que se estabeleceram mediante a necessidade de perpetuação do poder imperial por meio da sucessão dinástica. Tácito inicia sua obra com uma síntese da ascensão de Augusto e o estabelecimento do Principado como nova forma de governo que se funda após o colapso político da República. Neste ínterim, o autor sumariza as percepções da aristocracia e da plebe em relação a este processo e a necessidade insurgente do Imperador em assegurar a permanência desta nova estrutura.

Nesta introdução percebemos que Tácito provavelmente buscou uma síntese de uma série de causas para um processo de degeneração das tradições morais e políticas de outrora, bem como a supressão da liberdade política e à sujeição da aristocracia aos desígnios da casa imperial. Embora o autor não seja explícito na conferência de um julgamento negativo a esta nova configuração política, nem se posiciona favoravelmente sobre uma possibilidade de retorno à República, ele descreve este momento de forma pessimista.

Diante de sua escrita, captamos uma impressão de ressentimento perante a sociedade romana, especialmente em relação à parte da aristocracia senatorial republicana que conseguiu se restabelecer após os conflitos civis, à custa da degeneração dos valores morais do período anterior¹⁷. Além disto, o autor estrutura sua argumentação em um amplo aparato retórico e estilístico, construindo e caracterizando psicologicamente personagens em uma trama de intrigas e rumores políticos. Esta configuração narrativa evidencia o seu interesse em ressaltar problemas que surgem no conjunto das relações de disputa de poder político e influência presentes dentro da casa imperial.

Tácito pauta em presença das intenções de Augusto em perpetuar o Principado eventos que exaltam um ambiente conflituoso entre membros das famílias Juliana e Claudiana, trazendo à tona a impressão de que o Principado é essencialmente uma forma de governo nutrida por uma vontade de dominação¹⁸. Embora grande parte

¹⁷ Esta nova estrutura de governo mostra-se paradoxal por ser ao mesmo tempo vantajosa e prejudicial a essa elite da qual ele é membro e se identifica. O ressentimento em relação à perda da liberdade que outrora condizia com o contexto da República, e que ao mesmo instante se articula peculiarmente com a dinâmica de relações e interesses dos grupos sociais com a coorte imperial, faz parte do pessimismo presente na estrutura argumentativa de Tácito (GALVÃO, 2004:329).

¹⁸ Se *principatus* e *libertas* podem ser termos associáveis, a perversão da *libertas* é o *dominatio*, o governo de um único soberano sem limitações de poder ou desejo. A *potentia*, denominação de exercício do poder normalmente assegurada pelo controle das armas ou influência ilícita, ganha terreno na narrativa à medida que a *libertas* de todos é convertida em *dominatio* por uma *cupido potentiae* (vontade de poder). Desta forma, se o *Princeps* é um homem indigno, o governo é condicionado a ser um *dominatio*, para o qual não há solução que não a morte deste *princeps* e sua sucessão por um homem melhor. Entretanto, a

das elaborações do autor seja carente de indícios e por vezes contraditória, o Imperador Tibério é caracterizado como um indivíduo mau por natureza, e suas atitudes enquanto Imperador são indissociáveis de seu caráter, e sua ascensão fruto de artimanhas políticas.

Mediante a preocupação com a compreensão de sua personalidade desde o início de suas relações dentro da família imperial, pretende-se imbuir a narrativa de uma coerência que explique as razões da perpetuação negativa de sua imagem dentro do imaginário político da aristocracia imperial. Por meio de insinuações que sugerem que o futuro Imperador tornou-se o principal indicado para a sucessão não por sua capacidade, mas principalmente por meio de manipulações empreendidas por sua mãe Lívvia, Tácito sugere a existência de disputas políticas pela sucessão imperial, e que tais disputas contribuíram para a degeneração de valores políticos republicanos.

Desta maneira, a inveja e a dissimulação atribuídas ao Imperador sugerem um caráter dependente e influenciável pelas intrigas e pelos rumores políticos em seu governo, considerando-se a lógica de uma não-dissociação da personalidade do Príncipe de suas atitudes políticas. O papel de Lívvia é relevante na narrativa pelas implicações de responsabilidade nos infortúnios de Germânico e de sua família, enfatizando a ascensão e permanência de Tibério no poder como resultado de diversas ações sorrateiras e criminosas.

É objeto de amplo debate historiográfico a existência ou não de facções políticas consolidadas disputando espaço pela preponderância na sucessão imperial

percepção de que o Principado pode ser uma boa forma de governo pela existência de uma liberdade, tal qual foi possível numa era dourada da República, assegurada por um soberano que não seja ávido de dominação, por si só não é suficiente para justificar a preocupação do autor e de seu período com o problema do Principado: existe uma percepção ressentida da inevitabilidade desta forma de governo, assim como a incapacidade da aristocracia senatorial do início do Império em retomar à antiga instituição republicana, bem como outra possibilidade de comando (BENARIO, 1964:103).

durante o governo de Tibério¹⁹. Grande atenção é depreendida por Tácito no que tange à atuação política de Caio César Germânico nas províncias. Além disso, ressalta a sua popularidade perante a população da Cidade de Roma e das províncias, elaborando claramente em vários de seus traços um possível ideal de líder político contrário a Tibério.

Em meio a isto, o autor elabora um personagem com características quase heróicas, que parece diante de artimanhas de um Imperador invejoso, embora esta impressão seja oferecida ao leitor basicamente por meio de insinuações e sem aprofundamento sobre os fatos. Entretanto, sua argumentação busca persuadir o leitor da gravidade e das conseqüências políticas negativas que são decorrentes deste contexto de intrigas políticas nas disputas pela hegemonia e sucessão no poder imperial.

Tácito induz o leitor a pensar sobre prováveis implicações do aparecimento do prefeito do Pretório, Élio Sejano, no conjunto das descrições das disputas internas entre os membros da família imperial que se dá após a morte de Germânico. A partir do livro quarto e no ano 23 d.C., lhe é atribuída uma grande influência sobre a personalidade de Tibério, que se torna determinante como um marco divisor na administração de seu governo.

¹⁹ Walter Allen Jr. (1940:1-25) questiona a teoria de Frank B. Marsh (1933:23-50) de uma aplicação de conflitos políticos entre *partes* nos moldes da República no século I a.C. De fato, durante os governos de Augusto e Tibério houve oposição, mas para Allen esta não passou de uma insatisfação de certos indivíduos privados com um Imperador em específico. Mais relevante, porém ainda sim não podemos afirmar a existência de um posicionamento organizado, foi a complexa trama de intrigas e oposições que podem ser polarizadas entre “Julianos” e “Claudianos”, através do estudo de Barbara Levick (1975: 29-38), cujos membros são assim divididos: os Claudianos são compostos por Tibério, seu filho Druso e seu neto Tibério Gemelo; os Julianos são Júlia, irmã de Augusto, seus filhos com Agripa Caio e Lúcio César, sua filha Júlia, Agripina e Agripa Póstumo. Depois se segue com Caio César Germânico, adotado por Tibério mediante solicitação de Augusto, que se casou com Agripina, e os filhos de Germânico, Nero, Druso, Agripina e Calígula. O que se torna fundamental dentro do estabelecimento destes graus de pertencimento são as possibilidade de intrigas familiares que se estabeleceram dos últimos vinte e cinco anos do governo de Augusto até o fim do Principado de Tibério; as ligações entre estes membros são caracterizadas pelas disputas pela sucessão imperial. Não podemos estabelecer com isso uma organização de facções políticas organizadas e com interesses específicos: as relações entre vários membros da aristocracia e os familiares referentes aos dois grupos condizem muito mais com a possibilidade de influência política e disputas de poder dentro desta trama dinástica, numa provável busca pelo acesso à posição de Imperador, e não como uma tentativa de sublevação do Principado como forma de governo.

As insinuações que o autor faz de uma velada perseguição política a Agripina, viúva de Germânico, e seus filhos Calígula e Tibério Gemelo se intensificam particularmente após a morte de Druso, filho do Imperador, e concomitantemente à aproximação nas decisões políticas do Principado. Novamente Tácito explora esta argumentação sem indícios claros, mas nos parece importante perceber como ele se procura mostrar o caráter frágil e dependente de Tibério, corroborando uma imagem negativa de seu governo e oferecendo uma constatação pessimista da sujeição à vontade de dominação que o Principado enquanto forma de governo incutiu à sociedade romana.

A legitimidade política dos Imperadores Júlio-Claudianos é colocada em xeque por meio de uma descrição de um grande conjunto de tramóias políticas, que não se reduz exclusivamente ao governo de Tibério, mas torna-se uma constante nos governos seguintes, como o Principado de Nero. Desta maneira, a ênfase na apresentação de rumores de manipulação entre os membros da família Cláudia, pode ser compreendida como uma tentativa de Tácito em mostrar uma visão negativa do governo dos Imperadores Júlio-claudianos.

Neste período, o entrelaçamento destes eventos e a influência decisiva sobre o modo de governo do Imperador sugerem que as aptidões políticas para o governo do Império foram relegadas ao segundo plano. Junto a isto, o autor deixa entrever também que a sociedade romana, especialmente a aristocracia senatorial, estava à mercê dos desígnios de um mau-Imperador, e sua sujeição correspondia a uma supressão da liberdade política e de expressão²⁰. A evidência na ausência de legitimidade e prestígio

²⁰ Para Arnaldo Momigliano (2004:167), o verdadeiro objetivo de Tácito era desmascarar o governo imperial, enquanto fundado na corrupção, hipocrisia e crueldade. Não excluía nenhuma classe das consequências de tal regime, mas concentrava-se na corte imperial por si só e nos senadores. Desta forma, um dos aspectos da tirania era impor uma escolha difícil entre a adulação e o protesto vazio: tal situação em que a palavra livre é raramente adequada é a indicação de que havia algo radicalmente errado com a natureza humana, pois a tirania deixa de ser uma condição temporária e passa a ser um mal fundamental. Neste sentido, os homens estão prontos para abandonar a liberdade pela adulação, ou tornarem-se tolos pelo emprego de palavras vazias e pela dissimulação em uma crença na existência de uma possibilidade de liberdade.

político, as insinuações e juízos de valor que o Tácito adiciona aos feitos do Imperador, são propositalmente ligados às atitudes políticas referentes à administração imperial.

Sobre esta argumentação, podemos observá-la a partir do momento em que Tácito inicia o seu texto com uma síntese da organização política na sociedade romana: “a Cidade de Roma em sua origem foi regida pelos reis; liberdade (*libertatem*) e o consulado foram estabelecidos por L. Bruto” (ANNALS, I-1). Neste trecho, a palavra “consulado” refere-se à organização política da República, e o Tácito pressupõe o estabelecimento de uma estreita relação entre os termos *res publica* e *libertas* durante este período.

O autor ainda afirma (ANNALS, I-1) que as ditaduras ocorreram apenas ocasionalmente, e que nenhum poder decemviral ultrapassou os dois anos de duração, assim como as prerrogativas militares dos consulares também foram breves: a dominação (*dominatio*) de Sula e Cina foram breves, bem como os poderes de Pompeio e Crasso foi rapidamente transferido para Júlio César, e os exércitos de Lépido e Antônio para Augusto. Esta rápida e sucessiva transmissão de poderes representa todo o período de conflito civil marcado por disputas militares entre os generais durante o último século da República²¹ (I a.C.), que visavam poder político por meio de disputas entre as facções dos *optimates* e *populares*.

Os conflitos se findaram com a vitória de Augusto na batalha do Áccio, em 31 a.C., que então passou a deter o controle do poder político em Roma, em uma série sucessiva de consulados, conforme sintetiza o Tácito: “[...] Augusto, que com o nome

²¹ L. Cornélio Cina deteve quatro consulados sucessivos entre 87-84 a.C.; L. Cornélio Sula foi apontado como ditador em 82 a.C., mas abdicou do cargo em 81 a.C. e morreu em 79 a.C.; em 59 a.C., uma coalizão foi formada entre Cneio Pompeio, M. Licínio Crasso e Júlio César, mas Crasso foi morto na batalha de Carra (53 a.C.) e Pompeio após a batalha de Farsália (48 a.C.); em 43 a.C. o triunvirato de M. Emílio Lépido, Marco Antônio e Caio César Otaviano foi estabelecido, mas Lépido foi deposto em 36 a.C., e Antônio foi derrotado na batalha do Áccio por Otaviano, que foi consagrado como *Augustus* em 27 a.C.

de *princeps* assumiu tudo²² (*cuncta [...] accepit*), exaurido como estava pelas dissensões civis, sob o seu comando (*imperium*) (ANNALS, I-1). Além disso, para se falar dos tempos de Augusto não houve carência de talentos, “até eles serem dissuadidos pela adulação (*adulatione deterrentur*)” (ANNALS, I-1). Para o autor, os assuntos de Tibério e Gaio (Calígula), assim como os de Cláudio e Nero, “foram falseados por medo (*ob metum falsae*) enquanto estes soberanos estiveram no poder, e compostos com ódio recente (*recentibus odiis*) após suas quedas” (ANNALS, I-1). Esta crítica sugere a parcialidade dos relatos mediante a dependência de um consenso da aristocracia perante a instância última do Imperador.

Diante desta constatação, Tácito procura se colocar à parte dos escritores anteriores ao afirmar a sua imparcialidade ao construir o seu relato “sem raiva ou parcialidade (*sine ira et studio*), razões pelas quais ele mantém distância” (ANNALS, I-1). Conquanto percebamos durante o texto que ele não consegue tangenciar este desígnio, temos a impressão insurgente da existência de uma relação de dependência, insegurança e de ressentimento com a transmissão dos poderes políticos da esfera do Senado e da aristocracia para as mãos do Imperador. Tácito pretende abordar em sua obra alguns eventos sobre o final do Principado de Augusto e o governo de Tibério e seus sucessores:

[...] mas quando ele seduziu a soldadesca com dádivas, a plebe com víveres, e a todos com as doçuras do ócio, ele ascendeu gradualmente e dispôs para si mesmo as responsabilidades do Senado, magistrados e leis – sem um único adversário, desde que os mais hostis haviam perecido na linha de batalha ou

²² As atribuições refletiam as hesitações do novo regime sobre a sua necessidade de legitimação: a designação *princeps* caracteriza o aristocrata que detém a maior autoridade e representa os interesses de sua ordem; a noção de “Principado” designa o termo de controle político do Estado para Augusto, combinando o status do *princeps* senatorial com a legitimidade de seu governo absoluto (MICHEL, 1971:59-64).

pelas proscricções e o resto da nobreza, cada um em proporção à sua prontidão para a servidão (*servitio promptior*), eram exaltados por riqueza e honras e, promovidos pela revolução, preferiram a proteção do presente aos perigos do passado. (ANNALS, I-2)

O autor ressalta a parcimônia da plebe perante a ascensão de Augusto e o estabelecimento de uma nova forma de governo. Durante a República a participação da plebe nos assuntos políticos do Estado sempre foi bastante reduzida, e conseqüentemente, tais mudanças não provocaram grandes transformações em seu padrão de vida²³. As garantias que a estabilidade militar e econômica ofereceu à continuidade de sua vida cotidiana são relacionáveis à gradual queda do prestígio político da aristocracia senatorial, ocasionada pelas disputas ocorridas durante os conflitos civis ao final da República.

Desta maneira, “o comando do Senado tornou-se suspeito devido às disputas dos poderosos e à ambição dos magistrados (não havendo assistência efetiva das leis,

²³ De fato, a percepção de liberdade nos moldes republicanos só poderia ser resgatada pelos liames da memória. Mas a percepção de uma nova concepção para o termo pode ter sido corroborada a partir da constatação inicial de que embora fosse centralizador em essência, era possível ornar a soberania do Principado com uma ou duas elaborações: a primeira seria a admissão de que a centralização do poder poderia ser algo positivo, pois a democracia como governo das massas nunca foi algo valorizado pelos pensadores da Roma republicana; dentro da possibilidade de escolha entre um poder centralizador e prosperidade imperial ou liberdade dentro do sentido republicano, os habitantes do Império romano preferiram quase universalmente escolher a autocracia (STARR, 1952:11). A segunda elaboração é a de que o binômio *libertas-demokratia* durante a República tinha sido uma cobertura para a desordem das massas e exploração da aristocracia, de modo que o mundo teria se voltado para a *auctoritas* de um único homem para a restituição da ordem, o que corrobora a idéia de que a verdadeira liberdade reside na proteção de todas as camadas sociais sob a tutela maior do soberano. Esta transformação estaria em consonância com a modificação do sentido de uma liberdade associada a uma autoridade da aristocracia republicana pré-eminente em *dignitas*, e assegurada pelo poder do Senado; a partir do Principado, o Senado como suporte do Imperador deveria conter a sua autoridade enquanto secundária à do *Princeps*, mesmo que este tentasse evidenciar a repartição de tarefas e enobrecer a participação dos magistrados. Com a eliminação da antiga visão senatorial da República, os Imperadores passaram a ser amparados pelo *populus*. Para o povo, a liberdade política havia significado durante a República muito pouco além de segurança pessoal, fortemente abalada durante os conflitos civis do século I a.C. Eles abdicaram não de uma liberdade individual, mas da liberdade pública, que de fato não foi maior durante a República do que a partir do Principado: se o poder estava em diferentes mãos, a preocupação com a segurança pública ao menos parecia ter sido incrementada, e a população aceitou mais facilmente a tutela de um único soberano diante das possibilidades de sobrevivência em um estado relativamente estabilizado (STARR, 1952:16).

que foram corrompidas pela violência, intriga e finalmente pelo dinheiro)” (ANNALS, I-2). Tem-se uma gradual condensação dos poderes políticos nas mãos do Imperador que é legitimada por esta aristocracia, e esta passa assim a ocupar um plano secundário e dependente do estabelecimento de relações pessoais e políticas com o governante.

Com a associação da plebe urbana de Roma e do conjunto das províncias percebemos o aparecimento de um tema que será recorrente na narrativa taciteana, que é a supressão da liberdade política, embora esta conte com a própria participação da aristocracia: o termo *seruitio* insinua a condescendência da aristocracia para o estabelecimento de boas relações com o *Princeps* visando o êxito na carreira pública, especialmente os membros da aristocracia provincial, que ganharam um gradual destaque no desempenho de cargos políticos nas províncias a partir de Augusto.

Além do cerceamento da liberdade política do Senado, percebemos como as intrigas políticas surgem no meio de um dos principais alicerces do Principado durante o período dos Imperadores Júlio-claudianos, a sucessão dinástica. Tácito salienta um conjunto de tramas e rumores existentes nas relações entre os membros da família imperial, caracterizando o Principado como um conjunto de disputas por prestígio e poder, sobretudo por meio de recursos retóricos e pelo psicologismo das personagens.

Inicialmente, Tácito aponta a preocupação de Augusto em estabelecer alicerces para a sua “dominação” (*subsidia dominationi*) (ANNALS, I-3). Ao enumerar as tentativas exercidas por ele no apontamento de prováveis candidatos à sucessão dinástica, embora seus netos Gaio e Lúcio César tenham morrido durante campanhas militares, e estabelecer um resumo das supostas discussões que permearam a opinião pública durante o funeral de Augusto, Tácito confronta dois tipos de visão sobre o governo deste Imperador.

A primeira visão tem um caráter positivo, pois entre “legiões, províncias, esquadras, tudo estava interligado; houve legalidade entre os cidadãos, comedimento entre os aliados; a Cidade em si estava magnificente em seu ornamento; apenas algumas poucas coisas haviam sido conduzidas à força (*admodum vi*) para assegurar paz ao resto” (ANNALS, I-9). Imediatamente, Tácito condensa os argumentos opostos, e que fornecem outra opinião bastante negativa, e também mais extensa e contundente:

Foi dito da outra parte que a devoção paternal e ao Estado haviam sido tomados como uma fachada; foi em realidade por um desejo por dominação (*cupidine dominandi*) que os veteranos haviam sido sublevados por seu suborno, um exército organizado por um jovem em suas prerrogativas privadas, legiões consulares corrompidas [...] o consulado foi extorquido de um Senado incapaz [...] e os exércitos voltados contra o Estado. [...] sem dúvida houve paz após tudo isto, mas uma paz sangrenta. (ANNALS, I-10)

Podemos perceber isto como um interessante uso de artifícios retóricos, em que duas opiniões são confrontadas por meio de argumentos sólidos. O emprego do termo *dominationi* aparece novamente para qualificar negativamente o Principado de Augusto, como uma oposição latente ao termo *principatus*. À medida que a sucessão de Augusto torna-se algo iminente com o avanço de sua idade, Tácito aponta (ANNALS, I-3) que as prerrogativas políticas da República haviam claramente sido relegadas ao passado, principalmente quando o autor se questiona sobre a proporção remanescente dos que haviam visto a República (*qui rem publicam vidisset*) (ANNALS, I-3).

A confirmação da oposição entre os termos *principatus* e *dominatio* se dá de forma contundente e definitiva a partir da segunda parte do governo de Tibério. Neste momento (ANNALS, IV-1), opera-se uma mudança na compreensão do governo,

associada à má influência de Sejano (*initium et causa penes Aelium Seianum[...]potentia supra memoravit*), e Tácito afirma que o marco do ano 23 d.C. trouxe mudanças negativas no Principado de Tibério: *quoniam Tiberio mutati in deterius principatus initium ille annus attulit* (ANNALS, IV-6).

O Principado degenera-se o termo dá lugar então ao *dominatio*, cujo melhor exemplo está na descrição de seu obituário (ANNALS, VI-48), quando Tibério, após anos de experiência nos assuntos do Estado, tornou-se amargo e mudou sob forte influência de uma vontade de dominação (*cum Tiberius post tantam rerum experientiam vi dominationis convulsus et mutatus sit*), e que pouco poderia se esperar de um sucessor que tivesse como guia Sútório Macro, alguém ainda mais perverso do que Sejano (*meliora capessiturum Macrone duce, qui ut deterior ad opprimendum Seianum*).

Desta maneira, com o estabelecimento do Principado, segue-se a clara preocupação de Tácito com a percepção de que junto com a antiga forma de governo, o conjunto dos valores republicanos também estava se esvaindo. Diante das ordens do *Princeps*, em nenhum lugar qualquer aspecto das tradições (*moris*) permaneceu intocado e a igualdade (*aequalitate*) foi deixada de lado, e “umas poucas pessoas discutiram inutilmente as vantagens da liberdade (*libertatis*), a maioria temerosa de uma guerra (outros a desejavam)” (ANNALS, I-4). Constatamos que os rumores sobre o destino do Império e sobre os possíveis candidatos a sucessão começaram a ser disseminados com a aproximação da morte de Augusto, mas que não houve intenções claras de restabelecimento da antiga forma de governo.

Percebemos também uma das várias associações que são feitas ao longo do texto entre as tradições republicanas²⁴: a preservação de sua memória e uma liberdade política, que se perdeu com a institucionalização do Principado por Augusto, agora provavelmente relegada ao passado. Tácito confirma a não-existência de uma oposição ao regime de governo e, além disso, uma ampla disposição para a continuidade do Principado, ressaltada na difusão de rumores políticos sobre os candidatos à sucessão (ANNALS, I-4). Tácito assim elabora a primeira caracterização de Tibério:

[...] Tibério Nero era maduro em idade e experimentado em guerra, mas com a velha e endêmica arrogância (*superbia*) da família Claudiana; e muitas indicações de sua selvageria, apesar de seus esforços em omiti-la, irromperam-se. Desde cedo em sua infância ele havia sido trazido para dentro da casa imperial: enquanto homem jovem ele foi amontoado com consulados, triunfos; nem mesmo durante os seus anos em Rodas, quando em uma demonstração de reclusão ele agiu como se estivesse em um exílio, não contemplou coisa outra que ira e fingimento (*simulationem*) e perversões secretas. Em adição, diziam, havia sua mãe, com sua indisciplina feminil: sua subserviência para a mulher poderia ser compulsória, bem como para os dois rapazes, que por um momento

²⁴ Uma das principais características da narrativa taciteana é a tensa relação que o autor estabelece, com a percepção de que a fachada de sustentação de uma República restabelecida é derrubada após o fim do Principado de Augusto, e uma memória da *res publica* enquanto termo que remete à nostalgia de um período que está claramente relegado ao passado. Mais ainda, provavelmente Tácito tem consciência de que a *res publica restituta* não significou uma verdadeira tentativa por parte do Imperador de restabelecer a autoridade do Senado nos moldes existentes antes da segunda metade do século I a.C., percebendo que a utilização do termo pelos sucessores de Augusto responde a novos preceitos ideológicos e constata o esvaziamento da palavra de seu sentido anterior. Ao mesmo tempo, após a sucessão de Augusto intensifica-se a percepção sobre a realidade latente de que a República chegou ao fim, e o desejo, bem como as possibilidades de se manter a aparência de uma *res publica restituta* começam a se esvaír. No entanto, à medida que nos movemos através deste período, em cada regime sucessivo podemos perceber a memória da República repaginada e remodelada para atender a um novo propósito ideológico: uma das instâncias pela qual a República e sua memória permanecem como um ponto politicamente sensível durante o início do Império reside na medida em que toda esta questão sempre emerge com a ascensão de um novo Imperador (GOWING, 2005:26).

poderiam oprimir o estado e em outro momento o destruí-lo. (ANNALS, I - 4)

Podemos perceber como Tácito adiciona implicações importantes para a caracterização negativa de Tibério que se relacionarão diretamente com o seu governo ao longo da narrativa. Em primeiro lugar, a herança da arrogância familiar surge como uma justificativa para a personalidade do Imperador, sugerindo que os problemas que ocorrerão posteriormente vieram de sua essência.

A crença na imutabilidade do caráter era peculiar na sociedade romana, embora haja controvérsias quanto a um consenso desta imutabilidade no texto taciteano, pois ao longo dos anos Tibério sofre transformações vinculadas especialmente à sua dependência na constituição de laços pessoais como Lúvia, Germânico, Druso e finalmente Sejano, isolando-se ao final de sua vida. A ênfase nesta caracterização inicial de Tibério ascende em meio a uma trama de intrigas que na verdade confirmam uma prática idealizada por seu predecessor, ratificando a sucessão dinástica como um elemento para a supressão da liberdade política da aristocracia senatorial.

Destaca-se Lúvia, mãe de Tibério e esposa de Augusto como uma importante personagem em supostas manipulações pela disputa sucessória. A princípio, Tácito especula sobre seu envolvimento na morte dos netos de Augusto, no exílio de seu único neto sobrevivente, Agripa Póstumo “por mortes fatalmente prematuras ou por malícia de sua madrasta Lúvia (*Liviae dolus abstulit*)” (ANNALS, I-3). Embora Tácito advirta sobre a indisposição de Augusto com Agripa, e não haja nenhum indício no texto de que ele poderia ser um verdadeiro rival para Tibério, é nítida a tentativa do autor em implicar Tibério e sua mãe em intrigas sucessórias.

Possivelmente esta preocupação visou oferecer maior coerência na posterior narrativa sobre o seu governo, sustentando que os problemas do Principado advieram de

causas anteriores à sua ascensão, bem como a relevância das intrigas políticas que caracterizam negativamente tal forma de governo como uma franca disputa familiar por dominação foram decisivas para a sucessão de maus Imperadores. Desta forma, seria mais provável então que isto se devesse aos intentos do novo Imperador e Lúvia, “o primeiro por medo, a última por ódio (*illum metu, hanc... odiis*)” (ANNALS, 1-6).

Complementando a argumentação que qualifica negativamente as ações de Augusto durante o seu Principado, Tácito expõe que nem mesmo a família imperial isentou-se de seus desígnios para garantir a permanência da forma de governo estabelecida (ANNALS, I-10). Desta maneira, Tibério não teria sido adotado como sucessor por meio de qualquer afeição ou preocupação pelo Estado, mas por causa Augusto ter vislumbrado a arrogância e selvageria de seu caráter, “e por meio de mais infame das comparações ter buscado glória para si mesmo” (ANNALS, I-10). Mais ainda:

“[...] alguns anos antes, quando Augusto novamente solicitava o poder tribúncio dos magistrados para Tibério, apesar de um honroso discurso deixou escapar alguns comentários sobre seu comportamento, estilo de vida e hábitos de forma a condenar o que ele parecia defender” (ANNALS, I-10).

Evidentemente, percebemos aqui uma clara inserção de um juízo de valor de Tácito, confirmando a sua intenção de notar a falta de legitimidade e aptidão política para o governo em Tibério. Mediante esta lógica, Tácito continua a insinuar a culpa do Imperador, ao afirmar que Salústio Crispo, funcionário de Augusto responsável por mandar a nota de execução ao tribuno, temeu a possibilidade de ser envolvido num possível julgamento sobre esta morte.

Desta maneira, ele alertou Lúvia para que os segredos da casa imperial (*arcana domus*), os conselhos dos amigos e os serviços dos soldados não deveriam ser tornados públicos, e que “Tibério não deveria dissipar a essência do Principado (*uim principatus*) clamando tudo para a atenção do Senado: era uma condição do comando que o assunto não devesse escapar das mãos de um único indivíduo” (ANNALS, I-6). Podemos observar a preocupação de Tácito em destacar elementos conturbados envolvendo a família imperial em disputas por poder, sugerindo que o Principado de Augusto e a sucessão de Tibério fazem parte de um processo de degeneração moral da tradição política romana, alicerçada nos exemplos dos grandes personagens da República.

Mediante uma forte política de propaganda e legitimação de seu poder pela difusão de virtudes imperiais como a *auctoritas*²⁵, Augusto conseguiu transmitir uma

²⁵ O conceito de *auctoritas* pode ser considerado unitário por dois fatores: seu caráter genuinamente romano e sua derivação etimológica do verbo latino *augeo*. De acordo com Casinos Mora (2000:5), o primeiro fator poderia ser relacionado como argumento a favor da originalidade da legislação pré-decenviral. O segundo fator corresponde ao significado do radical latino *augeo*, designando reforço, aumento, intensificação. Na maioria dos textos latinos este termo aparece com uma conotação aumentativa, não meramente numérica ou qualitativa, mas de algo que por si mesmo pressiona, oprime, incita ou quer manifestar-se, sustentando uma hipótese de derivação etimológica imediata de *auctor* e *auctoritas* do verbo *augeo*. A antiguidade do termo, que remete às origens da própria sociedade romana, traz uma importância vital principalmente se inserirmos este conceito numa relação contraposta de autoridade-poder (*auctoritas-potestas*), que surge precisamente quando aparece um poder forte que substitui o poder dos pequenos grupos de comunidades vizinhas, e posteriormente a suplementação da monarquia dos reis romanos. O estabelecimento da República marca o fim da autoridade soberana de um monarca que submete indiferenciadamente todos os seus súditos ao seu poder legal e ao poder legitimado por prestígio e pelos augúrios. Sendo assim, a organização inicial do Senado como instituição que prezarão pela manutenção da liberdade do Estado se relaciona com a compreensão da *auctoritas* dentro de fatores políticos. O binômio autoridade-poder permanecerá durante o período republicano: a relação entre os dois termos é de complementaridade, e o equilíbrio de uma sobre outra poderia ser sintetizado na idéia de *libertas populi*, e compreendido como garantia da harmonia e permanência da República. No equilíbrio entre *auctoritas* e *potestas*, a última é necessária para o funcionamento do governo, mas para a existência de um bom governo é necessário também a autoridade: a carência de um equilíbrio entre estes dois aspectos poderia resultar no surgimento de abusos e na degeneração do uso do poder. Desta forma, cada crise em Roma poderia ser interpretada como conseqüência de uma ruptura no equilíbrio entre *auctoritas-potestas*, em cada caso atribuído naturalmente a diferentes causas, mas de uma alteração do jogo de interdependência dos três elementos – Senado, magistraturas e povo – constitutivos da *res publica* romana, que assegurava a estabilidade do sistema romano. Esta conjuntura de desequilíbrio entre *auctoritas* e *potestas* pode ser também compreendida como o deslocamento desse mesmo binômio durante a emergência de um novo modelo de governo e sua conseqüente consolidação. Podemos considerar o deslocamento das funções administrativas de um corpo institucional para a instância superior de um soberano como também um deslocamento da *auctoritas*; em conjunção a esse movimento, temos

mensagem que mostrava o seu governo como uma “restauração” da *res publica* e o resgate dos valores e costumes perdidos durante os anos de conflito civil na República²⁶. Tácito busca sintetizar o Principado de Augusto como um prefácio justificador dos problemas políticos que aparecerão nos Imperadores posteriores, ressaltando a postura de subserviência e apatia da aristocracia senatorial, demonstrando em um tom pessimista a decadência dos preceitos políticos do período republicano.

2.2 – O Principado de Tibério como percepção do poder soberano do *Princeps*.

O segundo ponto refere-se à confirmação de uma relação problemática que se consolida a partir dos Imperadores seguintes, e um dos exemplos fulcrais no texto taciteano, sem dúvida é o Principado de Tibério. A partir de seu governo, a fachada de cooperação entre Príncipe e Senado é demolida, mesmo com a aparente tentativa deste em estimular uma maior participação desta instituição nas decisões políticas do Império. Podemos perceber que Tácito não ignorou completamente a existência de aspectos positivos no governo de Tibério, mas estes não foram suficientes para contrariar uma tradição estabelecida em seu tempo, que conferiu uma qualificação negativa de seu governo, provavelmente maculada pela atmosfera de perseguição política.

No lugar desta pretensa cooperação entre Imperador e Senado, Tácito consegue transmitir a perspectiva de surgimento de uma dependência da aristocracia

também uma alteração no significado conceitual do termo, conforme ocorreu com o estabelecimento do Principado.

²⁶ De acordo com Wallace-Hadrill (1997: 10), a autoridade moral e política são recíprocas: com a falência dos valores morais da camada dominante que se digladiava em acusações, violência e corrupção durante os conflitos civis e políticos nos últimos anos da República, a restauração dos *mores* por Augusto foi base de uma política propagandista de restauração e transferência da autoridade e do prestígio pessoal. A este processo somam-se também mudanças nas tradições, nas leis, na concepção de tempo, espaço e linguagem; um fator comum a essas mudanças parece ter sido a adoção de uma racionalidade helenística, ocorrendo uma transferência do controle do conhecimento dos líderes sociais para especialistas e eruditos ligados a Augusto.

romana sobre a personalidade de um soberano detentor do poder em última instância, cuja permanência não dependia necessariamente da aptidão para o governo. Esta percepção é fundamental para compreendermos a proximidade existente na sociedade romana entre a personalidade de um Imperador e sua administração, ligação que determinará para a posteridade uma qualificação positiva ou negativa.

Embora uma boa administração não fosse suficiente para conferir legitimidade ao governo de um Imperador, mesmo os desígnios de um mau governante eram aceitos por uma subserviente aristocracia, que para ele se esqueceu e relegou antigos valores políticos a um segundo plano, em prol da obtenção de favores e benefícios políticos. A condição da existência de uma liberdade política e de expressão deixa de ser a significação de uma liberdade confirmada dentro de liames jurídicos²⁷, tal qual em alguns aspectos se deu durante a República, mas torna-se a possibilidade de se

²⁷ É de suma importância ressaltar a distinção que compete ao termo em sua asseção durante a República. Para Wirszubski (1968:7-8), a liberdade não é considerada pelos romanos como um direito inato ou uma faculdade do ser humano, mas a soma dos direitos cívicos garantidos pelas leis de Roma, assumindo primordialmente uma noção de restrição ou moderação, que diferencia a liberdade da libertinagem, ressaltando sua arbitrariedade. Em oposição à *licentia*, não significa de forma alguma a possibilidade de um indivíduo fazer qualquer coisa, mas a renúncia da livre e espontânea vontade sob o arbítrio da lei. A *libertas* é consistente com os ditames da disciplina romana por ser concebida como um direito e uma faculdade referente não apenas a um indivíduo em específico, mas a um cidadão inserido dentro da comunidade organizada do Estado romano; dentro do conjunto dos costumes da tradição romana, o *mos maiorum*, tal noção é estabelecida a partir das relações sociais existentes nesta sociedade, como um direito de se reclamar o que é pertencente a cada cidadão, na medida em que esse respeito se estenda para os outros (WIRSZUBSKI, 1968: 7-8). Durante o período republicano existiam em Roma condições censitárias para que os cidadãos pudessem ser candidatos às magistraturas, como aquelas que abriam as portas da carreira pública. O poder aparecia à primeira vista como superiormente armado em face dos cidadãos, individual ou coletivamente, mas na vida política romana havia um dispositivo de proteção dos direitos individuais e coletivos do povo: o tribunato da plebe e seu corolário imediato, o direito de *provocatio*. Desta forma, durante a República reside essencialmente neste direito a garantia jurídica da *libertas*: o direito de apelação em todos os níveis e para todos; pelo povo, frente às oligarquias dominantes (patrícios e senadores); pela plebe contra os membros das antigas *gentes*; pelos grupos restritos ao interior da Cidade; o Senado invoca contra as pressões dos magistrados ou a ameaça de uma tirania; os magistrados reivindicam contra as pretensões dos tribunos. A possibilidade de apelar contra a decisão de um magistrado, a *ius provocationis*, é celebrada pela literatura romana como uma das mais fundamentais conquistas e o maior privilégio da liberdade romana. A liberdade ligada ao direito de *provocatio* e ao tribunato da plebe não é apenas um sentimento, mas um direito legalmente exercido que se interpõe claramente em relação ao conjunto de decisões que ligam o cidadão e o magistrado (NICOLET, 1976:430).

relacionar com as estruturas de poder mediante independência de caráter, de forma bastante pessoal²⁸.

Mesmo diante de uma descrição mais cética do que em outros autores contemporâneos, podemos perceber uma nítida diferença entre o ponto de vista de Tácito numa comparação entre os governos de Augusto e Tibério. Em vários aspectos o Principado de Augusto serviu como um modelo de referência sobre padrões de conduta política e moral na sociedade romana, e esta comparação pode ser percebida com especial nitidez na historiografia romana dedicada ao período dos Imperadores Júlio-claudianos.

Durante a primeira aparição de Tibério perante o Senado, o autor é direto ao afirmar que “em Roma houve uma precipitação ao servilismo (*ruere in seruitio*) por parte dos côsules, magistrados, eqüestres” (ANNALS, I-7)²⁹. Mais ainda, “Quanto mais ilustre, mais falso e frenético, e com os seus olhares contidos para evitar júbilo pela morte – e pesar excessivo ao estabelecimento – de um *princeps*, eles misturaram lágrimas com alegria e luto com adulação” (ANNALS, I-7). Essa postura hipócrita da aristocracia nos conduz a um segundo ponto da narrativa taciteana sobre Tibério, com a tensa relação estabelecida pelo Imperador com a aristocracia senatorial a partir de sua ascensão, e que se agravou gradualmente ao longo de seu governo.

²⁸ A liberdade existe quando um homem pode falar o que pensa sem temor de represália, ou quando o Senado pode deliberar e decidir sem a necessidade de conciliar as suas demandas com as intenções do Imperador. Sendo assim, para Tácito *libertas* é uma liberdade de expressão possível diante do governo de um bom *Princeps*. Além disso, *libertas* não é somente algo que existe ou que o Imperador forneça para os cidadãos em seu governo, mas é algo que estes reivindicam para si como uma atitude que emerge da própria vontade do indivíduo (PERCIVAL, 1980:125).

²⁹ A relação de oposição entre liberdade e escravidão é uma manifestação proeminente no texto taciteano. A capacidade de o homem agir com liberdade pessoal de conduta e caráter opõe-se decisivamente ao vazio da dissimulação e da bajulação, caracterizada metaforicamente pela servidão (*seruitium*). Esta concepção metafórica de escravidão e servilismo está especialmente direcionada para os membros da aristocracia, que embora ainda detivessem reminiscências de uma memória republicana, se relacionavam com o Imperador da mesma maneira com que um *seruus* se relaciona com seu *dominus*, salvo algumas exceções (JOLY, 2004:141-146).

No primeiro encontro com o Senado, Tácito expõe a dissimulação de Tibério em sua relutância na aceitação das prerrogativas de poder imperiais: “de fato o início de seu governo foi por meio dos cônsules, como costumava ser na velha República, e sendo ambivalente quanto ao comando [...] o assumiu somente com o poder tribunício recebido sob Augusto” (ANNALS, I-7). No segundo encontro, a 17 de setembro de 14 d.C., esperava-se de fato que Tibério assumisse o controle das funções no Principado, mas novamente a relutância do Imperador em assumir o poder é considerada por Tácito como um ato dissimulado e hipócrita, por este já ter assumido o controle do exército³⁰ quase imediatamente após a morte de Augusto:

[...] Ele por sua parte começou a falar aleatoriamente sobre a magnitude do comando e de suas próprias limitações: somente o divino Augusto havia sido mentalmente capaz de tamanha empreitada; tendo ele sido convocado por Augusto para tomar parte em seus cuidados, ele havia aprendido pela experiência o quão escarpado, o quão exposto à fortuna era o fardo de se comandar tudo. Sendo assim, em uma comunidade auxiliada por tão grande quantidade de homens ilustres, não deveria ser o caso de estes direcionarem todas as coisas para um único indivíduo: muitos poderiam mais facilmente carregar as responsabilidades do Estado pelo compartilhamento das tarefas. (ANNALS, I-11)

³⁰ Desta forma, à parte da insinceridade de Tibério ou da hipocrisia como vício inerente aos soberanos no Principado, havia a difícil constatação de que a realidade do poder no estado concentrava-se inevitavelmente nas mãos daquele que controlava o exército. Consequentemente, aquele que possui o supremo comando dificilmente se subordinaria completamente àqueles que não possuísem essa essencial prerrogativa de poder. A conciliação deste fato com a tentativa de se manter os sentimentos daqueles que ainda estavam ligados à memória da tradição republicana, constituiu-se como a grande mentira do Principado, pois independente do caráter individual do Imperador, hipócrita em maior ou menor escala, a composição do poder seria mantida mesmo diante do inevitável ressentimento desta aristocracia (VON FRITZ, 1954:88-9).

Imediatamente após a descrição do discurso do Imperador, Tácito é explícito em salientar a duplicidade de suas intenções, a dissimulação de suas intenções em não aceitar um poder que já havia sido tomado por sua parte, bem como o não-convencimento de suas palavras por parte do Senado: “a maior parte de seu discurso era mais honorável do que crível [...] e suas palavras [...] por natureza ou hábito – sempre incertas e obscuras (*suspensa semper et obscura verba*)” (ANNALS, I-11). Tácito relaciona a ambigüidade à personalidade do Imperador³¹, confirmando sua preocupação em conhecer as origens de Tibério, buscando o convencimento da inaptidão de Tibério tanto pela sua dissimulação quanto pela obscuridade de seus sentimentos.

A crítica que corrobora esta dissimulação vem após o termino de seu discurso, quando Tácito apresenta as reações por parte do Senado na ausência de uma postura clara de tomada dos poderes nesta ocasião. Em meio às suplicas dos Senadores, às quais Tácito qualifica negativamente como protestos ínfimos (*infimas obtestationes*), ressalta-se também a dissimulação também por parte destes, “cujo temor era que eles demonstrassem ter compreendido” (ANNALS, I-11) o que havia por trás da ambigüidade das palavras do Imperador.

Em meio a uma constatação de uma relação recíproca de hipocrisia entre ambas as partes, Tácito afirma que Tibério “por acaso disse que, embora ele fosse inapto para o Estado como um todo, ele poderia assumir a proteção de qualquer parte que lhe fosse destinada” (ANNALS, I-12). Imediatamente Tibério recebe um questionamento por parte do senador Asínio Galo: “minha questão, César, é qual parte do Estado você gostaria que lhe fosse confiada?” (ANNALS, I-12). Surpreso pelo

³¹ Para M.P Charlesworth (1933: 609) embora a vontade de sucessão no Principado estivesse claramente voltada para Tibério, isso não significou a inexistência de possíveis rivalidades e perturbações: Augusto não esteve livre de tais preocupações, e Tibério também estaria ciente destas possibilidades. Para Richard Alston (1998: 29-31), o Senado estava lidando com um problema inédito: não havia nenhuma forma estabelecida de procedimento relativo à sucessão imperial, bem como poderes e títulos peculiares a Augusto que poderiam ser concedidos ao novo Imperador.

questionamento, e embora o senador em seguida afirmasse que o propósito da questão era mostrar que “o corpo do Estado era um só e precisava ser governado pela mente de um único indivíduo (*rei publicae [...] unius animo regendum*)” (ANNALS, I-12), provavelmente Tácito se utiliza destes discursos para ressaltar a falta de autoridade e legitimidade política do sucessor de Augusto.

A animosidade entre Tibério e o Senado é mais uma vez exemplificada por outro questionamento feito pelos Senadores Q. Hatério e M. Escauro (ANNALS, I-13). O primeiro pergunta a Tibério “por quanto tempo mais você se permitirá, César, a deixar o Estado sem um líder?”; o segundo por dizer que “ainda se deveria esperar que não fossem infrutíferas as súplicas do Senado, pelo fato de ele não ter interpelado contra a moção do Senado que lhe assegurou a prerrogativa do poder tribunício”. Estes dois discursos são utilizados por Tácito para insinuar a insinceridade da atitude de Tibério em não assumir sem demora o controle do Estado, a falta de autoridade e legitimidade política do novo Imperador e a dissimulação de suas ações³².

A dissimulação exaltada em Tibério durante os encontros com os senadores ao longo do texto serve também como indício para exemplificar como a memória e alguns dos principais preceitos da tradição republicana são revividos como forma de simular uma fachada política de preservação destas tradições, da autonomia política e liberdade de expressão da aristocracia³³.

³² Embora após os protestos feitos pelos Senadores Tibério não tenha encerrado o encontro afirmando veementemente as prerrogativas imperiais, é provável que seu poder tenha sido consolidado pelas solicitações imediatas que encerraram a reunião (ANNALS, I-14), pois nela foi decidido o oferecimento do título de *Augusta* para Lúvia, bem como o Imperador solicitou ao Senado a concessão do comando proconsular a Germânico. Além disso, ele destacou doze candidatos para o pretorado, o mesmo número oferecido por Augusto, bem como transferiu as eleições dos cônsules e pretores para o Senado.

³³ David Shotter (2004:28) apresenta uma postura mais cética sobre a cooperação de Tibério com os senadores, mas corrobora com a percepção de que parte de sua visão política sobre esta instituição remontava ao passado republicano. Para ele, Tibério parecia acreditar em si mesmo como um tradicional *princeps*, remontando ao papel do *princeps senatus* – que demonstrava o seu poder mediante a virtude atribuída pelos seus pares e não apenas pelo controle absoluto dos poderes, o que de certa forma foi também semelhante à postura de Augusto. A complexidade na percepção do governo de Tibério se deve ao fato de este estar associado a um período de transição; com ele tornou-se aparente que era nova forma de governo que se consolidava em Roma, e era necessário que esta fosse fundada sobre uma base política

Esta fachada nos parece uma tentativa de acobertamento da ausência de liberdade política da aristocracia e a sua ressentida subserviência aos mecanismos de promoção política imperial do qual esta ordem nos pareceu claramente dependente. Mais ainda, podemos dizer que a exposição de indícios de uma degeneração moral do Senado e da sociedade romana por parte de Tácito enfoca a diminuição da representatividade política do Senado num simulacro da continuidade de suas funções, mostrando a não indissociabilidade entre a personalidade do Imperador e o conjunto de atitudes como administrador e governante.

Da mesma forma, Tácito tece uma crítica às constantes recusas do Imperador aos triunfos e honras oferecidos pela plebe e pelo Senado: poderíamos argumentar que sobre estas recusas, o autor evidencia o quanto a aristocracia estava desamparada e sujeita aos desígnios de um “tirano”, pois se Tibério recusava veemente as formas de prestígio tão exaltadas pelo seu antecessor. Por mais que estas atitudes pudessem significar uma tentativa de mostrar que o Imperador desejava ser visto como igual, na verdade poderíamos supor que não havia meios de a aristocracia lhe impor certo “controle” sobre suas atitudes, pela recusa de vínculos de gratidão e retribuição pelo apoio do Senado.

Mais ainda, mediante a crescente influência de Sejano no Principado de Tibério, podemos argumentar que Tácito gradualmente reforça o aspecto de tensão e negatividade entre Imperador e aristocracia dentro de um ambiente de perseguição e paranóia política, devido ao reforço da aplicação da lei de traição ao governo³⁴.

permanente. Podemos dizer que Augusto tentou disseminar uma propaganda de um restabelecimento da República e do Senado, mas também pretendeu deixar claro que havia uma mão soberana para guiar este estado de coisas.

³⁴ As tensões que haviam dividido a família imperial por quase trinta anos estavam agora mais evidentes era um foco natural e vulnerável para a crescente oposição de Tibério. Sua popularidade e a de seus filhos somente cresceriam, enquanto a do Imperador permanecia em queda. Desta forma, Tibério passou a confiar cada vez mais em um único parceiro e menos em sua família, conseqüências de sua falha em administrar as relações familiares, sua gradual queda de prestígio e popularidade; a morte de Germânico contribuiu decisivamente para a ascensão de Sejano (ALSTON, 1999:39).É possível dizer que as

Sabemos através do próprio autor que a aplicação de penas contra o crime de *maiestas* não surgiu durante o governo de Tibério, mas era uma prática que adveio da República e foi restabelecida com vigor a partir de Augusto:

[...] mesmo assim ele nem por isso engendrou crença de que possuía a liberdade em sua alma: ele havia trazido de volta a lei de traição [...] esta lei possuía o mesmo nome durante o tempo dos antigos, mas diferentes questões vinham à coorte, tais como o prejuízo de um exército por traição ou da plebe por sedição, ou da soberania do povo romano por má administração do governo [...] Augusto foi o primeiro a manejar um julgamento de documentos difamatórios sob os preceitos desta lei [...] Tibério [...] respondeu que as leis deveriam ser reforçadas. Ele também havia sido afligido pela publicação de poemas, de autoria incerta, contra a sua ferocidade e obscuridade e as conflituosas relações com sua mãe (ANNALS, I-72).

Desta maneira, Tibério manteve a aplicação desta lei, embora o que seja exposto neste trecho do texto refere-se a um temor de Tibério que sua personalidade fosse revelada perante o restante da sociedade, verificação evidentemente inserida dentro de uma constatação do próprio autor. Mais ainda, a mobilização desta lei diante de novas questões, como a publicação de documentos que citem de alguma forma

constantes manipulações de Élio Sejano na tentativa de assimilação de uma posição política privilegiada contribuíram para a insegurança e resignação que caracterizam os anos finais do governo do Imperador. Como Sejano conseguiu tamanha influência perante Tibério é uma questão que pode ser respondida em parte pelas dificuldades que o Imperador experimentou em suas relações com os membros da corte imperial e o Senado. Além disso, quando assumiu o poder, o Príncipe já estava em uma idade avançada, e com a natural ausência de vários companheiros políticos e amigos, caminhava dentro de um isolamento crescente. Estes dois fatores contribuíram para deixar o Imperador à mercê de um homem que gradualmente ganhou a sua confiança.

membros da família imperial mostra como se torna conflituosa a possibilidade de se ter liberdade de expressão durante o Principado.

A relevância que Tácito direciona as perseguições políticas durante o governo de Tibério pode ser uma chave que o autor buscou para compreender no passado motivos primordiais que conduziram a uma percepção pessimista da relação de dependência existente entre a aristocracia de seu tempo e a soberania do Imperador: esta dependência caracterizou-se especialmente pela necessidade do reavivamento de alguns dos ideais da tradição política republicana por ambas as partes, cada uma em um modo específico, mas que de forma alguma implicaram na continuidade dos significados que possuíram durante a República.

Durante os relatos sobre as perseguições políticas pelo crime de traição, Tácito não deixa de constatar que as denúncias foram importantes trunfos de eliminação política entre concorrentes dentro da própria aristocracia: “eu resgatei as sugestões destes adutores de modo que a natureza crônica deste mal no Estado seja devidamente conhecida” (ANNALS, II-32)³⁵. Desta forma, o Tácito não exclui a aristocracia de uma parcela de culpa em uma avaliação pessimista sobre o Principado:

[...] Grânio Marcelo, pretor da Bitúnia, foi denunciado por traição pelo seu próprio questor, Cépio Crispino [...] (ele adentrou a um modo de vida que posteriormente foi feita notoriamente comum pela miséria dos tempos e pela ousadia dos homens: ávidos, anônimos e incansáveis por meio de artimanhas, utilizando-se de documentos secretos, sobre a ferocidade do Príncipe [...] estabeleceu um exemplo que foi seguido por aqueles que,

³⁵ De acordo com David Shotter (2004:35), as relações de Tibério com o Senado foram ofuscadas pela operação da lei de traição. Na melhor das hipóteses seu comportamento poderia ser visto como bem-intencionado, mas parcial e danoso em suas conseqüências; negativamente, suas ações poderiam ser consideradas como parte de um plano sinistro e cínico para arruinar e eliminar senadores ricos e influentes – o tipo de cidadão que poderia oferecer riscos ao seu poder. Este comportamento serviu para evidenciar a falta de independência do Senado perante uma parte considerável de suas ações.

transformados pela riqueza e temerosos de tornarem-se pobres e desprezíveis, contraíram ruína para os outros, e por fim para si mesmos) (ANNALS, I-74).

Os abusos nas denúncias sobre o crime de traição e a atmosfera de perseguição política que influenciou tanto a casa imperial quanto os elementos da aristocracia, nos mostra como este tema para Tácito tem a importância de destacar uma profunda alteração na significação dos ideais e valores morais e políticos que permaneceram com a alteração na forma de governo³⁶.

A tentativa de manutenção de preceitos republicanos durante os Principados de Augusto e Tibério foi percebida por Tácito como uma fachada para a dominação, de acordo com sua percepção pessimista da corrupção do caráter pela busca do poder. Mais ainda, o autor pontua a dissimulação da sensação de liberdade e autonomia que Tibério procurou impelir ao Senado, insinuando que a sua constante participação nos julgamentos, mesmo de forma discreta, pela “contribuição à verdade foi a corrupção da liberdade (*libertas corrumpebatur*)” (ANNALS, I-75).

No entanto, Tácito não deixa de notar que a pretensa falta de autonomia do Senado mesmo sem uma intervenção direta do Imperador é intensificada pela própria tendência da aristocracia a não tomar decisões sem algum tipo de aval de Tibério. Por exemplo, ao anunciar que deixaria Roma em 16 d.C., o Senado propôs um debate sobre uma paralisação de suas atividades até o retorno do Imperador. Embora Tibério não tenha tomado parte no debate, este consentiu que sua viagem fosse adiada (ANNALS,

³⁶ Entretanto, vários autores dedicam estudos à derrubar a argumentação de Tácito sobre a intensidade referente à perseguição empreendida pelas denúncias durante o governo de Tibério. Frank Burr Marsh (1928:14-27) afirma que o exame da narrativa taciteana de Tibério, especialmente o livro VI, mostra que o “terror tiberiano” é algo amplamente mítico. Tácito enfatiza esta perspectiva como meio de corroborar a concepção de Tibério que é apresentada ao longo da obra: onde os fatos não o auxiliam a comprovar seu intento, ele reveste a trama de componentes retóricos, visando dar ao leitor a impressão do horror e da carnificina relacionada à perfídia do caráter do Imperador.

II-35). Mais ainda, quando Tibério deixa Roma em 21 d.C. rumo à Campânia, o líder nômade Tacfarinas semeia uma rebelião na província da África. Escrevendo ao Senado, Tibério solicita o destacamento de algum senador para apaziguar a região. Ao invés disto, os senadores lhe retornam pedindo que ele escolha esta pessoa. Em meio a tal indecisão, o Imperador critica os senadores por tentarem atirar-lhe todo o fardo das decisões e recusou-lhes a permissão para se evadirem de tal responsabilidade, ordenando-lhes que escolhessem entre M. Lépido e Q. Bleso, sendo que este último ficou com o cargo de governador da província (ANNALS, III-33,35).

Em meio à descrição dos eventos políticos semelhantes a este durante o governo de Tibério, existe uma constatação de que não somente o Imperador é o responsável pela supressão da liberdade política e pela degeneração dos valores morais e dos preceitos políticos republicanos, mas existe uma tendência para a subserviência por parte da própria aristocracia. À parte das inúmeras contradições existentes no texto taciteano, o autor estabelece uma síntese relativamente positiva dos primeiros anos de governo do Imperador, até a morte de Druso e o aumento da influência de Sejano:

[...] desde o início os negócios públicos e dos mais importantes assuntos sobre os indivíduos privados foram debatidos perante os *patres*, e foi permitida a fala aos seus líderes, e aqueles que decaíram para a bajulação ele fiscalizou pessoalmente. [...] cônsules e pretores exerceram seus próprios papéis; o poder dos magistrados menores também foi exercido; e as leis, se a questão da lei de traição for subtraída, foram de bom uso (ANNALS, IV-6).

A condição de submissão e o atrelamento do Senado ao favorecimento do Imperador mostram que esta fachada tornou-se uma característica preponderante dentro

das relações de poder da qual ele mesmo não pode evadir-se. Mais ainda, não se trata de um cerceamento da liberdade política imposta mediante pura opressão política, mas podemos observar que tal fato para o autor correspondeu a uma consequência das novas necessidades dos membros da aristocracia senatorial para se manter dentro das disputas por êxito político na carreira pública.

Sobre o caráter conflituoso que as perseguições pelo crime de traição impuseram na aristocracia romana, e considerando-se a sua própria participação neste processo, como exemplo mais contundente podemos observar o julgamento de Cremúcio Cordo pela publicação de ANNALS que louvavam os feitos de M. Bruto e Cássio durante a República, o qual Tácito expõe o seu discurso de defesa perante o Senado:

São minhas palavras, padres conscritos, que são criticadas, tão completamente sou eu inocente de ações; mas nem mesmo estas foram direcionadas ao Príncipe ou aos seus parentes, a quem a lei de traição abarca. De mim é dito que louvei Bruto e Cássio, cujos feitos, embora muitos já os tenham compilados, ninguém os tenha feito sem honrarias [...] Estou eu inflamado o povo em apelos públicos com o motivo de uma guerra civil? [...] se a condenação se aproxima de mim, não haverá lapso daqueles que se lembrarão não somente de Cássio e Bruto, mas de mim também (ANNALS, IV-34,35).

Esta prática corrobora-se como uma arma de disputa política, pois tanto esta como várias outras condenações presentes na narrativa partiram de denúncias feitas pelos próprios senadores. Entretanto, a ênfase na composição de uma atmosfera de “terror” político pode ser vista como uma tentativa do autor em mostrar que a sujeição

da aristocracia senatorial à supressão desta liberdade é uma condição presente na essência do Principado³⁷. Enquanto forma de governo, existiu um limite bastante claro para a participação política do Senado e a divulgação de idéias e críticas contra o governo de um Imperador, independente das virtudes de um bom Imperador e que se estendeu mesmo após o fim da dinastia dos Imperadores Júlio-claudianos.

Isto é perceptível na afirmação do autor subsequente do capítulo, em que Tácito afirma que os livros de Cremúcio Cordo foram secretamente preservados e posteriormente publicados. Para o autor é “aprazível caçoar de toda a insensibilidade daqueles que, por virtude de seu presente poder, acreditam que a memória mesmo de um período subsequente possa ser extinta” (ANNALS, IV-35). Desta maneira, podemos inferir que a tonalidade deste discurso, carregada de artifícios retóricos que em muito refletem a própria consideração do autor sobre o evento, transcende a mera tentativa de reprodução deste julgamento para estabelecer-se como uma crítica, ou uma constatação sobre a tensa condição de sujeição da aristocracia perante a sua expressividade durante o Principado.

Entretanto, conforme salientamos no início deste capítulo, mesmo com a construção de uma narrativa que em sua maior parte dedica-se a caracterizar negativamente o Principado de Tibério, podemos encontrar pontos positivos sobre sua administração. Considerando a existência de grandes contradições na escrita taciteana, a utilização dos artifícios retóricos na composição de um discurso dramático, busca persuadir o leitor por meio de uma trama rica em aspectos literários e psicológicos.

³⁷ Seager afirma (2005:137) que é indiscutível que a operação da lei de traição foi a maior fonte da caracterização negativa do Principado de Tibério. A ambição dos informantes profissionais em explorar as possibilidades da lei, a relutância de amigos e familiares em auxiliar os defensores por medo de tornarem-se vulneráveis às perseguições, e a prontidão do Senado para o servilismo e a adulação não somente para a complacência, mas também para o estímulo aos abusos da lei eram sintomas de uma sociedade em crise. A culpa da disseminação do medo estava nas conseqüências do Principado enquanto instituição, pois Tibério não criou a situação, tampouco poderia conjecturar sobre o fim desta lei.

Tácito nos apresenta um indivíduo repleto de contradições e conflitos, em uma argumentação que em vários momentos do texto busca associar intenções de sua personalidade com ações, como forma de justificar uma coerência argumentativa que traga ao leitor uma explicação que confirme a tradição política de seu tempo. Desta maneira, a descrição obituária feita sobre o Imperador ao final do sexto livro é um indício que nos auxilia a compreender esta percepção, na atribuição de diferentes fases durante sua vida pública (*morum quoque tempora illi diversa*) (ANNALS, VI-51).

De acordo com este capítulo, mesmo em meio às atribulações e aspectos negativos que Tácito enuncia em sua narrativa sobre o Principado de Tibério, houve aspectos positivos durante sua administração, se adicionarmos a esta descrição as considerações feitas no capítulo sexto do quarto livro. Conforme foi dito neste capítulo, é principalmente em relação à personalidade do Imperador que Tácito direcionou a maior parte de suas críticas. Quando o autor não faz críticas sobre seu caráter, constrói um juízo de valor que em sua maior parte é inserido por meio de insinuações e rumores após descrições de fatos e eventos.

Além disso, A.J. Woodman (1997:95-97) vê no obituário de Tibério mais uma sucessão cronológica de isolamento progressivo do *Princeps* do que a remoção de influências restritivas. Entretanto, os problemas nesta percepção permanecem principalmente pelo fato de a descrição de Tácito mostrar, por exemplo, que a influência de Sejano poderia ter semeado a possibilidade de o Imperador dar vazão às torpezas de seu caráter, à medida que concedia cada vez mais confiança ao prefeito do pretório.

Esta percepção nos auxilia conseqüentemente no estabelecimento de um contraponto a certo consenso estabelecido sobre a historiografia relativa ao Principado de Tibério. Em grande parte os pesquisadores sobre o assunto corroboram as descrições e opiniões de Tácito como indícios precisos da “tirania” do governo de Tibério, e a

atmosfera de terror político descrita pelo autor diante das denúncias de traição fazem parte da base mais sólida de argumentação para confirmar tais proposições.

Em meio a esse pessimismo se insere a concepção de uma imagem política de Tibério, que se estabelece em um verdadeiro conflito entre a idéia de que a natureza de seu caráter foi sendo progressivamente revelada mediante a remoção de uma seqüência de influências restritivas, e a perspectiva de que Tibério foi corrompido pela ascensão ao poder. Para Seager (2005:231), existe uma tendência na historiografia em argumentar que Tácito endossa uma noção de transformação no caráter do Imperador, apesar de uma concepção pré-estabelecida em seu tempo e mesmo em sua narrativa da imutabilidade do caráter de um indivíduo.

Entretanto, conquanto as relações entre o Imperador e o Senado tenham sido tensas e problemáticas, especialmente pelas conseqüências nocivas do reforço e da disseminação do hábito das denúncias pelo crime de traição ao governo, Tibério demonstrou uma enfática vontade de envolver o Senado no máximo de questões administrativas possíveis; embora a sua instância primeira de poder tenha sido imediatamente assegurada pelo controle do exército, Seager acredita (2005:225) que a falha no estabelecimento de relações positivas entre o Imperador e Senado deve ser uma culpa compartilhada por ambos.

Desta forma, buscamos mostrar por meio das proposições apresentadas neste capítulo quais são as principais constatações da historiografia referentes ao governo de Tibério, no que tange à sua relação conflituosa com a aristocracia senatorial e às disputas insurgentes no seio da família imperial. Mais ainda, delineamos este traçado através de uma observação das considerações de Tácito sobre estes aspectos no Principado de Tibério.

Isto nos permite estabelecer um momento de transição para nosso objetivo no próximo capítulo, a exposição de aspectos positivos da administração imperial de Tibério, e que estão presentes na narrativa taciteana, que nos permitirão mostrar a sua preocupação com o exercício dos negócios públicos, e com a recepção que era feita pelas ordens sociais de sua administração e postura política. Para tanto, é importante que coloquemos à parte insinuações e juízos de valor acrescentados pelo autor, para evidenciar que mesmo com críticas bastante enfáticas sobre sua personalidade e sua relação política com a aristocracia, Tácito apresenta por meio de alguns exemplos o cumprimento de suas prerrogativas. Desta maneira, mostraremos concessão de benefícios realizados pelo Imperador a indivíduos privados (*liberalitas*), o oferecimento de dinheiro, construções públicas e templos à população da Cidade de Roma e localidades provinciais (*munificentia*), bem como a redução de tributos e taxas à população do Império.

CAPÍTULO III
ASPECTOS POSITIVOS DA ADMINISTRAÇÃO IMPERIAL DE TIBÉRIO
NOS ANAIS.

Dentro da narrativa de Tácito apresentada em seus *Anais*, nos deparamos com o seu esforço em compilar os principais eventos políticos e militares dos governos dos Imperadores Júlio-Claudianos. Em nosso caso, nos voltamos para a estruturação de seu texto no que tange à descrição dos principais fatos políticos do Principado de Tibério Augusto. Desta maneira, podemos concluir que Tácito depreende uma caracterização bastante negativa de seu governo mediante a conflituosa relação que este estabeleceu com a aristocracia senatorial, bastante abalada logo em seus primeiros encontros no Senado. Além disso, o aumento no número de casos referentes aos crimes de traição influenciou bastante na caracterização de uma atmosfera de perseguição política, embora a prática da denúncia tenha sido um instrumento de competição político bastante utilizado pelos próprios membros da aristocracia.

Diante destes fatores, Tácito procurou por meio de um discurso fortemente apoiado numa construção estilística calcada em componentes retóricos, a confecção de um discurso dramático bastante apoiado nas descrições psicológicas de suas personagens. Primordialmente nos ocupamos mais em observar como se estabelece uma relação de disputas e intrigas políticas baseadas na difusão de rumores, dentro do seio da família imperial. Esta preocupação do autor para nós constitui-se no seu interesse de mostrar como a disputa por poder e preponderância no processo de sucessão dinástica, estabelecido como forma de legitimação e permanência do Principado por Augusto. Este fato tornou-se uma causa preponderante no processo de degeneração dos valores políticos e morais da República, e associou-se a uma tendência de servilismo e

subserviência por parte da aristocracia, culminando finalmente para Tácito na supressão da liberdade política e de expressão durante o Principado.

Entretanto, levando-se em consideração o caráter pessimista do autor em relação ao conjunto dos fatos políticos retratados durante o governo dos Imperadores, assim como a existência de inúmeras contradições, insinuações sem clara fundamentação e juízos de valores. Percebemos aspectos positivos em seu governo mediante consideração do próprio autor, apesar de ter sido qualificado negativamente pelo caráter tirânico de suas ações políticas, recebido uma ênfase na degeneração gradual de seu caráter e pelo aspecto dependente e influenciável de sua personalidade. Mais ainda, podemos perceber que mediante a leitura da fonte encontramos indícios da preocupação de Tibério com a difusão e a legitimidade de seu poder durante o exercício do governo.

Escolhemos como aspecto relevante para exemplificarmos a existência de considerações positivas sobre a sua administração às referências do autor ao exercício da virtude da *liberalitas* e da *munificentia*, presentes no texto em vários capítulos que dizem respeito a fatos ocorridos na Cidade de Roma e em outras regiões do Império, bem como o empreendimento de obras públicas, templos e medidas de caráter administrativo relevantes para o nosso foco. A estas considerações associamos as proposições de Tácito sobre a personalidade de Tibério, o que embora ainda desperte bastante polêmica e nenhum consenso, nos permite dizer que o autor não desconsiderou tais pontos positivos, embora não tenha conseguido separar caracteres pessoais do exercício das funções administrativas do Imperador.

3.1 – A preocupação com a legitimidade política de Tibério em seu Principado.

Primeiramente devemos ressaltar que Tibério não negligenciou sua preocupação com a forma com que a sua imagem política foi assimilada pela população imperial. Este fator é importante, pois condiz com uma necessidade de conferência de autoridade e legitimidade ao seu governo. Esta preocupação, apesar de não ter surgido com Augusto, foi um aspecto primordial em seu Principado, provavelmente pelo momento histórico de estabelecimento e consolidação de uma nova forma de governo.

Tal preocupação, bem como vários outros aspectos políticos de seu Principado, foi perpetuada por seu sucessor. Em termos latinos, o comportamento dos imperadores flutuava entre a *civilitas*, a conduta de um cidadão valorizada por uma noção de igualdade perante os demais, e a *superbia*, o comportamento arrogante e desdenhoso de um rei e um ser sobre-humano. Diante da constatação de que o poder dos imperadores era essencialmente centralizador, o Principado foi estabelecido por um ato de negação (*recusatio*) de uma centralização do poder de forma ditatorial, fato ideologicamente bem explorado por Augusto em sua *res publica restituta*, e perpetuado de soberano para soberano.

Possivelmente, de acordo com a leitura feita por Tácito, Tibério tentou repetir a mesma atitude, mas não obteve êxito semelhante, pois a estrutura ideológica de difusão de um restabelecimento da República e de uma cooperação entre Imperador e Senado modificou-se após o Principado de Augusto. Isto é perceptível durante os primeiros encontros de Tibério com o Senado, em que os membros da aristocracia clamaram francamente para que o Imperador assumisse o controle das prerrogativas imperiais.

Entretanto, esta pose de negação em si constituiu uma característica bastante importante no cerimonial imperial: embora elementos “monárquicos” aparecessem inexoravelmente, eles eram admitidos somente se não contradissem essa aparência primordial de preservação de antigos valores políticos. A sociedade romana prezava pela permanência dos ideais dos grandes homens do passado e de seus valores morais (*mos maiorum*).

Para Andrew Wallace-Hadrill (1982:36) o poder do Imperador mediante o estabelecimento do Principado envolveu a perda do controle dos organismos tradicionais de governo, o Senado e o *populus romanus* constituídos em várias assembleias, características primordiais da República enquanto forma de governo. Embora a aristocracia senatorial tenha gradativamente alterado sua forma de relacionamento com as prerrogativas para o ingresso na carreira pública, considerando o papel primordial de um relacionamento com o *Princeps* e a família imperial, ainda assim os preceitos republicanos foram em parte perpetuados dentro dos valores e tradições dos remanescentes das antigas famílias republicanas.

Uma meticulosa demonstração de respeito pelo Senado e pelo povo ajudou a sustentar cerimoniosamente a ilusão da supremacia destas instituições, embora em última instância o comando fosse exercido pelo Imperador. Apesar disto, a *recusatio* não significou a perpetuação de um aspecto republicano, tendo em vista o amplo panorama de disputas por prestígio político que caracterizou principalmente os últimos anos deste modelo de governo.

Duas tendências opostas são perceptíveis durante o Principado: afirmações ofensivas contra os imperadores poderiam ser condenadas através da lei de traição, e ao mesmo tempo a lealdade dos indivíduos poderia ser reafirmada através da contínua bajulação. Em ambos os casos os imperadores sempre tomavam certas precauções para

evitar aplicações ambíguas da *maiestas*, e anunciavam a restauração da liberdade de expressão virando o rosto contra a *adulatio*.

A isto se somam outros artifícios, como em alguns casos o uso da vestimenta como forma de simbolizar o status de cidadão privado. A prática de se vestir como um cidadão comum é evidentemente autêntica, pois havia uma divisão no guarda-roupa imperial chamada *privata vestis*. Além disso, outro sinal de condescendência para com os indivíduos era a modificação da *officia* que estes possuíam perante o Príncipe: O Imperador poderia usar de ocasiões como entradas e saídas da capital para demonstrar um pouco mais de proximidade com a população, andando em meio a ela, ou distribuindo saudações em ocasiões oficiais³⁸.

Duas diretrizes conceituais, cuja base se organizou dentro do panorama helenístico e republicano, se uniram durante o Império para dar origem a algo novo: a manifestação da *Moderatio*³⁹, a moderação do uso do poder, e a *comitas*, o tratamento amistoso dos inferiores, se encontram para formar um padrão de etiqueta da condescendência imperial. Mas a ideologia por trás desta etiqueta é mais bem definida como *civilitas*⁴⁰, que evoca o comportamento de um soberano que é ainda um cidadão

³⁸ A soma de algumas das principais características da conduta social imperial não representa um padrão do que os imperadores desempenhavam o tempo todo. Nem todos eles eram fortes e confiantes o bastante da submissão de seus indivíduos para confiar exclusivamente no ritual de condescendência; alguns se valiam de técnicas despóticas, tais quais alguns reis do oriente helenístico: o que está claro é que recusa e condescendência é o elemento histórico que distingue o elemento monárquico romano das outras modalidades de monarquia observáveis nas províncias do Império.

³⁹ Tibério mostrou-se bastante preocupado em exaltar a *moderatio*, e possuímos uma relativa difusão de moedas em seu governo exaltando tanto *moderatio* quanto *clementia*, principalmente durante o período em que a lei de *maiestas* foi executada com maior frequência: em outras palavras, uma lei cujos resultados eram insatisfatórios mediante os abusos em seu procedimento causou em grande medida uma insatisfação e certa “ansiedade” no Príncipe, que através da difusão de moedas ressaltando estas características, pode ter buscado um apaziguamento dos problemas referentes à sua imagem política durante esse período de seu governo (SUTHERLAND, 1938: 129-140).

⁴⁰ Três aproximações complementares podem nos auxiliar a compreender a caracterização da *civilitas* durante o Império: o primeiro fator é a tradição que remete à restauração do *mos maiorum*, anterior ao início da sucessão de conflitos no último século da República, primeiramente executada por Augusto. O segundo fator é a posição do Senado dentro da preponderância cerimonial da *civilitas*: o bom imperador pode ser considerado sinônimo de um governante “pró-Senado”. E o terceiro fator diz respeito à consideração do Imperador para com a construção da organização social do Império, em que os graus de prestígio estão diretamente associados com a proximidade da casa imperial: essa organização deveria ser harmonicamente mantida e ressaltada.

dentro de uma sociedade de cidadãos, onde a liberdade e a conduta do cidadão comum são protegidas pela lei, não o ímpeto de um autocrata.

Em suma, enquanto pode se afirmar que durante o Principado alguns imperadores se valeram de um amplo cerimonial para afirmar a distância entre eles mesmos e seus súditos, é relevante perceber que outros se valeram da condescendência para se representarem como simples cidadãos. Este procedimento não era ambíguo ou sutil, mas era claramente demonstrado, pois tinha como objetivo a articulação de certas diretrizes que foram fundamentais para a sociedade sobre a qual estes soberanos governaram: a continuidade do passado republicano, a dependência do Imperador em relação ao consentimento das outras ordem sociais; mas acima de tudo o uso da estrutura social de uma cidade-estado para organizar e unificar os diversos povos dentro dos limites do Império (WALLACE-HADRILL, 1982:48).

Outro aspecto importante na construção de uma imagem do Imperador é a afirmação de suas virtudes. As virtudes imperiais, qualidades morais possuídas pelo bom imperador, eram também representadas visualmente dentro da mídia oficial e sistematicamente comunicada pelo estado romano aos indivíduos do Império. A associação de virtudes tradicionais romanas com a figura do Imperador é o exemplo primordial de como Augusto e seus sucessores se apropriaram com êxito das diferentes formas de representação; assim como os triunfos e os grandes edifícios, a cunhagem de moedas se tornou prerrogativa básica e exclusiva da casa imperial, bem como a comemoração oficial de uma série de virtudes específicas definiu o Imperador como o detentor paradigmático destas virtudes.

A personalização das virtudes romanas durante Augusto não correspondem, no entanto, a um cânone de virtudes imperiais, pois elas eram divulgadas visando em

específico algo que os imperadores gostariam que os cidadãos pensassem dele. É importante também estabelecer uma diferenciação entre personificações e virtudes nas moedas imperiais: as personificações podem ser compreendidas como figuras humanas que ofereciam uma forma visual concreta e uma encarnação de um conjunto de idéias abstratas, que representavam a virtude em si, enquanto as virtudes eram qualidades morais inerentes aos homens, um tipo de personificação representada dentro da cunhagem imperial (NOREÑA, 2001:153).

Em relação à percepção da necessidade de divulgação das virtudes políticas perante a população do Império, tende-se a corroborar a impressão descrita por Tácito de uma extrema severidade por parte de Tibério na recusa em receber honras durante o seu Principado. A atitude de Tibério em relação ao recebimento do sobrenome Augusto foi bem diferente de sua mãe Lúvia: Tácito afirma que houve grande adulação (*Multa patrum et in Augustam adulatio*) por parte dos senadores no oferecimento do prenome *Augusta* à mãe de Tibério, pois além desta denominação, alguns propuseram que ela fosse chamada também “mãe da pátria”, bem como outros desejavam acrescentar “filho de Júlia” ao prenome do Imperador (ANNALS, I-14). Tais considerações em parte possuem a função de ressaltar a personalidade obscura, sombria e arrogante do Imperador. Entretanto, são adicionadas claramente como juízos de valor logo após a recusa de Tibério em aceitar as honras, mas podemos perceber uma tentativa por parte do Imperador em demonstrar certo emparelhamento com os outros membros do Senado.

Da mesma maneira Tibério recusou por duas vezes o título de *pater patriae*: na primeira vez, em 15 d.C., vetou também a proposta do Senado sobre um juramento de obediência aos seus atos, alegando que todas as questões referentes aos mortais eram incertas e que, quanto maior a sua posição, mais traiçoeira a sua base (*cuncta mortalium incerta, quantoque plus adeptus foret, tanto se magis in lubrico dictitans*) (ANNALS, I-

72). Apesar de sua descrita veemência em sua recusa, o título de *Augustus* aparece nas inscrições e em moedas, da mesma forma como o emprego do título aparece nas correspondências enviadas às províncias orientais. A razão para esta atitude de Tibério torna-se evidente se considerarmos por um momento a política religiosa adotada por Tibério.

Segundo Kenneth Scott (1932:44), existiram evidências documentais em diversas fontes para demonstrar que o imperador formalmente recusou as honras divinas em Roma e dos romanos, com a intenção de se mostrar mais próximo da constituição humana demonstrava desaprovações por honrarias excessivas. Para o autor, um Imperador divino era algo que a população das províncias orientais poderia compreender e pelo qual ela poderia ser razoavelmente impressionável.

Durante a segunda vez em que recusou a denominação em 19 d.C., Tibério protestou severamente contra aqueles que haviam designado as suas ocupações como “divinas” e a ele mesmo como “senhor” (*acerbeque increpuit eos qui divinas occupationes ipsumque dominum dixerant*) (ANNALS, II-87). De fato, Tibério não procedeu com uma real severidade perante tais demonstrações de honra e foi mal-sucedido em fiscalizar sua idolatria espalhada na Itália e nas províncias. Ele positivamente recusou o consentimento para o culto de sua pessoa em Roma ou pelos romanos, e Tácito avalia que “a expressão era restrita e escorregadia diante de um *Princeps* que temia a liberdade, mas detestava a adulação” (*libertatem metuebat adulationem oderat*) (ANNALS, II-87). A despeito deste julgamento, podemos supor que possivelmente Tibério buscou evitar qualificações que contradissem uma relação de cooperação com os membros da aristocracia senatorial, enfatizando a severidade quanto a honras e títulos na Cidade de Roma, e ao menos nos *Anais*, permaneceu irreduzível neste ponto.

Compreenderemos este empenho considerando que a aceitação formal do nome *Augustus* poderia ter trazido enormes complicações durante seus esforços realizados fora da corte para submeter ao julgamento os acusados por *maiestas* durante o seu governo: durante a primeira parte de seu Principado, o seu desejo de prevenir delações o levaram a se desassociar formalmente de qualquer divindade relacionada ao seu poder. Todavia, não é surpreendente o fato de o título *Augustus* ter sido encontrado em inscrições e moedas, e que este às vezes tolerasse manifestações de honra não oficialmente reconhecidas e proibidas: se as pessoas insistissem em lhe prestar reverências, em vez de recusas e proibições, ele meramente adotava uma política de “vistas grossas”, a não ser pelo fato de ter mantido uma rígida atitude de desaprovação oficial.

O emprego ou a rejeição do título de *Augustus* por Tibério aparentemente foi regulado pela maneira em que este teve co-relação com a história e a significância de sua política religiosa bem-definida, que era em grande parte a mesma empregada por Augusto, embora, como Tibério em si, aparentemente mais reservada e cautelosa. O Imperador foi detentor da titulação por testamento de seu pai adotivo, mas não fica claro qual foi a aceitação oficial que este tomou diante do nome perante os romanos e na cidade de Roma.

De fato, o epíteto se tornou após a morte de Augusto a denominação de um deus, conferindo divindade, algo além do humano enquanto estivesse vivo, e durante a vida de Tibério este significado foi mantido. A política desempenhada por Tibério dentro do Senado pretendia considerá-lo como um mortal perante o restante dos romanos, e consistentemente exigia que este recusasse a aceitar oficialmente o título divino em suas relações com ele. Mas Tibério não poderia e provavelmente não desejou barrar uma onda de culto imperial, pois mesmo que este expressasse a sua desaprovação

oficial, não poderia prevenir nem coibir tal fato prontamente. Além disso, o uso do título no endereçamento de cartas para reis estrangeiros, Príncipes, e cidades não implicava em um uso inconstitucional, e nem em ofensa aos sentimentos dos cidadãos romanos⁴¹, mas mostrava que sua postura visava provocar em especial uma aparência de cooperação entre seus pares políticos na Cidade de Roma servindo, no entanto como artifício de manutenção de sua autoridade nas províncias.

Além do caráter positivo de se agir em uma relação de proximidade com os cidadãos do Império, mas sem deixar de ressaltar a magnitude do poder que simboliza o porquê do soberano estar em posição cimeira aos demais indivíduos, a imagem de um *civilis princeps* se aproxima da de um *benefactor* ou *pater patriae*⁴². Durante os dois primeiros séculos do Principado, podemos dizer que existe um modelo construído em volta de uma relação ideal entre benfeitor-beneficiário, baseada numa ambivalência semelhante aos pensamentos grego e romano de uma oposição entre tirano e benfeitor.

Em essência, este modelo é produto de um conjunto de reações ao poder, e fundamenta-se numa lógica parecida à da constituição do ideal de *civilitas* concernente à imagem do Imperador, acrescida da evidente elevação deste em relação aos seus pares, justificada principalmente pela proeminência moral do primeiro. Sendo assim, em termos ideais, o benfeitor oferece e sustenta a vida de seus beneficiários ausente de

⁴¹ Mesmo durante o período helenístico, os reis orientais e das cidades gregas haviam endereçado a divindade para Roma e para os comandantes romanos que representavam o Estado. Desta forma era tradicional para um comandante romano ser considerado como sobre-humano; Tibério não tinha por isso nenhum grande motivo para se desviar dos procedimentos políticos de Augusto, e de fato a omissão do mais alto e bem-conhecido título de seu predecessor nas correspondências diplomáticas pode ter prejudicado seu prestígio ou o do Estado romano (SCOTT, 1933:50).

⁴² A analogia do “pai” se auto-sugere como um fator preponderante por duas principais razões: em primeiro lugar, foi usada de uma maneira positiva para sugerir a existência de um benfeitor ideal tanto nas fontes gregas quanto latinas (Xenofonte, Plutarco, Cícero, Tácito e Sêneca); em segundo, enquanto poucas fontes ressaltaram o panorama político ideal para a existência de uma relação benfeitor-beneficiário, há um amplo campo de evidências em relação aos *patres* e seus dependentes. A ambivalência dentro desta relação foi bastante considerada, pois faz parte do conjunto dos costumes, dos *mores*: Tácito não critica a *adulatio* apenas para evidenciar as conotações negativas nos governos dos Imperadores. Embora as relações estabelecidas nos trabalhos filosóficos não possam ser literalmente transcritas para o plano das realidades sociais e políticas, a compreensão de uma unidade social é derivada de uma concepção de Estado como um conjunto de beneficiários, semelhante à organização de uma família em que o *pater familias* se coloca como o benfeitor em essência (STEVENSON, 1992: 423-431).

motivações próprias: a reciprocidade não é uma condição importante para os benfeitores neste conjunto de coisas.

Por outro lado, o beneficiário compromete-se perante o benfeitor puramente pela compreensão honesta e sincera do ideal deste; não há desta forma uma preocupação com exploração na idealidade da relação⁴³. Desta forma, temos um benfeitor ideal despreocupado com recompensas, mas beneficiários completamente voltados para isso. Além disso, o grande valor deste modelo ideal diz respeito ao fato de que as imagens de um bom soberano e indivíduos leais a este estão presentes em ambas as partes; o que significa também que uma grande parte das críticas feitas à adulação e ao servilismo é resultado da ambivalência existente na compreensão e aplicação deste ideal (STEVENSON, 1992: 423).

3.2 – *Liberalitas* e *munificentia* e outros aspectos positivos relevantes na administração imperial de Tibério nos *Anais*.

Houve uma tentativa de se empreender um balanço entre a afirmação da autoridade e legitimidade do poder, bem como uma aproximação do soberano com o restante dos indivíduos visando transmitir a idéia de que a população não estava sendo regida por um tirano, mas por alguém que compartilhava dos mesmos preceitos de cidadania. Desta maneira, podemos dizer que Tibério empreendeu ações políticas dentro da esfera da administração imperial que evidenciam o oferecimento de auxílio,

⁴³O modelo de relação entre benfeitor-beneficiário evoca um cenário ideal em que a preocupação desinteressada do soberano pelos súditos, a ausência de exploração ou gratidão pelos benefícios, reveste melhor um determinado panorama social e político do que uma autocracia que demonstra evidentemente a autoridade de um governante legitimada, entre outras coisas, pelo uso da força e do poder militar. O que fica claro a partir desta premissa é a preocupação existente com a compreensão de um relacionamento entre soberano e seus dependentes, em que a ameaça da tirania não seja percebida como uma possibilidade real, tendo em vista que constitucionalmente nada poderia impedir atitudes despóticas de um Príncipe.

benefícios e concessões, que transparecem um aspecto positivo em seu governo e são descritas por Tácito.

Estabelecemos como tal tipo de atitude exemplos nos quais Tibério concede benefícios em dinheiro a membros da aristocracia senatorial (*liberalitas*), oferecimento de dinheiro, construção e reparo de obras públicas em Roma e nas províncias (*munificentia*), bem como intervenções de caráter urgente nos preços dos víveres destinados à população (*frumentationes*). Esta escolha se dá pela importância que esta virtude possuía para a sociedade romana, pois a generosidade existente entre iguais quanto de um superior para um inferior. Mais ainda, teve grande preocupação com a manutenção e restauração dos templos e das construções públicas.

Em relação à definição do que vem a ser o termo *liberalitas*, existe uma diferença entre a doação de dinheiro feita através de uma solicitação imediata ao Imperador e um ato de liberalidade (*liberalitas*) que não envolve apenas instruções de concessão de verbas para uma província através de oficiais a serviço do Príncipe, mas a transferência de uma propriedade substancial que aparentemente pertence ao Imperador e está certamente à sua livre disposição. Para C. Manning (1986:77-78), durante os primeiros séculos da República a *liberalitas* era uma virtude amplamente disseminada e praticada pela aristocracia romana, mas em seu último século seu exercício se tornou algo suspeito por duas razões primordiais: a existência de um abismo entre o ideal filosófico, como exemplificado por Cícero no *Dos Deveres* e a prática dos indivíduos.

À parte de uma discussão sobre a concepção filosófica do termo, e diante de uma observação documental, durante este período da República a generosidade privada era constantemente praticada por um membro superior na sociedade para com outro inferior, e não exercida entre iguais, de acordo com os preceitos filosóficos. Isto se devia a uma forma de autopromoção e tinha como finalidade a adesão popular e a

conquista de votos (MANNING, 1986: 77-78). Ao mesmo tempo, movidos pela *simulatio* e *vanitas*, muitos membros da aristocracia senatorial agiam com exagero no oferecimento de doações públicas, realizando atos evergéticos, que sobre uma capa de *utilitas* eram simplesmente resultado de uma ostentação conseqüente de uma situação econômica desafogada, e que buscava ofuscar as possibilidades de promoção de outros cidadãos que desejavam promoção que, contudo, possuíam menos recursos.

Dentro da própria legislação romana houve a solicitação de uma prudência dos doadores na realização de munificências, autorizando somente obras públicas que contribuíssem para a dignidade (*honos*) e o embelezamento (*ornatus*) da cidade (ANDREU, 2001: 546). A *liberalitas* tornou-se uma associação com estas disputas que visavam apenas favorecimento popular, adquirindo dentro do panorama de conflitos civis do século I a.C., uma conotação negativa, e por muitas vezes maquiada através de sinônimos como *clementia*, *miseriçórdia* ou *munificentia*.

Carl Manning (1986: 80) ressalta também que a reabilitação da *liberalitas* e seu reaparecimento durante o Principado estão inseridos na compreensão de três tipos de receptores de benefícios: a) os indivíduos privados; b) comunidades ou províncias; c) candidatos aos cargos da magistratura, cargos oficiais e seções destes cargos, com conseqüências para todo o padrão de condução dos negócios públicos em Roma. O reaparecimento da *liberalitas* foi influenciado pelo deslocamento da autoridade para o Imperador e o estabelecimento do Principado como forma de governo.

A transferência do controle do acesso dos magistrados e governadores para a demanda pessoal do Príncipe destituiu as disputas entre os membros da aristocracia por favorecimento popular e os conflitos de interesse que tinham a *liberalitas* como instrumento de persuasão e apoio. A concentração dos poderes pelo soberano trouxe

pouca oportunidade para alguém além do *Princeps* demonstrar sua generosidade privada, principalmente se esta possuísse objetivos políticos.

Em Roma, a maior parte das características de expressão da generosidade imperial foram estabelecidas durante o governo de Augusto, e a ampla distribuição de dádivas e outros *beneficia* em alguns aspectos definiram um ideal de virtude entre os Imperadores romanos. As gerações posteriores prontamente associaram a virtude da *liberalitas* com a imagem política de Augusto, que consumiu somas exorbitantes de sua própria riqueza em doações de dinheiro à plebe e aos aristocratas (NOREÑA, 2001:160).

Consideramos desta maneira que a conceituação inicial deste termo sofreu uma alteração da República para o Principado, e que em nosso caso observamos o exercício desta virtude e da *munificentia* durante o governo de Tibério, sabendo que não se trata mais do oferecimento de benefícios por membros da aristocracia para outros membros da mesma ordem. Podemos observar então que a manutenção do poder do Imperador não dependia apenas de uma constante liberação de dádivas, mas este ato era constituído tanto por um caráter oficial quanto era imbuído da manifestação do carisma de um Imperador.

De acordo com Fergus Millar (1971:136) sob Augusto o pagamento era feito por um *dispensator*; que ficava a cargo de distribuir grandes quantias em dinheiro, e que deveria sempre prestar contas das distribuições ao Imperador. Com essas grandes quantidades de dinheiro envolvidas, e a proximidade que a responsabilidade do cargo trazia perante a pessoa do Imperador, podemos compreender que este cargo poderia ser amplamente cobiçado.

Os *dispensatores* provavelmente também eram responsáveis por tomar nota dos pagamentos feitos em nome do Imperador, e as maiores evidências do

funcionamento deste cargo vem das moedas que representam as distribuições periódicas de dinheiro ao povo de Roma (*congiaria* ou *liberalitates*). Existem variações na forma das moedas, mas todas aproximadamente mostram o Imperador sentado em um tribunal, enquanto o *dispensator* fazia o pagamento para os cidadãos, que se aproximavam individualmente para receber sua quantia.

Parece claro pelas representações nas moedas romanas de que a *liberalitas* tomava parte dentro de um contexto de evento social, e não é surpreendente imaginar que um cidadão poderia pedir por algo que lhe apetecesse, como vinho; isso quer dizer que não eram feitas somente doações em dinheiro. Tais doações de caráter informal eram as mais freqüentes dentro da liberalidade imperial, intercaladas com *congiaria* formal e pública para o povo. Mas independente do caráter informal ou solene da distribuição, a noção da recepção de dádivas era algo que resultava especialmente, mas não somente, do contato pessoal com o Imperador, fato que permaneceu essencial para a concepção de poder do homem romano e a legitimação da autoridade do Príncipe.

A primeira passagem não remonta a nenhuma concessão feita por Tibério, mas faz uma referência a esta prerrogativa no Imperador. Tácito pontua que em Roma não se sabia ainda dos motins entre as legiões estacionadas na Ilíria, sob o comando de Germânico. O autor afirma (ANNALS, I-46) que a comunidade começou a suscitar rumores que censuravam Tibério, e impõe um julgamento claro: “enquanto ele brincava com os senadores e a plebe, a soldadesca estava em disputa e não poderia ser submetida pela autoridade imatura de dois jovens”.

Entretanto, logo em seguida o autor afirma que “ele deveria ter ido pessoalmente e os confrontado com sua soberania de comandante [...] uma vez que eles vissem um Príncipe com sua grande experiência e supremo em severidade e munificência” (*longa experientia eundemque severitatis et munificentiae summum*

vidissent) (ANNALS, I-46). Neste capítulo percebemos um exemplo claro das contradições que permeiam o texto taciteano: o autor se apropria de rumores que possivelmente teriam sido emitidos pela opinião pública da época, reestrutura o discurso e lhe impõe em seguida um julgamento próprio, embora esta articulação crie a princípio uma sensação de distanciamento. Todavia, contraditoriamente ou não, o autor ressalta um aspecto positivo de Tibério, possivelmente coerente com os atos de seus primeiros anos de governo considerado por ele e pela tradição literária de seu tempo como relativamente bons.

A seguir (ANNALS, I-75), temos efetivamente a primeira demonstração da *liberalitas* de Tibério. O Senador Pio Aurélio registrou reclamações perante o Senado sobre a construção de uma estrada pública e um aqueduto próximo à sua residência. Em meio à resistência dos pretores em conceder uma restituição financeira, Tibério intercedeu em seu auxílio garantindo-lhe o valor de sua casa (*Caesar pretiumque aedium Aurelio tribuit*). Não podemos afirmar pelo texto se Tibério concedeu o auxílio oferecendo-lhe dinheiro do próprio bolso, ou se a concessão se deu por meio do erário público, tendo em vista que no início da passagem Tácito cita os entraves entre o senador e os pretores. Todavia, a leitura deste capítulo nos mostra de forma geral que o Imperador auxiliou a um membro da aristocracia, e de acordo com uma percepção mais livre do termo, é possível qualificar este fato como um exercício de sua generosidade.

Da mesma forma (ANNALS, I-75), para Propércio Celer, um pretoriano solicitando exclusão de sua ordem devido à sua pobreza, o Imperador ofertou-lhe um milhão de sestércios, uma vez que descobriu que suas circunstâncias eram hereditárias (*decies sestertium largitus est satis conperto paternas ei angustias esse*). Havia um costume durante o Principado de o Imperador sempre auxiliar certos membros da aristocracia que estavam em dificuldades financeiras a não perder o estatuto eqüestre ou

senatorial, portanto esta atitude, além de ser uma demonstração de generosidade, é bastante plausível e um costume do período.

Entretanto, a partir do momento que outros cidadãos fizeram solicitações semelhantes, ele ordenou que os casos fossem provados no Senado. Diante destas concessões, Tácito utiliza o *innuendo* nos dois casos: em relação a Aurélio, o autor afirma que Tibério era desejoso de gastar o seu dinheiro honradamente, uma virtude que durante muito tempo manteve ao passo que perdia as outras (*erogandae per honesta pecuniae cupiens, quam virtutem diu retinuit, cum ceteras exueret*) (ANNALS, I-75). Já no caso de Propércio, o desejo de Tibério por severidade o tornava amargo mesmo nas questões em que agia com propriedade, e por isto muitos preferiram o silêncio e a pobreza à confissão e generosidade (*unde ceteri silentium et paupertatem confessioni et beneficio praeponere*) (ANNALS, I-75). As avaliações de Tácito visam atestar que mesmo quando Tibério agia virtuosamente, sua personalidade o tornava suscetível aos julgamentos negativos e à impopularidade, mas conforme já ressaltamos possivelmente estas avaliações são juízos de valor do próprio autor, e desta forma devemos excluir tais considerações, nos atendo somente aos atos descritos.

No capítulo seguinte (ANNALS, I-76), Tácito fala que as cheias do rio Tibre ocasionaram inundações em amplas partes da Cidade de Roma, e que conseqüentemente houve grandes perdas materiais e humanas. Tibério encarregou os senadores Ateio Capiton e Lúcio Arrúncio de comandar as obras de contenção do Tibre (*sed remedium coercendi fluminis Ateio Calpitoni et L. Arruntio mandatum*), bem como atendeu às solicitações das províncias da Acáia e da Macedônia de redução de tributos, transferindo-as da administração proconsular para os seus próprios cuidados (*Achaiam ac Macedoniam onera deprecantis levare in praesens proconsulari imperio tradique Caesari placuit*). Podemos afirmar que esta passagem, embora não mostre nenhum

exemplo de concessão de benefícios em dinheiro, evidencia que Tibério mostrou-se atento com a administração pública do Império, o que se mostra um contraponto peculiar em relação a um panorama de distanciamento e hostilidade por parte do Imperador, uma impressão que surge inicialmente diante da leitura do texto taciteano.

Durante o ano de 17 d.C., Tibério fez a dedicação de templos aos deuses que, destruídos pelo tempo ou pelo fogo, haviam sido projetos de Augusto (*Isdem temporibus deum aedis vetustate aut igni abolitas coeptasque ab Augusto dedicavit*). Esta medida fez parte de seu procedimento político em preservar os feitos administrativos de seu antecessor.

Ainda neste ano, diante das reclamações da plebe sobre os preços dos alimentos, Tibério estabeleceu o preço máximo do grão a ser pago pelo comprador, de modo que para este ele acrescentaria por sua conta dois sestércios por medida individual (*Saevitiam annonae incusante plebe statuit frumento pretium quod emptor penderet, binosque nummos se additurum negotiatoribus in singulos modios*) (ANNALS, II-87). Em termos gerais, o controle dos preços dos alimentos e das taxas a serem pagas pela população era uma preocupação primordial do Imperador, pois a insatisfação da plebe: questões de ordem econômica, como o pesado fardo dos débitos, aumento das taxas e tributos, a falta de moradias decorrentes de terremotos ou de incêndios, e a fome causada por períodos de baixa produtividade na agricultura eram fatores de desordem pública e impopularidade do Imperador (YAVETZ, 1969: 36).

No ano de 17 d.C. (ANNALS, II-42), em nome de Germânico Tibério distribuiu à plebe cerca de trezentos sestércios para cada pessoa, marcando sua nomeação como colega no consulado (*Ceterum Tiberius nomine Germanici trecenos plebi sestertios viritim dedit seque collegam consulatui eius destinavit*). Neste mesmo ano (ANNALS, II-47) doze cidades de grande importância na Ásia entraram em colapso

devido a um terremoto ocorrido durante a madrugada, em que a destruição, além de severa, foi inesperada e sem grandes possibilidades de fuga devido às enormes crateras que se abriram no chão. Aos sardianos, que foram bastante prejudicados pela tragédia, Tibério concedeu dez milhões de sestércios e cinco anos de remissão de impostos ao erário (*centies sestertium pollicitus Caesar, et quantum aerario aut fisco pendebant in quinquennium remisit*), o que foi ressaltado positivamente por Tácito, especialmente pelo fato de as populações destas cidades ter dedicado estátuas a Tibério por esta realização. Com efeito, este incidente foi um dos mais graves problemas durante o governo deste Imperador, e não podemos deixar de perceber nesta passagem a colaboração do Imperador para a resolução neste incidente.

Em outro capítulo (ANNALS, II-48), Tácito qualifica como generosa a atitude de Tibério (*Magnificam in publicum largitionem auxit Caesar haud minus grata liberalitate*) ao entregar os bens de Emília Musa, matrona que morreu sem deixar testamento, a Emílio Lépido, a cuja família parecia ter ela pertencido, embora estes bens já tivessem sido reclamados pelo fisco. Sob Tibério parece que proeminentes personalidades poderiam deixar algo para o Imperador; era claramente uma forma estabelecida, mas o fluxo de heranças e legados deixados para o Imperador estava sujeito às pressões típicas das forças sociais relacionadas ao Imperador.

Além das heranças, havia a recepção pelo Imperador ou pelo *fiscus* de propriedades as quais o proprietário havia abandonado (*vacantia*) ou pelas quais as disposições testamentárias eram inválidas (*caduca*), e Tácito mostra nesse mesmo capítulo (ANNALS, II-48) que Tibério agia com profunda severidade no que diz respeito à aceitação ou não de heranças: não aceitava heranças que não viessem apenas de seus *amici*, rejeitando claramente as de desconhecidos, ou heranças provenientes de testamentos em que este era nomeado herdeiro em detrimento de outros.

Outro exemplo deste procedimento ocorre ainda neste capítulo, em que Tibério concedeu toda a herança de Patuleio, eqüestre que o havia destacado como co-herdeiro, a M. Servílio (*Pantulei divitis equitis Romani here ditatem, quamquam ipse heres in parte legeretur, tradidit M. Servilio*) (ANNALS, II-48). Dentre as formas às quais a riqueza era transferida do súdito para o Imperador, para ser administrada, distribuída ou concedida para seus favoritos, a mais carregada de tonalidades políticas e sociais, mas também de ambigüidades era a aquisição das propriedades de pessoas condenadas criminalmente (*bona damnatorum*).

Este processo teve suas raízes na República, quando a propriedade dos homens condenados, ou dos homens condenados por ofensa ao Estado, era vendida em audiência. A condenação era assim em parte um processo sujeito a manipulação e corrupção de transferência de bens de um indivíduo para outros. Um novo fator presente durante o Principado era a extensão do confisco de propriedades para todas as acusações criminosas mais graves, e a retenção em larga escala da propriedade pelo Imperador, e que aumentou consideravelmente com o acréscimo de acusações e perseguições, revelando que a condenação era associada com o caráter político do Príncipe (MILLAR, 1971:169).

Casos de usurpação sob Tibério são apresentados por Tácito, sugerindo um confisco de bens do *aerarium*, como o caso de Sílio (ANNALS, IV-20); em 31 d.C. os bens de Sejano foram confiscados do *aerarium* para serem conduzidos em compulsão para o *fiscus* (ANNALS, IV-2); em 33 d.C. (ANNALS, VI-17), e por fim, Tácito retrata a condenação de Sexto Mário na Hispânia (ANNALS, VI-19). Contudo, em nenhum destes casos Tácito oferece maiores detalhes de como se deram estes processos, e as acusações feitas pelo autor não transcendem o plano das insinuações, pois não podemos

definir ao certo se ele se baseou em algum tipo de ata senatorial, ou simplesmente corroborou impressões baseadas no senso comum do período.

Em 22 d.C., Tibério assegurou financeiramente a reconstrução do anfiteatro de Pompeu que havia sido destruído por um incêndio, pois nenhum membro sobrevivente desta família possuía condições de restaurá-lo, mantendo a sua denominação original (*at Pompei theatrum igne fortuito haustum Caesar exstructurum pollicitus est eo quod nemo e familia restaurando sufficeret, manente tamen nomine Pompei*) (ANNALS, III-72). Este exemplo nos é interessante, pois mostra a concessão de um benefício não somente a um membro desta família romana, mas contempla a manutenção do seu estatuto de nobreza dentro da aristocracia senatorial nos direitos de inscrição e de subscrição nos anfiteatros, ou a manutenção de uma casa sempre disposta a receber outros membros da aristocracia.

A fortuna de uma família constituiu um fator importante que se manteve durante o Principado, relacionado também ao *status* social. A aliança de sobrenomes definia a condição ilustre de algumas famílias, pois os sobrenomes eram os maiores indícios da origem, e eram somados à condição de um cidadão dentro da disputa por dignidade no seio da aristocracia, e no quadro de proximidade com a família imperial e o favorecimento do Imperador (MACMULLEN, 1974:100). Desta maneira, Tibério mostrou-se preocupado em assegurar a permanência e a influência de algumas famílias dentro da ordem senatorial, fazendo concessões em dinheiro.

Tácito faz um balanço dos primeiros anos de governo de Tibério (ANNALS, IV-6), tendo em vista que a partir do ano 23 d.C., por não ter mais a presença de Druso e mediante a crescente influência de Sejano, sua relação com o Senado tendeu a se agravar, especialmente pelos abusos nas denúncias e julgamentos da

lei de traição. Entretanto, estabelece uma coerência positiva nestes primeiros anos no que tange à administração imperial:

[...] desde o início os negócios públicos e as mais importantes questões eram discutidas perante os *patres*, e era permitido aos seus líderes o direito de expressão, e aqueles que escorregavam para a adulação eram pessoalmente repreendidos por Tibério. Ele administrou as honras levando em consideração a nobreza dos ancestrais, o brilhantismo da soldadesca e as aptidões políticas, sendo de comum acordo quais eram os principais merecedores dos cargos. Cônsules e pretores gozaram de suas próprias prerrogativas, o poder dos magistrados menores também eram exercidos, e as leis, à exceção da questão da lei de traição, foram usadas para o bem. Em relação ao abastecimento de grãos e os afluxos financeiros, bem como outras formas de arrecadação, estas tarefas foram relegadas para as companhias de eqüestres romanos (*at frumenta et pecuniae vectigales, cetera publicorum fructuum societatis equitum Romanorum agitabantur*)

[...] A plebe manteve-se constantemente afligida por uma aguda carência de suprimentos, mas não havia culpa por parte do Imperador em relação a isto: de fato ele enfrentou o problema de terras inférteis e mares bravios na medida de suas possibilidades financeiras e assiduamente (*quantum impendio diligentiaque poterat*). E ele ofereceu auxílio para que as províncias não fossem se revoltassem contra novos fardos (*et ne provinciae novis oneribus turbarentur*), e tolerassem os seus antigos tributos sem ambição ou crueldade dos magistrados: castigos corporais e confisco de propriedades foram abolidos. (ANNALS, IV-6)

Em seguida, logo após a morte de Druso, Tácito expõe que Tibério, sem interromper sua responsabilidade para com as questões administrativas e preferindo o trabalho ao invés do conforto, lidou com questões legais de cidadãos e com as solicitações dos povos aliados (ANNALS, IV-13). Em meio a isto, transmitiu para o Senado a decisão de conceder aos povos cibriáticos na Ásia e aos Égios na Acáia, que haviam sofrido grandes reveses devido a um terremoto, a remissão de tributos durante três anos (*subveniretur remissione tributi in triennium*).

Durante o ano de 27 d.C., um grande incêndio abateu-se sobre Roma com uma grande violência, de modo que o monte Célio veio abaixo. Tibério confrontou o problema com a distribuição de dinheiro em proporção às perdas sofridas, cuja gratidão o Senado expressou publicamente, ao passo que a plebe regozijou-se do fato de que mesmo desconhecidos que haviam sido convocados espontaneamente foram auxiliados com a sua munificência (*quia sine ambitione aut proximorum precibus ignotos etiam et ultro accitos munificentia iuverat*) (ANNALS, IV-64). Os desafios para a manutenção da legitimidade e autoridade do Imperador seriam, a partir de Augusto, consistentemente apoiados mais nos usos do poder do que apenas no acesso às vontades do povo, pois as ações do Imperador serviriam como instrumento na construção de uma imagem de benevolência, justiça e manutenção dos princípios da *res publica*. Entretanto, poucos imperadores se preocuparam ou conseguiram êxito semelhante ao de Augusto na manutenção de uma imagem de soberano que aparentavam permitir a liberdade de expressão do povo, e Imperadores assim eram cunhados com a insígnia da tirania dentro das fontes literárias (GOODMAN, 1997: 126).

Em 33 d.C., ocorreu uma crise financeira em Roma, na qual membros da aristocracia se viram endividados mediante a prática da usura pelos banqueiros. Absolutamente sem meios saldarem seus empréstimos, Tibério concedeu um ano e meio

de moratória, para que estes pudessem restabelecer os meios para os pagamentos aos credores sem a necessidade de interferências jurídicas do Estado. No entanto, esta medida não contornou o problema e o Imperador viu-se obrigado a estabelecer um escritório com cem milhões de sestércios para fazer empréstimos aos devedores, com o prazo de três anos sem juros, para que estes quitassem suas dívidas e não perdessem as suas dignidades (*eversio rei familiaris dignitatem ac famam praeceps dabat, donec tulit opem Caesar disposito per mensas milies sestertio*) (ANNALS, VI-17). Esta medida foi especialmente importante para conservar o estatuto de alguns membros da aristocracia que se viram bastante endividados, e mais uma vez ressalta a preocupação de Tibério e a existência de uma preocupação por parte dos Imperadores em não deixar que os Senadores perdessem as suas prerrogativas aristocráticas.

No último ano de governo de Tibério, em 37 d.C., ocorreu outro grande incêndio em Roma, em que parte do anfiteatro que se situava próximo ao monte Aventino queimou, e o fogo se alastrou para as redondezas, consumindo as residências vizinhas. Por sua parte, Tibério investiu cem milhões de sestércios para os reparos das residências e estabelecimentos (*milies sestertium in munificentia conlocatum*) (ANNALS, VI-45). Novamente não podemos afirmar se o dinheiro empregado veio do erário público ou se saiu das próprias riquezas do Imperador, mas este exemplo mais uma vez corrobora que Tibério demonstrou grande preocupação com as prerrogativas administrativas e empenho na resolução de grandes problemas durante seu governo.

Por meio das passagens citadas acima, buscamos ressaltar o fato de que existe um ponto de convergência nas fontes que analisam o Principado de Tibério, estabelecendo que embora os primeiros anos de seu governo fossem bons, a partir da morte de seu filho Druso e da influência de Élio Sejano, tem-se início a uma revelação ou degeneração moral de seu caráter extremamente dependente e o agravamento nos

abusos relativos à lei de traição. Tácito tenta ressaltar as cores de uma atmosfera de paranóia e perseguição a partir deste momento, embora fique clara a utilização de artifícios retóricos que visam propor ao leitor tal perspectiva, especialmente pela ênfase da hipocrisia e da dissimulação do Imperador.

Seguem-se aqui última passagem sobre Tibério ao fim do Livro VI, constituindo-se de um obituário de sua vida:

Em seu comportamento houve diferentes fases: uma excepcional em vida e reputação enquanto era indivíduo privado ou sob comando de Augusto; uma reservada e maliciosa na sua fabricação de virtudes enquanto Germânico e Druso eram vivos; foi simultaneamente uma mistura de bem e mal durante a vida de sua mãe Lívia; infame por sua selvageria, mas com sua torpeza encoberta, enquanto sentiu afeição ou respeito por Sejano; e por último ele emergiu em crimes e degradações ao restar sozinho, com sua vergonha e temor removidos, ele possuía apenas a si mesmo (ANNALS, VI-51).

Desta maneira, Tácito não deixa de reconhecer e ressaltar características positivas na personalidade e na administração de Tibério em determinados momentos de sua narrativa. Contudo, o autor atribuiu à dependência de certas pessoas de sua família e à influência decisiva de Élio Sejano as causas para o agravamento da atmosfera de terror no Principado.

Esta dependência contribuiu ou para revelar o caráter essencialmente mau do Imperador, ou ajudou em sua degeneração moral, muitas vezes ressaltada por artifícios literários que não traziam qualquer contextualização ou lógica argumentativa. Tácito elaborou uma narrativa que em última instância caracterizou o Principado de

Tibério como um período de clara erupção de uma tirania, embora não tenha criado uma personagem, mas sim confirmado um consenso possivelmente estabelecido dentro da memória e tradição de uma aristocracia ainda saudosa de preceitos republicanos.

Podemos acrescentar que Tibério não foi bem-sucedido em empreender uma política de divulgação de suas virtudes e feitos da forma como Augusto o fez. Embora tivesse demonstrado preocupação na execução de suas tarefas administrativas e na divulgação de sua imagem política, seu distanciamento e seu caráter reservado podem ter contribuído para a sua alcunha impopular, mediante a sua incapacidade de aproximação da plebe, a sua aparente rigidez excessiva no recebimento de honras concedidas pela aristocracia, o seu afastamento do cotidiano político durante os períodos em que se retirou da Cidade de Roma.

Considerando-se estes fatores, podemos dizer que a *superbia* (arrogância) ressaltada no início da narrativa por Tácito como elemento inato de sua personalidade, teve uma influência maior do que a *comitas* (afabilidade, condescendência) em seu modo de governar. A distribuição de larguezas (*largitiones*) e a concessão de benefícios (*beneficium*) não eram meios suficientes para garantir a popularidade de um soberano perante a massa de Roma. Relacionado à *liberalitas* e a *munificentia*, outro fator constitui-se como imprescindível na necessidade de conquista da empatia da plebe: era fundamental que o Imperador demonstrasse perante a população que ele e não a desprezava, nem que estava totalmente distante desta.

O governante que conseguia se aproximar da plebe era considerado por ter *levitas*, que durante a República era a mais infame característica que poderia ser aplicada a um político pertencente à aristocracia senatorial. Em comparação àqueles senadores romanos que possuíam a tradicional *gravitas*, o político detentor da *levitas* era tido como um oportunista que só se aproximava da população com o intuito de

ganhar a popularidade, sem realmente se importar com o bem coletivo (YAVETZ, 1696: 98). A população possuía meios de perceber se a aproximação de um governante ou político era verdadeira ou não. Por exemplo, as ações de Augusto poderiam ser compreendidas como algo que ia além de artimanhas políticas pela obtenção da adesão das massas, pois este tentava parecer um soberano popular e buscava a popularidade do povo sem desdenhar do favorecimento que estas lhe proporcionavam, e nesse intuito nos pareceu bem-sucedido.

Desta forma, era importante demonstrar que o Príncipe não sentia asco de se misturar com as massas nem de participar de seus divertimentos. Neste quesito seu sucessor não nos parece ter sido tão bem sucedido como Augusto, pois Tácito afirma que Tibério não era afeito aos divertimentos da plebe, como os jogos públicos, embora não tenha sido capaz de vetá-los, provavelmente para não contrariar prerrogativas estabelecidas por seu predecessor (*alia Tiberio morum via: sed populum per tot annos molliter habitum nondum audebat ad duriora vertere*) (ANNALS, 1-54). Se as relações entre os Imperadores posteriores a Augusto fossem explicadas somente considerando-se como um dos pressupostos a empatia perante a população, podemos dizer que Tibério preocupou-se de forma coerente com a situação econômica e o modo de vida da plebe, mas ainda assim o apreço dessa plebe por ele não foi de forma alguma semelhante à relação com Augusto, possivelmente pela sua maior preocupação em demonstrar perante a aristocracia senatorial uma preservação dos preceitos republicanos, principalmente se levarmos em consideração a sua origem aristocrática e o prestígio da família *Claudia* durante a República.

Entretanto, não podemos afirmar que a plebe seria apenas um conjunto da população simplesmente corruptível por meio da concessão de larguezas e demonstração de uma proximidade para com esta. Apesar de uma tendência presente na

literatura romana, primordialmente aristocrática de enfatizar uma inconstância e uma susceptibilidade da população, esta não difamava nem agia da mesma forma com todos os Príncipes: tal comportamento pode ser explicado se levarmos em consideração a existência de uma consciência política da plebe. O Principado surgiu como uma alternativa possível ao colapso da República. No entanto, essa alteração no sistema político não fez com que as responsabilidades dos imperadores fossem vistas como dádivas, e sim como obrigações legais, como práticas de um *modus operandi*.

Ideais como a *clementia*, *virtus*, *pietas* e *iustitia* adquiriram uma significação ainda maior durante o Principado; A *liberalitas* e a *munificentia* eram características apreciadas pela população, mas somente quando vinha acompanhada daquilo que era pejorativamente qualificado pelos senadores da aristocracia republicana de *levitas popularis*. Os benefícios concedidos à população eram considerados necessários e úteis, mas não *beneficia iucunda* (aprazíveis), pois assim como um mestre é obrigado a vestir e alimentar um escravo, o povo tornou-se acostumado a receber as provisões de trigo como um dever fundamental do Príncipe.

Desta forma, embora Tibério tenha exercido uma boa administração imperial, e que Tácito atente para esta prerrogativa principalmente durante os primeiros anos de governo do Imperador, ele não conseguiu estabelecer um equilíbrio que lhe assegurasse sua popularidade durante seu governo, o que conseqüentemente pode ter contribuído em especial para a construção de um imaginário negativo sobre a sua imagem como *Princeps*.

Esta composição negativa provavelmente adveio de sua conturbada relação com a aristocracia senatorial, às voltas com reminiscências de um passado republicano que, ao mesmo tempo em que ainda retinha a memória desta tradição política dentro de seus ideais políticos, percebia claramente a inevitabilidade da aceitação do principado

como forma de governo. Tibério por sua vez, mesmo que quisesse restabelecer uma aura de republicanismo em sua relação com o Senado, não poderia mais se destituir de uma posição centralizadora de funções erigida gradualmente pelo seu antecessor.

Mais ainda, as disputas internas por influência e poder político dentro da família imperial e a atmosfera de paranóia e perseguição decorrente de um aumento e dos abusos na prática de denúncias do crime de traição foi outro fator que contribuiu enormemente para a afirmação negativa de seu Principado. Conquanto Tibério pretendesse ou fingisse garantir certa autonomia ao Senado nos julgamentos e condenações deste crime, não conseguiu ou não quis evitar o crescente abuso no uso desta lei, que se tornou uma ferramenta de disputas por poder nas mãos de oportunistas, especialmente dentro da própria aristocracia.

Estes três fatores contribuíram para o semeio de um ressentimento que possivelmente se manteve durante o governo dos Imperadores subseqüentes, e foram associados com a impopularidade decorrente da incapacidade de Tibério de se relacionar com proximidade em relação à plebe urbana. Este último fator corroborou a tradição de *superbia* associada à sua família, assim como serve de explicação para o rápido esquecimento de sua pessoa política logo após a morte, embora a relação com as províncias mostre que era comum a prestação de culto à sua imagem, e que esta possivelmente preservou-se nestes locais por mais tempo.

Em suma, podemos afirmar que é possível observar na narrativa de Tácito certos elementos que evidenciam a competência política de Tibério na administração imperial, especialmente na concessão de benefícios à população, bem como a sua relação com as províncias e na organização militar do Império. Contudo, este Imperador não foi tão bem-sucedido como seu antecessor na manutenção de um vínculo de empatia com o restante da população, e a sua dificuldade em lidar com os abusos e as

disputas existentes na aristocracia pela prática das denúncias sobre traição ao governo foi um elemento determinante para a imagem que legou para a posteridade romana.

Esta incapacidade possivelmente contribuiu para a perpetuação de uma imagem política negativa, fortemente associada pela tradição e pela memória da sociedade romana à alcunha de um tirano, que por várias vezes foi responsabilizada como uma distorção literária de Tácito, mediante o fato de sua narrativa ser a mais rica em detalhes sobre os eventos do Principado de Tibério. Todavia, a constituição da imagem de Tibério não foi uma invenção, mas a confirmação de uma perspectiva fortemente apoiada numa tradição histórica bastante influenciada por uma relação nostálgica com as reminiscências republicanas de outrora, estando presente e sendo confirmada por outros autores contemporâneos à Tácito.

CONCLUSÃO

O objetivo de nosso trabalho foi evidenciar na narrativa taciteana presente em seus *Anais* exemplos positivos sobre a administração política do Imperador Tibério César Augusto. Primeiramente, pudemos observar as principais características do estilo literário de Públio Cornélio Tácito, elemento fundamental para a estruturação de nossa pesquisa: o grande interesse do autor na composição de seu relato analítico sobre os Imperadores Júlio-Claudianos não reside apenas nas limitações à liberdade de expressão imposta pelo novo sistema de governo que sucede a constituição republicana, mas também na busca pela compreensão do caráter e das personalidades daqueles que participam do jogo do poder e na forma de comportamento destes com as atribuições políticas.

Tácito mostra conhecimento sobre as conseqüências de conflitos psicológicos sobre os efeitos estilísticos daquele que emite um discurso, bem como a percepção de uma responsabilidade intelectual sobre a instrumentalização dos componentes discursivos e retóricos perante aqueles que lêem ou escutam um discurso. Mais ainda, a forma pela qual Tácito expõe sua argumentação sobre a decadência moral no Principado consiste principalmente do aparato psicológico, em meio ao seu arcabouço retórico e histórico; não é objetivo principal a elaboração de séries de fatos passíveis de verificação em seu contexto, pois a sua escrita valorizava muito mais a persuasão do que uma rígida consistência dos fatos: as páginas dos *Anais* mostram os elementos de sua formação retórica, assim como os discursos compostos valorizam os principais componentes da oratória política, e desta forma delineiam-se os caminhos de sua narrativa histórica.

Em meio a esta preocupação de busca por razões no passado político imperial, emerge a constatação de algumas das conseqüências do progressivo desvelamento e consolidação do Principado como forma de governo: a intensificação de disputas e intrigas pela hegemonia e controle das prerrogativas de poder no processo de sucessão dinástica; a preocupação dos Imperadores em assegurar simultaneamente a autoridade pelo controle dos exércitos e a legitimidade por meio de uma manutenção dos ideais políticos republicanos que ainda ressoavam na aristocracia senatorial; a importância da difusão de elementos simbólicos mantenedores autoridade imperial à plebe urbana e ao restante do Império; e a constatação da perda da liberdade política e de expressão da aristocracia senatorial, o que em partes justifica a atribuição de um meio-termo na convivência com a estrutura de poder imperial e uma nova forma de significação para o termo *libertas*, pois se esperava que mesmo em meio a maus governantes pudessem existir bons homens e bons Imperadores.

Entretanto, essa expectativa não impede o leitor de se aperceber de um latente pessimismo diante das enunciações taciteanas. A concepção de uma imagem política de Tibério se insere dentro desta característica por meio do perene conflito entre a idéia de que a natureza de seu caráter foi sendo progressivamente revelada mediante a remoção de uma seqüência de influências restritivas pela ascensão ao poder. Esta personalidade degenerada que traz à tona a tirania e os abusos de autoridade foi o arcabouço de toda uma tradição política que se perpetuou no consenso da época de Tácito e que, além disso, foi novamente resgatada por aqueles que fizeram uso do autor enquanto ferramenta de um ideário político na incipiente política moderna.

Desta maneira, é principalmente em relação à personalidade do Imperador que Tácito direcionou a maior parte de suas críticas. Quando o autor não faz críticas sobre seu caráter, constrói um juízo de valor que em sua maior parte é inserido por meio

de insinuações e rumores após descrições de fatos e eventos. Esta percepção nos auxiliou conseqüentemente no estabelecimento de um contraponto a certo consenso estabelecido sobre a historiografia relativa ao Principado de Tibério. Em grande parte os pesquisadores sobre o assunto corroboram as descrições e opiniões de Tácito como indícios precisos da “tirania” do governo de Tibério, e a atmosfera de terror político descrita pelo autor diante das denúncias de traição fazem parte da base mais sólida de argumentação para confirmar tais proposições.

Tendo os devidos cuidados em nos precavermos das influências que os juízos de valor proporcionaram à obra, podemos asseverar a existência de elementos que corroboram a competência política de Tibério na administração imperial, mediante a concessão de benefícios à população, sua relação com as províncias e a organização militar do Império. Se o Imperador conseguiu levar a cabo tais responsabilidades com êxito, o problema percebido mediante a perspectiva oferecida por Tácito ressalta, por outro lado, o seu insucesso na difusão do carisma político que foi extremamente necessário ao seu predecessor para com o restante da população. Mais ainda, a sua dificuldade em lidar com os abusos e as disputas existentes na aristocracia pela prática das denúncias sobre traição ao governo foi um componente decisivo para a representação construída de sua personalidade e governo dentro da tradição política romana.

Entretanto, não podemos responsabilizar essa possível conseqüência como fruto de distorções literárias de Tácito da maneira como uma série de estudos se propôs a afirmar. Embora uma parte significativa dos estudos contemporâneos sobre o Principado e sobre Tibério já considere a evidente necessidade de um novo olhar sobre os documentos, e mediante o fato de sua narrativa ser a mais rica em detalhes sobre os eventos do Principado de Tibério, podemos afirmar que a composição da figura política

de Tibério não foi uma invenção ressaltada por um uso “inapropriado” das fontes históricas, mas a ratificação de um aspecto densamente amparado nas reminiscências históricas bastante influenciadas por uma relação de reavivamento e transformação das concepções e valores morais republicanos. A perpetuação e a reapropriação de uma memória republicana é uma percepção que não pode ser considerada como exclusiva de Tácito, mas confirma-se em outros autores contemporâneos, e a compreensão do passado imperial pode sugerir a necessidade presente de se compreender os conflituosos mecanismos sustentadores das relações de poder durante o período Imperial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A) Documentos textuais.

TÁCITO. *The Annals*. Translation by. A.J. Woodman. London: Hackett, 2005.

_____. *The Histories*. Translation by. D.S. Levene, W.H. Fife. London: Oxford University Press, 2003.

_____. *Vida de Agrícola*. Tradução por Agostinho Silva. Lisboa: Horizonte, 1980.

B) Obras gerais.

ADCOCK, F.E. *Las ideas políticas y la práctica política em Roma*. Caracas: Instituto de estudios politicos, 1989.

ALFÖLDY, Geza. *A história social de Roma*. Lisboa: Presença, 1989.

ALBRECHT, Michael Von. “L’interpretation de l’histoire romaine chez Tacite”. *Les Études Classiques*. Namur, vol. 55, p. 369-375, 1987.

ALLEN, Walter. “The Political Atmosphere of the Reign of Tiberius”. *Transactions and Proceedings of the American Philological Association*. Maryland, vol.72, p.1-25, 1941.

ALSTON, Richard. *Aspects of Roman History, AD 14-117*. London: Routledge, 1998.

ANDREU, Javier. “Algunas consideraciones sobre la *liberalitas* en el *De Officiis* de Cícero”. *Anuario filosófico*. Madrid, vol. 34. Madrid, p. 541-554, 2001.

BALDSON, J.P.V.D. “The Successors of Augustus”. *Greece & Rome*. London, vol.2, nº 6, p. 161-169, 1933.

_____. “*Auctoritas, Dignitas, Otium*. *The Classical Quarterly, New Series*. London, vol. 1, p. 43-50, 1960.

BENARIO, Herbert W. “*Imperium and Capaces Imperii* in Tacitus”. *The American Journal of Philology*. Maryland, vol.93, nº1, p. 14-26, 1972.

_____. “Tacitus and the Principate”. *The Classical Quarterly*. London, vol. 60, nº 3, p. 97-106, 1964.

BICKEL, Ernst. “La historiografía”. In: *Historia de la literatura romana*. Traduction de José Maria Diaz Regañon Lopez. Madrid: Gredos, 1987. Pp. 391-431.

BODDINGTON, Ann. “Sejanus: Whose Conspiracy?”. *The American Journal of Philology*. Maryland, vol.84, nº1. Maryland, p. 1-16, 1963.

BOND, Shelagh M. “The Coinage of the Early Roman Empire”. *Greece & Rome*. London, vol. 4, nº2, p. 149-159, 1957.

BOSWORTH, Brian. "Augustus, the *Res Gestae* and Hellenistic Theories of Apotheosis". *The Journal of Roman Studies*. London, vol. 89, p.1-18, 1999. Pp.1-18.

BRUNT, P.A. "The Role of the Senate in the Augustan Regime". *The Classical Quarterly*. London, vol. 34, n° 2, p. 423-444, 1984.

_____. "The Roman Mob". *Past and Present*. London, n° 35, p. 3-27, 1966.

_____. "Princeps and Equites". *The Journal of Roman Studies*. London, vol. 73, p.42-75, 1983.

_____. "The *Fiscus* and Its Development". *The Journal of Roman Studies*. London, vol.56, p.75-91, 1966.

CASINOS MORA, Francisco Javier. *La noción romana da auctoritas y la responsabilidad por auctoritas*. Granada: Comares editorial, 2000.

CHARLESWORTH, M.P. "Tiberius and the Death of Augustus". *The American Journal of Philology*. Maryland, vol.44, n° 2, p.145-157, 1923.

_____. Chapter XIX-Tiberius. In: ADCOCK, F.E; CHARLESWORTH, M.P; COOK, S.A. (org) *The Cambridge Ancient History*. London: Cambridge University Press, 1971. Pp. 607-652.

CHILVER, G.E.F. "Princeps and Frumentationes". *The American Journal of Philology*. Chicago, vol.70, n°1, p.7-21, 1949.

CIZEK, Eugen. "La poétique de l'histoire chez Tacite". *Revue des études latines*. Paris, n° 69, p.136-146, 1991.

COLE, Thomas. "Initium mihi operis Servius Galba iterum T. Vinius consules". *Yale Classical Studies*. London, vol.29, p.231-245, 1992.

COSTA LIMA, Luís. A História renasce. In: *História, ficção e literatura*. São Paulo, Companhia das Letras: 2006. Pp. 31-162.

COUSIN, J. "Rhétorique et psychologie chez Tacite". *Revue des Études Latines*. S/D, n° 28, p. 228-263, 1951.

DAITZ, Stephen G. "Tacitus' Technique of Character Portrayal". *The American Journal of Philology*. Maryland, vol.81, n°1, p. 30-52, 1960.

DAMON, Cynthia. "The Trial of Cn. Piso in Tacitus' *Annals* and the "Senatus Consultum de Cn. Pisone Patre": New Light on Narrative Technique". *The American Journal of Philology*. Maryland, vol. 120, n° 1, p. 143-162, 1999.

DUCOS, Michelle. "La Justice dans L' Ouvre de Tacite. *Revue des Études Latines*. Paris, n° 68, p. 99-111, 1990.

_____. “La Liberté Chez Tacite: Droits de L’individu ou Conduite Individuelle?”. *Bulletin De L’Association Guillaume Budé*. Paris, vol. 2, p. 194-217, 1997.

EHRENBERG, Victor. “Some roman concepts of State and Empire”. In: *Man, State and Deity*. London: Methuen & Co, 1974. Pp.107-126.

FANTHAM, Elaine. *Roman literary culture: From Cicero to Apuleius*. London: The John Hopkins University Press, 2003.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. São Paulo: Vozes, 2005.

FLINT. W.W. “The delatores in the reign of Tiberius”. *The classical journal*. Minnesota, vol. 8, n° 1, p. 37-42, 1912.

FRITZ, Kurt Von. “Tacitus, Agricola, Domitian, and the Problem of the Principate”. *Classical Philology*. Chicago, vol.52, n° 2. Chicago, p. 73-97, 1957.

GALVÃO, Carlos. Autocracia, ressentimento e engajamento político no Principado Romano. In: *Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível*.

GILL, Christopher. “The Question of Character-Development: Plutarch and Tacitus”. *The Classical Quarterly*. London, vol.33, n°2, p. 469-487, 1983.

GILLMARTIN, Kristine. “Tacitean Evidence for Tacitean Style”. *The Classical Quarterly*. London, vol.69, n° 3, p.216-222.

GINSBURG, Judith. *Tradition and theme in the Annals of Tacitus*. Salem: The Ayer Company, 1984.

_____. “Speech and Allusion in Tacitus, *Annals* 3.49-51 and 14.48-49. *The American Journal of Philology*. Maryland, vol.107, n°4, p.525-541, 1986.

GONÇALVES, Ana Teresa Marques. Ação política e propaganda dentro das fronteiras do Império Romano. In: *Anais do XX simpósio nacional de História*. São Paulo: FFLCH/Humanitas, 1999, vol. 1, p. 517-527.

GONZALEZ DE TOBIA, Ana Maria. Humanismo. Clave para interpretar identidad, pertenencia y ciudadanía mundial. In: *Los Griegos e Nosotros*. La Plata: Al Margen, 2001. Pp. 89-102.

GOODMAN, Martin. *The Roman World 44 BC-AD 180*. New York: Routledge, 1997.

GOTOFF, Harold. “Oratory: The Art of Illusion”. *Harvard Studies in Classical Philology*. London, vol.95, p.289-313, 1993.

GOWING, Alain. *Empire and memory: the representation of the Roman Republic in Imperial Culture*. London: Cambridge University Press, 2005.

- GRANT, Michael. "The Augustan' Constitution". *Greece & Rome*. London, vol.18, n° 54, p. 97-112, 1949.
- GRIFFIN, Miriam. "The Senate's Story". *The Journal of Roman Studies*. London, vol.87, p.249-263,1997.
- _____. "De Beneficiis and Roman Society". *The Journal of Roman Studies*. London, vol.93, p.92-113, 2003.
- GRIMAL, Pierre. *O século de Augusto*. Lisboa: Edições 70, 1997.
- _____. *Os erros da liberdade*. São Paulo: Papirus, 2000.
- GRUEN, E. S. "Chapter VI – *Senatus Populusque Romanus*: formula and fact". In: ADCOCK, F.E; CHARLESWORTH, M.P; COOK, S.A. (org) *The Cambridge Ancient History*. London: Cambridge University Press, 1971. Pp. 159-181.
- GRANT, Michael. *História de Roma*. São Paulo: Civilização brasileira, 1989.
- GUARINELO, Norberto L; JOLY, Fábio D. "Ética e ambigüidade no Principado de Nero". In: *Ética e política no Mundo Antigo*. Campinas: Unicamp, 2001. Pp.133-151.
- _____. "História científica, história contemporânea e história cotidiana" In: *Revista brasileira de história*. São Paulo: FFLCH/Humanitas, 2004, Vol. 24, n° 48, p. 13-38.
- HAINSWORTH, J.B. "The Starting-Point of Tacitus '*Historiae*': Fear or Favour by Omission?". *Greece & Rome*. London, vol.11, n°2, p. 128-136, 1964.
- HALL, Stuart. "Quem precisa de Identidade?". In: *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. Pp. 103-133.
- HAMMOND, Mason. "*Res olim dissociabiles: Principatus ac Libertas*: Liberty under the Early Roman Empire". *Harvard Studies in Classical Philology*. London, vol.67, p.93-113, 1963.
- _____. "The Sincerity of Augustus". *Harvard Studies in Classical Philology*. London, vol. 69, p. 139-162, 1965.
- HARRER, G.A. "Tacitus and Tiberius". *The American Journal of Philology*. Maryland, vol.41, n°.1, p. 57-68, 1920.
- HENRY, Denis; WALKER, B. "Tacitus and Seneca". *Greece & Rome*. London, vol.10, n°2. p. 98-110, 1963.
- HILLNER, Julia. "*Domus*, Family, and Inheritance: The Senatorial Family House in Late Antique Rome". *The Journal of Roman Studies*. London, vol.93, p. 129-145, 2003.

HOPKINS, Keith; BURTON, Graham. "Ambition and withdrawal: the senatorial aristocracy under the emperors". In: *Death and Renewal*. London, Cambridge University Press, 1983. Pp. 120-199.

HOUSTON, George W. "Tiberius on Capri". *Greece & Rome*. London, vol.32, n°2, p. 179-196, 1985.

HOWGEGO, Christopher. "The Supply and Use of Money in the Roman World 200B.C. to A.D.300". *The Journal of Roman Studies*. London, vol.82, p.1-31, 1992.

HUSKINSON, Janet. "Looking for culture, Identity and Power". In: *Experiencing Rome: culture, identity and power in the Roman Empire*. London: The Open University: 2000. Pp. 3-28.

JEROME, Thomas Spencer. "The Tacitean Tiberius: a Study in Historiographic Method". *Classical Philology*. Chicago, vol.7, n°3, p. 265-292, 1912.

JOHNSTON, E.I. "How the Greeks and Romans Regarded History". *Greece & Rome*. London, vol.3, n° 7, p. 38-43, 1933.

JOLY, Fábio D. *Tácito e a metáfora da escravidão*. São Paulo: Edusp, 2004.

JONES, A.H.M. "The Imperium of Augustus". *The Journal of Roman Studies*. London, vol. 41, p.112-119, 1951.

KATZOFF, Ranon. "Tacitus, Annales, I, 74: the case of Granius Marcellus". *The American Journal of Philology*. Maryland, vol. 92, n° 4, p.680-684,1971.

KEHOE, Dennis. "Tacitus and Sallustius Crispus". *The classical journal*. Minnesota, vol. 80, n° 3, p. 247-254, 1985.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*. Rio de Janeiro: PUC/Contraponto, 2006.

KRAUS, C.S; WOODMAN, A.J. "Tacitus". In: *Latin Historians*. London: Oxford University Press, 1977. Pp. 88-127.

LAURENCE, Ray. "Rumour and Communication in Roman Politics". *Greece & Rome*. London, vol.41, n° 1, p. 62-74, 1994.

LEVICK, Barbara. "Julians and Claudians". *Greece & Rome*. London, vol.22, n°1, p.29-38, 1975.

_____. "The Beginning of Tiberius' Career". *The Classical Quarterly*. London, vol.5, n° 1, p. 478-486, 1971.

LINTOTT, Andrew. "What Was the Imperium Romanum?". *Greece & Rome*. London, vol.28, n°1, p. 53-67, 1981.

LOFSTEDT, Einar. "On the Style of Tacitus". *The Journal of Roman Studies*. London, vol.38, p. 1-8, 1948.

LUCE, T.J; WOODMAN, A.J. *Tacitus and the Tacitean tradition*. New Jersey: Princeton University Press, 1993.

MACMULLEN, Ramsey. "Les Classes". In: *Les rapports entre les classes sociales dans l'empire romain*. Paris, Éditions du Seuil, 1974. Pp.85-113.

MANNING, C.E. "*Liberalitas* –The Decline and Rehabilitation of a Virtue". *Greece & Rome*. London, vol.32, n°1, p.73-82, 1985.

MARSH, Frank Burr. "Roman Parties in the Reign of Tiberius". In: *The American Historical Review*, Vol.31, No.2. Washington: American Historical Association, 1926. Pp.233-250.

_____. "Tacitus and Aristocratic Tradition". In: *Classical Philology*, Vol.21, No.4. Chicago: The University of Chicago Press, 1926. Pp.289-310.

_____. "Tiberius and the development of the Empire". In: *The classical journal*, Vol. 24, No. 1. Minnesota: The University of Minnesota, 1928. Pp. 14-27.

MARTIN, R.H. "Tacitus and the Death of Augustus". In: *The Classical Quarterly*, Vol.5, No.1. London: Cambridge University Press, 1955. Pp.123-128.

MCDONALD, A.H. "Theme and Style in Roman Historiography". In: *The Journal of Roman Studies*, Vol.65. London: Society for the Promotion of Roman Studies, 1975. Pp.1-10.

MELLOR, Ronald. *Tacitus*. New York: Routledge, 1993.

MIEROW, Christopher. "Two roman Emperors". In: *The classical journal*, Vol. 36, No. 5. Minnesota: The University of Minnesota, 1941. Pp. 259-274.

MILLER, N.P. "Tiberius Speaks: An Examination of the Utterances Ascribed to Him in the *Annals* of Tacitus". In: *The American Journal of Philology*, Vol.89, No.1. Maryland: The Johns Hopkins University Press, 1968. Pp.1-19.

_____. "Dramatic Speech in Tacitus". In: *The American Journal of Philology*, Vol.85, No.3. Chicago: The Johns Hopkins University Press, 1964. Pp.279-296.

_____. "Dramatic Speech in The Roman Historians". In: *Greece & Rome*, Vol.1, No.22. London: The Classical Association, 1975. Pp.45-57.

MICHEL, Alain. "De César a Marc Aurèle: Principate et domination". In: *Histoire des doctrines politiques a Rome*. Paris: Presses Universitaires de France, 1971. Pp. 51-82.

MURGIA, Charles E. "Pliny's Letters and the *Dialogus*". In: *Harvard Studies in Classical Philology*, Vol.89. London: Harvard University Press, 1985. Pp.171-206.

NICOLET, Claude. "*Libertas*: le citoyen et les pouvoirs". In: *Le métier de citoyen dans la Rome républicaine*. Paris: Gallimard, 1976. Pp. 425-454.

MOMIGLIANO, Arnaldo. "La Tradición y el historiador clásico". In: *Ensayos de historiografía antigua y moderna*. México: Fondo de cultura econômica, 1993. 140-153.

_____. "El tiempo en la historiografía antigua". In: *Ensayos de historiografía antigua y moderna*. México: Fondo de cultura econômica, 1993. 155-175.

_____. "*As raízes clássicas da historiografia*". Bauru: EDUSC, 2004.

MIEROW, Charles C. "Tacitus the Biographer". In: *Classical Philology*, Vol.34, No.1. Chicago: The University of Chicago Press, 1939. Pp.36-44.

MILES, Richard. "Communicating culture, identity and power". In: *Experiencing Rome: culture, identity and power in the Roman Empire*. London, the Open University: 2000. Pp. 29-62.

MILLAR, Fergus. "Chapter V - the Emperor at work: imperial functions and their social setting". In: *The Emperor in the Roman world (31 B.C – AD 337)*. London: Duckworth, 1992. Pp. 203-259.

_____. "Chapter VI – The imperial wealth: gifts and exactions". In: *The Emperor in the Roman world (31 B.C – AD 337)*. London: Duckworth, 1992. Pp. 259- 291.

NOREÑA, Carlos F. "The Communication of the Emperor's Virtues". In: *The Journal of Roman Studies*, Vol.91. London: Society for the Promotion of the roman studies, 2001). Pp.146-168.

NORTH, J.A. "The Development of Roman Imperialism". In: *The Journal of Roman Studies*, Vol.71. London: Society for the Promotion of Roman Studies, 1981. Pp.1-9.

NYBAKKEN, Oscar. E. "*Humanitas Romana*". In: *The American Journal of Philology*, Vol.70. Maryland: The Johns Hopkins University Press, 1939. Pp. 396-413.

PARATORE, Ettore. "Tácito". In: *História da literatura latina*. Trad. Manuel Losa. Lisboa: Calouste Gulbekian, 1989. Pp. 721-745.

PERCIVAL, John. "Tacitus and the Principate". In: *Greece & Rome*, Vol.27, No.2. London: The Classical Association, 1980. Pp.119-133.

PEREIRA, Maria Rocha. *Estudos da Antiguidade clássica*. Lisboa, Calouste Gulbekian: 1989.

ROGERS, Samuel Robert. "A Tacitean Pattern in Narrating Treason-Trials". In: *Transactions and Proceedings of the American Philological Association*, Vol.83. Maryland: The John Hopkins University Press, 1952. Pp. 279-311.

RICHARDSON, J.S. "*Imperium Romanum: Empire and the Language of Power*". In: *The Journal of Roman Studies*, Vol.81. London: Society for the Promotion of Roman Studies, 1991. Pp.1-9.

REID, J.S. "On Some Questions of Roman Public Law". In: *The Journal of Roman Studies*, Vol.1. London: Society for the Promotion of Roman Studies, 1911. Pp.68-99.

_____. "Tacitus as a Historian". In: *The Journal of Roman Studies*, Vol.11. London: Society for the Promotion of Roman Studies, 1921. Pp.191-199.

ROBERTIS, Francesco Maria de. "*Libertas e Auctoritas* cardini del sistema politico-instituzionale romano. In: NITTI, A; MARANGIO, C. *Ecritti di autorità*. Brindisi: Lebrena, 1994. 183-186.

ROBERTS, R.L. "Tacitus' Conception of the Function of History". In: *Greece & Rome*, Vol.6, No.16. London: The Classical Association, 1936. Pp.9-17.

ROGERS, Robert Samuel. "Tiberius' Reversal of an Augustan Policy". In: *Transactions and Proceedings of the American Philological Association*, Vol.71. Maryland: The John Hopkins University Press, 1940. Pp.532-536.

_____. "Treason in the Early Empire". In: *The Journal of Roman Studies*, Vol.49. London: Society for the Promotion of Roman Studies, 1959. Pp.90-94.

_____. "Ignorance of the Law in Tacitus and Dio: Two Instances from the History of Tiberius". In: *Transactions and Proceedings of the American Philological Association*, Vol.64. Maryland: The Johns Hopkins University Press, 1933. Pp. 18-27.

_____. "The Emperor's Displeasure- *Amicitiam Renuntiare*". In: *Transactions and Proceedings of the American Philological Association*, Vol.90. Maryland: The Johns Hopkins University Press, 1959. Pp. 224-237.

ROULAND, Norbert. "A revolução imperial". In: *Roma, democracia impossível? Os agentes do poder na urbe romana*. Brasília: Unb, 1997. Pp. 335-386.

RYBERG, Inez Scott. "Tacitus' art of Innuendo". In: *Transactions and Proceedings of the American Philological Association*, Vol.73. Maryland: The Johns Hopkins University Press, 1942. Pp. 383-404.

SAISTNER, M.L.W. "Tacitus and His Forerunners". In: *The Greater Roman Historians*. Los Angeles: University of California Press, 1997. Pp. 103-104.

SANFORD, Eva Matthews. "Contrasting Views of the Roman Empire". *The American Journal of Philology*. Maryland, vol.58, n° 4, p. 437- 456, 1937.

SCHELLHASE, Kenneth C. *Tacitus in renaissance political thought*. Chicago: The University Press, 1976.

SCHIAVONE, Aldo. *Uma história rompida: Roma Antiga e Ocidente moderno*. Trad. Fábio Duarte Joly. São Paulo: Edusp, 2006.

SCOTT, Kenneth. "The *Diritas* of Tiberius". *The American Journal of Philology*. Maryland, vol.53, n° 2, p.139-151, 1932.

_____. "Tiberius' Refusal of the Title *Augustus*". *Classical Philology*. Chicago, vol.27, n°1, p. 43-50, 1932.

SEAGER, Robin. *Tiberius*. London: Blackwell Publishing, 2005.

SINCLAIR, Patrick. *Tacitus The sententious historian*. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 1995.

_____. "These are my temples in your hearts". *Classical Philology*. Chicago, vol.86, n°4. Chicago, p.333-335, 1991.

SILVA, Gilvan Ventura da. "Representação Social, identidade e estigmatização: algumas considerações de caráter teórico". In: *Exclusão social, violência e identidade*. Vitória: Flor e Cultura editores, 2004. Pp. 13-30.

SHATZMAN, I. "Tacitean Rumours". In: *Satomus*, No. 33. S/D, 1974. Pp. 549-577.

SHOTTER, D.C.A. "Elections under Tiberius". *The Classical Quarterly, NewSeries*. London, vol.16, n°2, p.321-332, 1966.

_____. "Gods, Emperors, and Coins". *Greece & Rome*. London, vol.26, n° 1, p. 48-57, 1979.

_____. "Roman Historians and the Roman Coinage". *Greece & Rome*. London, vol.25, n° 2, p. 156-168, 1978.

_____. "Tiberius and the Spirit of Augustus". *Greece & Rome*. London, vol.13, n° 2, p. 207-212, 1966.

_____. "Tacitus *Annals* 1.13". *Classical Philology*. Chicago, vol.62, n°1, p. 37-39, 1967.

SHOTTER, David. *Tiberius Caesar*. New York: Routledge, 2004.

STRACHAN-DAVIDSON, J.L. "The Decrees of the Roman Plebs". *The English Historical Review*. London, vol.5, n°19, p. 462-474, 1980.

STARR, Chester G. "The Perfect Democracy of the Roman Empire". *The American Historical Review*. Washington, vol.58, n° 1, p. 1-16, 1952.

SUTHERLAND, C.H.V. "Two 'Virtues' of Tiberius: A Numismatic Contribution to the History of His Reign". *The Journal of Roman Studies*. London, vol.28, p.129-140, 1938.

STEVENSON, T.R. "The Ideal Benefactor and the Father Analogy in Greek and Roman Thought". *The Classical Quarterly*. London, vol.42, n° 2, p.421-436, 1992.

STYLOW, Armin U. "*Libertas* und *Liberalitas*: Untersuchungen zur innen politischen Propaganda der Römer". *The Classical Review*. London, vol.26, n°1, p.96-98, 1976.

SYME, Ronald. *Tacitus*. 2 vols. London: Oxford University Press, 1997.

_____. "The Senator as Historian". In: *Histoire et historiens dans l'antiquité*. Genève: Vandoeuvres, 1956. Pp. 187-201.

_____. "How Tacitus Came to History". *Greece & Rome*. London, vol.4, n° 2, p.160-167, 1957.

_____. "Tacitus: Some Sources of His Information". *The Journal of Roman Studies*. London, vol.72, p. 68-82, 1982.

TANNER, R.G. "Tacitus and the Principate". *Greece & Rome*. London, vol.16, n°1, p. 95-99, 1969.

_____. "Obituaries in Tacitus". *The American Journal of Philology*. Maryland, vol.79, n°1, p.18-31, 1958.

TAYLOR, Lily Ross. "Tiberius' Refusals of Divine Honors". *Transactions and Proceedings of the American Philological Association*. Maryland, vol.60, p. 87-101, 1929.

TOYNBEE, J.M.C. "Dictators and Philosophers in the First Century A.D." *Greece & Rome*. London, vol.13, n° 38/39, p. 43-58, 1944.

TRAUB, Henry W. "Tacitus' use of *Ferocia*". *Transactions and Proceedings of the American Philological Association*. Maryland, vol. 84, n° 3, p. 25-261, 1953.

TURPIN, William. "Imperial Subscriptions and the Administration of Justice". *The Journal of Roman Studies*. London, vol.81, p. 101-118, 1991.

WALCOT, Peter. "Continuity and tradition: the persistence of greek values". *Greece & Rome*. London, vol.2, n° 43, p. 169-177, 1996.

WALLACE-HADRILL, Andrew. "*Civilis Princeps*: Between Citizen and King". *The Journal of Roman Studies*. London, vol.72, p.32-48, 1982.

_____. "*Mutatio Morum*: the idea of a cultural revolution". In: *The Roman cultural revolution*. London: Cambridge University Press, 2000. Pp. 3-23.

_____. "Image and Authority in the Coinage of Augustus". *The Journal of Roman Studies*. London, vol.76, p. 66-87, 1986.

WELLESLEY, K. "Can You Trust Tacitus?". *Greece & Rome*. London, vol.1, n° 1, p. 13-33, 1954.

WHARTON, David B. "Tacitus' Tiberius: The State of the Evidence for the Emperor's *Ipsissima Verba* in the *Annals*". *The American Journal of Philology*. Maryland, vol.118, n° 1, p. 119-125, 1997.

WHEELER, Marcus. "*Cicero's Political Ideal*". *Greece & Rome*. London, vol.21, n° 62, p.49-56, 1952.

WHITE, H.W. "Tacitus Reconsidered". *Greece & Rome*. London, vol.2, n°4, p. 38-46, 1932.

WISEMAN, T.P. "Roman history and the ideological vacuum". In: *Classics in progress*. London: British Academy, 2002. Pp. 285-309.

WIRSZUBISK, Chaim. *Libertas as a political idea during the late Republic and early Principate*. London: Cambridge University Press, 1968.

WOODWARD, Kathryn. "Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual". In: *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, Vozes: 2000. Pp. 7-72.

VEYNE, Paul. "O indivíduo atingido no coração pelo poder público". In: *Indivíduo e poder*. Lisboa, Edições 70: 1987. Pp. 9-23.

YAKOBSON, Alexander. "*Petitio et Largitio*: Popular Participation in the Centuriate Assembly of the Late Republic". *The Journal of Roman Studies*. London, vol.82, p.32-52, 1992.

YAVETZ, ZVY. *Plebs and Princeps*. New Brunswick: Transaction Books, 1969.

